NOVO
WHATS (84) 99113-3526
@NovoJornalRN
novonoticias.com
BAIXE O NOSSO APP

EXEMPLAR DE ASSINANTE

NOVO

R$ 2,00
Ano 7
#2328
Natal-RN
Quinta-Feira
27 / Abril / 2017

LULA MARQUES

Aprovadas PEC do fim do foro privilegiado e lei do abuso de autoridade #3 e 16

Ônibus, trens, escolas e bancos de Natal aderem à greve amanhã

Seguindo tendência nacional, capital terá protesto contra reformas trabalhista e da Previdência que conta com a adesão até dos colégios particulares ligados à Igreja. NOVO faz cobertura ao vivo Cidades #9

"Guardiões da Galáxia - Vol. 2" chega aos cinemas

Aventura intergaláctica dos estúdios Marvel segue à risca o sucesso do filme anterior, de 2014, com muita ação e humor debochado. Cultura#20

Tom Cavalcante traz novo show para Natal Cultura#21

FRANKIE MARCONE / NOVO

// Em janeiro deste ano, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife (PE), derrubou a liminar que impedia a demolição do hotel

Futuro do Hotel Reis Magos será definido amanhã pela prefeitura

Reunião envolvendo o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, a Procuradoria-Geral do Município, Gabinete Civil, Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) e Secretaria de Turismo (Setur) vai traçar o planejamento para reestruturação do Hotel Reis Magos, localizado na Praia do Meio, na zona Leste, que está fechado há 22 anos. O Grupo Hoteis Pernambuco S.A., proprietário do imóvel, pediu autorização para demolir as ruínas da antiga construção e edificar um novo empreendimento no local. Cidades #17

América recebe primeiros reforços

A menos de um mês para o início da Série D do Campeonato Brasileiro, o América segue com o plano de reformular seu elenco. Foram anunciados até o momento cinco reforços, mas a estratégia da equipe - confirmada pela direção - é que sejam contratados pelo menos nove ou dez nomes até o início da competição. Novos nomes atuaram, em campeonatos estaduais pelo Nordeste. Esportes #19

Imposto de renda tem um dia de prazo

Faltando um dia para encerrar o prazo da entrega do Imposto de Renda, no Rio Grande do Norte, 186.905 mil declarações foram enviadas à Receita Federal, mas ainda há cerca de 290 mil que devem ser feitas. Quem deixar de declarar pode pagar multa mínima de R$ 165,74 e máxima de 20% do imposto devido. No Brasil, mais de 20 milhões de declarações foram enviadas até agora. Economia #7

CARLOS MOURA / SCO /STF

// Alguns ministros, como Gilmar Mendes, avaliaram que cobrança deveria ser para todos os cursos

Universidade pode cobrar por cursos sem diploma

Supremo Tribunal Federal (STF) decide, por 9 votos a 1, que universidades públicas podem cobrar taxas e mensalidades pelo oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, aqueles que têm caráter de especialização e, ao final, dão direito a um certificado, e não a um diploma. Os cursos lato sensu referem-se, por exemplo, a MBAs (Master of Business Administration). Cidades #12

Roda Viva
[Cassiano Arruda]

João Dória faz PT descobrir que precisa mudar discurso. #4

Roda Viva
[Cassiano Arruda]

Todos estão isolados e reunidos numa imensa e louca aldeia global. #5

MARCA 13 ANOS

ACREDITANDO NO SUCESSO DA COMUNICAÇÃO.

A **Marca Propaganda** está completando seus **13 anos**. E, como muitos falam, este pode ser considerado o número do azar, mas não para nós. Nestes 13 anos, fomos capazes de seguir apostando nos modelos de propagandas tradicionais, dando progressão às novas mídias do mundo atual. Com esse pensamento, trouxemos à casa uma nova clientela, equipe de profissionais experientes e diversos recursos que permitiram-nos explorar novas formas de fortalecer aquilo que mais amamos: a comunicação. Este momento é de apenas agradecer a todos que fazem parte da nossa história, acrescentando um capítulo cheio de conquistas e resultados.

agenciaMARCA.com.br

/agenciamarca

Reforma trabalhista ganha ajustes que favorecem a mulher

Alterações de última hora acatadas pelo relator Rogério Marinho aumentam garantias para as mulheres, como multa em caso de discriminação

Mudanças feitas nas horas que antecederam a votação do projeto de reforma trabalhista no plenário da Câmara favoreceram especialmente as mulheres.

De olho na bancada feminina, que tem 54 parlamentares - o que seria a 5ª maior bancada da Casa -, o relator Rogério Marinho (PSDB-RN) acatou a sugestão de multa para empresas que discriminarem funcionários por sexo ou etnia e também amenizou a flexibilização das regras de proteção à mulher submetida ao trabalho insalubre.

Uma das medidas é a criação de uma multa para empresas que adotam condições diferenciadas entre funcionários homens e mulheres.

Em caso de discriminação por sexo ou etnia, a Justiça poderá determinar pagamento da diferença salarial e multa no valor de metade do teto do benefício da Previdência - atualmente em R$ 5.531. O dinheiro da multa será destinado ao próprio empregado prejudicado.

Também a pedido da bancada feminina, a reforma será um pouco mais suave na retirada de medidas protetivas à mulher no trabalho insalubre.

FRANKIE MARCONE / NOVO

// **Rogério Marinho acatou propostas da bancada feminina**

O projeto inverteu o ônus nessas situações. Se atualmente grávidas e lactantes são automaticamente afastadas de atividades insalubres, o texto proposto por Marinho previa o contrário: mulheres continuarão trabalhando exceto em caso de recomendação médica.

A última versão tem um meio termo: afastamento automático em atividades com "grau máximo" de insalubridade. Nos outros casos - com grau "médio e mínimo" de exposição às situações insalubres, gestantes e lactantes terão de trabalhar e o afastamento só acontecerá com recomendação médica contrária.

Outra alteração anunciada após a reunião com as deputadas limitou o poder dos acordos coletivos que não poderão suprimir ou reduzir direitos da mulher.

Entre os itens que passaram a ser protegidos, está o direito à licença-maternidade de 120 dias - inclusive no caso de adoção, o direito a repouso de duas semanas em caso de aborto não criminoso e o direito a dois descansos especiais diários de meia hora cada um para amamentar o filho até que ele complete seis meses.

Acordos coletivos também não poderão suprimir direito das mulheres a terem local adequado no local de trabalho para guarda dos filhos no período de amamentação, nem poderão derrubar a proibição de que mulheres trabalhem em postos que exijam emprego de força muscular superior a 20 quilos em atividades contínuas ou 25 quilos em trabalhos ocasionais.

Toda a cobertura sobre a votação do projeto de reforma trabalhista pode ser conferida no endereço novonoticias.com e através das redes sociais do NOVO.

MORADIA CIDADÃ SERVIDOR

O PROGRAMA DA CASA PRÓPRIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Condições diferenciadas e exclusivas para você sair do aluguel.

CEHAB COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS

Parceiros:

BANCO DO BRASIL

CAIXA

SINDUSCON RN

SINDUSCON MOSSORÓ-RN

doisa.com.br

Senado aprova lei para punir abuso de autoridade

Em meio ao debate das reformas, Comissão de Constituição e Justiça aprovam extinção do foro privilegiado e a lei que prevê punição contra autoridades

Julia Lindner
Da Agência Estado

Com respaldo das principais lideranças da base aliada e da oposição, o plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira, 26, o projeto que atualiza os crimes de autoridade. O placar foi de 54 a favor e 19 contra. A proposta segue para discussão da Câmara. As negociações para votar a proposta na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) e no mesmo dia no plenário foram feitas durante a madrugada de hoje, na residência oficial do Senado e contou com a participação de representantes dos principais partidos da Casa.

No encontro, também ficou acertada a votação, nesta quarta-feira, do primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição que estabelece o fim do foro privilegiado. Nas discussões no plenário, o relator da proposta de abuso de autoridade, senador Roberto Requião (PMDB-PR), rejeitou todas as emendas apresentadas. Com isso, o texto que irá para discussão dos deputados foi o aprovado no início da tarde pela CCJ.

"O que estamos acabando é com uma visão corporativa de instituições que se consideram melhores que as outras...não podemos ter instituições que interpretem as próprias as leis", ressaltou Requião ao defender a aprovação do relatório. Da tribuna, a maioria dos senadores de partidos da oposição e da base aliada ressaltou os entendimentos realizados nos últimos dias em torno da proposta e os "avanços" na legislação. "Temos que fazer uma escolha neste momento do País... A lei que nós temos de abuso de autoridade foi feita em 9 de dezembro de 1965. A lei que nós temos é para permitir o abuso de autoridade. Foi feita na ditadura militar. Se nós não votarmos nada hoje estamos sendo coniventes... Acho que temos que votar... O Senado começou assumir algum protagonismo na manhã de hoje e suprapartidariamente", afirmou o senador Jorge Viana (PT-AC).

Ao dar apoio ao projeto, o presidente do DEM, Agripino Maia (RN) também ressaltou a autonomia do Congresso Nacional. "As autoridades vão ter que se adequar a um texto moderno, que passou por muitas etapas, mas que é fundamentável uma vitória do entendimento político e da autonomia do Congresso Nacional", afirmou Maia. Em meio às colocações da maioria dos senadores favoráveis a aprovação do projeto, apenas os senadores Cristovam Buarque (PPS-DF), Reggufe (sem partido-DF) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

LULA MARQUES

// Renan Calheiros conduziu votação na CCJ e defendeu projeto

O texto discutido no plenário do Senado foi aprovado na CCJ no início da tarde de ontem, após entendimento das principais lideranças da Casa. Na comissão, Roberto Requião recuou em alguns pontos polêmicos e alterou o trecho que trata do chamado crime de hermenêutica - a punição ao juiz por interpretar a lei de maneira não literal. Pelo novo texto, fica estabelecido no artigo 1.º que: "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade".

O texto aprovado por unanimidade pela CCJ e votado em plenário estabelece uma lei de alcance amplo, valendo para servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; do Ministério Público e dos Tribunais e Conselhos de Contas. De acordo com o texto, cerca de 30 ações poderão ser consideradas abuso de autoridade. Entre elas, práticas como decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado sem prévia intimação ao juízo; fotografar ou filmar preso sem seu consentimento.

ENTREVISTA

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador da República

'Projeto é tentativa de sobrevivência e de vingança contra o MP'

Ricardo Brandt e Fausto Macedo
Da Agência Estado

A aprovação do novo texto para a Lei de Abuso de Autoridade preocupa a força-tarefa da Lava Jato. Para o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima, o projeto "é a tentativa de vingança contra o Judiciário e o Ministério Público".

Lima afirmou que o apoio à proposta é uma resposta às investigações e à delação da Odebrecht. "O agrupamento político da esquerda e da direita, do governo com a oposição, quando se trata de Lava Jato, está mais coeso, mais unido."

O sr. considera o projeto que atualiza a lei de abuso de autoridade um revés para a operação?

O agrupamento político da esquerda e da direita, do governo com a oposição, quando se trata de Lava Jato, está mais coeso, mais unido. Eles podem ter projetos políticos separados, mas hoje o que nós vemos é uma classe política unida na sua sobrevivência. E boa parte dessa sobrevivência passa por impedir os avanços da Lava Jato. Uma das técnicas é tentar intimidar os Poderes.

Como se daria essa intimidação? Não é função do Congresso legislar?

Eles têm a função de legislar, mas você está proibido de legislar quando você tenta legislar para criminalizar a atividade típica de outro Poder. Por exemplo, o Poder Judiciário tem uma função típica que é decidir. Quando

REPRODUÇÃO

você coloca tipos abertos (de crimes) em que uma decisão do juiz, mesmo que motivada, mesmo que cabível recurso, possa ser objeto de uma ação criminal, você está atentando contra a liberdade desse Poder de decidir aquilo que a Constituição definiu a ele. A menos, evidentemente, que você comprove que ele (juiz ou procurador) agiu parcialmente, houve corrupção, ele tentou atender a interesses que não os públicos, aí caberia punição, mas isso a lei atual já permite. A questão não é só o ponto do crime de hermenêutica, sobre a interpretação da lei, mas a ação penal privada. O que eles querem é constranger com dezenas de ações.

O relator do projeto disse que vai flexibilizar pontos do texto.

Nossa posição é que descabe a votação de uma lei em que mais da metade dos artigos está dirigida para o Ministério Público e para o Judiciário. Temos que fazer a discussão de uma lei real de abuso de autoridade. Uma lei que puna, por exemplo, a carteirada. Essa proposta de lei, da maneira que está, tem um vício na sua origem que é a tentativa de vingança contra Judiciário e Ministério Público.

A delação da Odebrecht intensifica o debate?

É evidente. Quando você tem a união de PT, PSDB e PMDB no entorno de um assunto você tem que buscar qual o real motivo. E o que une esses três partidos é realmente a sobrevivência.

// Justiça

OAS quer delatar propina paga ao Judiciário

Wálter Nunes e Flávio Ferreira
Folhapress

Para avançar no acordo de delação premiada com a Operação Lava Jato, a OAS promete entregar casos de pagamentos de propina para dirigentes de fundos de pensão e membros do Judiciário. Um dos alvos da proposta de delação é a Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

A Funcef fez, em 2014, aporte de R$ 200 milhões na OAS Empreendimentos. Outros R$ 200 milhões seriam direcionados em 2015, mas o fundo suspendeu o repasse por conta do avanço da Lava Jato sobre a empresa baiana.

A OAS já apareceu vinculada à Funcef durante a CPI dos Fundos de Pensão que, em 2015, investigou indícios de aplicação incorreta de recursos dos fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos.

Um documento da CPI mostrou que executivos da OAS estiveram pelo menos 45 vezes na sede da Funcef entre os anos de 2011 e 2015. Antonio Carlos Mata Pires, filho do dono da empreiteira, César Mata Pires, encabeçou a lista, com 16 visitas. Pires é um dos prováveis delatores da empreiteira e deverá partir dele as revelações sobre fundos de pensão. Seu irmão, César Mata Pires Filho, também negocia acordo de delação premiada.

REPRODUÇÃO

// Cesar Mata Pires, dono da OAS e um dos principais candidatos

A reportagem apurou que a OAS também está disposta a relatar casos de corrupção envolvendo membros do Judiciário. Até agora, outras empreiteiras entraram pouco nesse assunto.

Há um cuidado, no entanto, pelo fato de uma suposta citação a um membro da magistratura ter atrapalhado negociações anteriores.

Antes de OAS trabalhar para fechar uma delação conjunta de seus executivos, a exemplo do que fez a Odebrecht, Léo Pinheiro, um dos sócios da empreiteira, iniciou tratativas neste sentido com a Procuradoria.

Um acordo de confidencialidade chegou a ser assinado. Porém, as reuniões sobre a colaboração do ex-presidente da OAS foram interrompidas em agosto de 2016, após a revista "Veja" publicar que o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) José Antonio Dias Toffoli teria sido mencionado nas negociações com a Procuradoria.

Os executivos da OAS também prometem avançar em episódios narrados nas delações da Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez a respeito de obras nas quais o grupo baiano participou em consórcio com essas empreiteiras.

A lista de candidatos a delatores da OAS chega perto de 50 pessoas, contando os os dois herdeiros do grupo, executivos e ex-executivos.

A reportagem procurou a OAS e o advogado José Luiz de Oliveira Lima, que conduz as negociações, mas ambos não quiseram se manifestar.

// Lava Jato

AGU cobra a R$ 11,3 bilhões de empresas envolvidas

Fábio Fabrini e Fabio Serapião
Da Agência Estado

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou mais uma ação de improbidade administrativa contra 20 empresas e pessoas físicas envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato. No pedido protocolado na 11.ª Vara Federal de Curitiba, o governo federal cobra mais R$ 11,3 bilhões, referentes a desvios identificados em obras como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), a Refinaria de Abre Abreu e Lima, em Pernambuco, plataformas marítimas e gasodutos.

Desde 2015, quando começou a atuar para rever os valores oriundos de esquema de corrupção na estatal, a AGU já impetrou outras cinco ações, nas quais pede o ressarcimento de mais R$ 29 bilhões. Com a nova ação, protocolada ontem, os valores buscados pela União somam R$ 40 bilhões. Em nenhum caso, houve decisão da Justiça e, portanto, os valores ainda não foram recuperados.

Ao todo, 13 empresas são alvo da nova ação de improbidade. Entre elas, estão Odebrecht, Camargo Corrêa, UTC Engenharia, Andrade Gutierrez, Iesa, Techint e Promon. Já entre as pessoas físicas cobradas estão o empresário Marcelo Odebrecht e ex-dirigentes da Petrobras como Paulo Roberto da Costa, Pedro Barusco e Renato Duque.

As ações de improbidade da AGU representam uma das frentes em busca da recuperação dos valores desviados, identificados pela Lava Jato. Tanto a AGU como o Ministério Público Federal (MPF) têm atuado na esfera cível para buscar ressarcimento, pois, por lei, ambos os órgãos têm competência para tal.

Algumas das empresas investigadas, entre elas a Odebrecht, a Andrade e a Camargo, fizeram acordos de leniência com o MPF, nos quais se comprometeram a devolver cifras bilionárias para diminuir as penas impostas.

A AGU e outros órgãos, como o Tribunal de Contas da União (TCU), entendem, contudo, que os acordos não dão "quitação integral" às empreiteiras, que podem, portanto, ser cobradas por prejuízos "sobressalentes" na Justiça ou na esfera administrativa.

Somente nos acordos de leniências, até o momento, a Lava Jato já pactuou a devolução de cerca de R$ 10 bilhões. A quantia mais alta foi alcançada no acordo da Odebrecht, que se comprometeu a pagar cerca de R$ 8,5 bilhões pelos crimes praticados na Petrobras e em outras áreas da administração pública.

Ao todo, 13 empresas são alvo da nova ação de improbidade. Entre elas, estão Odebrecht, Camargo Corrêa, UTC Engenharia, Andrade Gutierrez, Iesa, Techint e Promon. Já entre as pessoas físicas cobradas estão o empresário Marcelo Odebrecht e ex-dirigentes da Petrobras como Paulo Roberto da Costa, Pedro Barusco e Renato Duque.

OPINIÃO

Editor: Carlos Magno Araújo **E-mail:** carlosmagno@novonoticias.com

Editorial

Recuperar Alcaçuz

A permanência por mais 30 dias em Alcaçuz dos 78 policiais que integram a força-tarefa de intervenção penitenciária servirá não somente para auxiliar as equipes locais que fazem a custódia dos presos ao mesmo tempo que monitoram o trabalho de recuperação da estrutura física do presídio.

Servirá principalmente para marcar a retomada do controle da unidade prisional e sobretudo para mostrar às facções criminosas que entraram em conflito no mês de janeiro que, agora sob controle, não ocorrerão mais episódios semelhantes àqueles, que deixaram quase 30 mortos.

A retomada de Alcaçuz - ainda que o governo estadual projete o fechamento da unidade após a conclusão das novas penitenciárias - é fundamental para garantir o ambiente de tranquilidade. Dentro e fora das cadeias. A esse propósito, a segurança que agora está reforçada no interior dos presídios precisa ser dirigida à atuação das facções criminosas do lado de fora.

Não é segredo para os policiais que os conflitos que ocorreram dentro de Alcaçuz, confrontando de um lado o Sindicato do Crime e do outro, o PCC, permanecem no lado de fora - embora, como se disse, no interior das prisões a atuações da força-tarefa tenha sido controlado.

Tem sido comum, em bairros de municípios situados na Grande Natal principalmente, a ocorrência de crimes associadas a disputas entre as facções. É uma guerra que ainda parece surda diante da sociedade, mas que no ambiente da polícia e de quem cobre o noticiário especializado em polícia parece mais evidente. Basta reparar, dizem esses observadores, nas pichações dos muros em regiões de Parnamirim ou São Gonçalo, por exemplo.

De modo que é salutar a permanência da força-tarefa em Alcaçuz, sobretudo por assegurar o controle e a tranquilidade do presídio, mas é de esperar que no âmbito da segurança esteja sendo executada ou traçada alguma estratégia para continuar inibindo a violência entre as facções criminosas do lado de fora das unidades prisionais.

Há muitos dos homicídios registrados neste ano - e o total não é pouco - associados a brigas e disputas entre integrantes desses círculos e envolvendo até vítimas sem ligação com eles. O combate à presença do crime organizado deve ser constante porque eles mobilizam bandidos, ampliamo o tráfico de entorpecentes e desenvolvem várias milícias próprias, capazes de definirem, cada grupos desses, uma "lei" particular que escolhe quem deve viver ou quem deve morrer.

Controlar o crime dentro dos presídios e, fora dele, desarticular a bandidagem - missão importante da segurança.

Artigo *Sílvio Andrade*

Jornalista • silvioandrade@novojornal.jor.br

Pare o mundo...

Chamei Raul Seixas para me ajudar a escrever o texto de hoje e, de tantas maravilhas que o baiano escreveu, lembrei de "Pare o mundo que eu quero descer", uma letra de música coerente com a inconformidade com o que está ao redor, dentro e fora dessa situação distopicamente acentuada que o Brasil vive.

Estamos um grau para chegar no fundo do poço porque parece que esse poço não tem fim. No Congresso, as reformas Trabalhista e Previdenciária são tocadas a um ritmo de urgência do governo e sua base aliada que na pressa manobram votações porque não querem discussão de matérias tão importantes para a vida nacional, ainda mais que são projetos que não foram submetidos a nenhum pleito eleitoral vitorioso nas urnas. O que está aí são pacotes derrotados nas urnas, projetos que não passaram pelo crivo do eleitorado e, portanto, são ilegítimos.

Se a Previdência e a legislação trabalhista precisam mudar, que mudem de forma democrática com discussões exaustivas não apenas no Congresso mas com a participação de toda a sociedade brasileira, como requer em qualquer ambiente pluralista.

A urgência impede o debate, e sem debate as votações têm o voto dos conchavos, das discussões de penumbras, das falas com as mãos em leque temerosas das leituras labiais.

O arcebispo metropolitano de Natal, dom Jaime Vieira Rocha, convocou os fieis contra as reformas em manifestações programadas em todo o país para esta sexta-feira. É democrático, é legítimo. A convocação do bispo provocou ira de alguns inclementes radicais contra a democracia que aproveitaram as redes sociais para espinafrar o bispo que assumiu uma posição contra as reformas. As ofensas contra o bispo são típicas de quem não assume que é necessário o debate, a discussão, ao invés da violência de palavras proferidas com ódio, por pessoas despreparadas para qualquer debate.

Há que se respeitar quem é a favor das reformas mas é necessário elevar e a aprofundar as discussões sobre as mudanças e os impactos que elas vão causar na vida de cada cidadão e cada cidadã deste país. A pressa na votação talvez revele o temor do governo em considerar o debate como parte soberana do sistema democrático.

Pelo curto período de democracia que o país vive, estamos em um momento perigoso porque não aceitamos os confrontos. No Brasil, a ditatura militar depois de 21 anos de chumbo, acabou em 1985 em muito pouco tempo para darmos brechas a soluções autoritárias como aprovação dessas mudanças sem o crivo das discussões exaustivas.

rodaviva@novonoticias.com

RODA VIVA

CASSIANO ARRUDA CÂMARA

Para entender o fenômeno

O "fenômeno" João Doria começa a preocupar setores influentes do Partido dos Trabalhadores que usou a Fundação Perseu Abramo para a realização de uma pesquisa junto a um público representativo na periferia de São Paulo formado por ex-eleitores do PT, que já não vinham votando em Dilma, em 2014, e em Haddad, no pleito municipal do ano passado, todos na faixa de renda entre dois e cinco salários mínimos, beneficiários de algum programa social.

A perda de substância eleitoral no partido havia sido demonstrada de forma clara na eleição municipal de 2016. A pesquisa pode ajudar a entender o afastamento desse público formado por moradores de áreas que eram consideradas por algum tempo como território do PT, mas que no ano passado votou maciçamente em João Dória, um "não político" que se apresentou como um "gestor".

Estudando a situação da periferia de São Paulo fica claro que toda a pregação de Lula de "nós contra eles" – os pobres contra as elites – não vingou naquele segmento. Na cabeça dos moradores da periferia, essa divisão não existe, segundo a pesquisa. A luta de classes não está no universo desses paulistanos. Assim como a ideia de um estado bem-feitor amigo do povo, para o qual cobra pesados impostos, é inverso à percepção desses eleitores. O estado é malvisto, exatamente por cobrar muitos impostos e gastar mal o que arrecada. Aliás, a mesma percepção dos entrevistados nos bairros de elite.

A pesquisa também revela que o eleitor da periferia não quer ser visto como um coitadinho que precisa ser tutelado, como preceitua a receita lulopetista. Na verdade a periferia tem um sonho. O sonho de ascender socialmente pelo esforço próprio. Tanto que se identificam com personalidades como o próprio Lula, ou Silvio Santos, ou João Doria, que

representam exemplos de sucesso pessoal sem necessitarem de de nenhum programa assistencialista. Eles buscam crescer na vida pelo mérito, não por meio de cotas ou mecanismos semelhantes que fazem parte do modelo petista.

Consciente que precisa ser reinventado, o PT terá muito que refletir sobre esse recado de um núcleo de pessoas representativo do Brasil cosmopolita. Não querer enxergar essa situação, preferindo o conforto de acreditar no apoio compulsório, sem crítica da clientela do Bolsa Família e de outros programas sociais, de áreas empobrecidas ao longo do Brasil. Se não mudar, o partido estará consolidando um pacto clientelista com a pobreza e a miséria, sem oferecer mecanimos que permita a ascensão de cada indivíduo.

Na hora que se amplia a visão do problema, é inevitável chegar ao maior desastre dos governos petistas e de uma política econômica populista, inspirada num modelo terceiro mundista que não tem levado em conta a queda do Muro de Berlim e que tem infelicitado países como a Venezuela, segundo a qual o estado deve tutelar a sociedade em nome da redenção dos pobres. Na economia o fracasso do modelo é gritante a partir do segundo mandato de Dilma, quando começou a ser implantado sem preocupação de manter o que estava dando certo e provocou a disparada da imflação, o mergulho da economia numa recessão e os 13 milhões de brasileiros hoje desempregados.

Pode entrar
O médico Silvério Soares de Souza Neto toma posse, hoje, na Cadeira nº 40 da Academia Mossoroense de Letras, AMOL, que tem como patrono Silvério Soares de Souza e que foi ocupada por Raimundo Soares de Souza, seu avô e pai. A saudação ao novo acadêmico será feita por Paulo Eduardo Fernandes Negreiros. Depois da posse, Silvério vai autografar seu livro "Pode entrar, que a casa é sua", com fatos marcantes da vida de Raimundo Soares.

O que muda
Confirmada a posição do deputado Rafael Motta (PTB) contra as propostas de reforma do Governo a consequência local pode ser a mudança na chefia de três órgãos federais no Estado, que tiveram os seus dirigentes indicados por Motta: Dnit, DNPM e Anatel.

Dia de aniversário

Hoje completa 12 anos que o shopping Midway Mall era inaugurado numa grande festa com show de Roberto Carlos só para convidados, no Teatro Riachuelo.O Midway, no meio da maior crise enfrentada pelo Brasil, trabalha com expectativa positiva para o segundo semestre.

"Ninguém sabe o que está impedindo a aprovação do projeto".

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA, SOBRE A REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS

Justiça trabalha
O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região comunica no seu portal que terá expediente normal nessa sexta-feira (28).
As audiências e prazos processuais estão mantidos em toda a sua jurisdição.
Por razões operacionais, o acesso às dependências do Fórum Trabalhista e ao Complexo Judiciário Ministro Francisco Fausto será feito exclusivamente pela avenida capitão-mor Gouveia. Um post nas redes sociais havia dito em contrário.

Imposto Sindical
A poderosa Fiesp publicou, ontem, na grande imprensa, um surpreendente anúncio de página inteira na grande imprensa: "O Brasil precisa de MENOS IMPOSTO e mais coerência. Chegou a hora de acabar com o Imposto Sindical". Como uma das principais fontes de recursos da Fiesp era o tal imposto, a entidade empresarial apoiou uma medida que significa cortar na própria pele.
O Brasil tem 11.327 entidades habilitadas a receber o Imposto Sindical. Uma nota de R$ 2,1 bilhões no ano passado.

Concursados nomeados
O Presidente da Assembléia, deputado Ezequiel Ferreira de Souza, concluiu ontem o compromisso de nomear os aprovados no concurso para ingresso no serviço público. Foram publicados os atos dos últimos 17, de 85 aprovados.

Lacerda, 103 anos
O 103º aniversário do nascimento de Carlos Lacerda será lembrado, hoje, com uma missa na Igreja Nossa Senhora do Carmo, no Rio. O convite publicado pela Sociedade dos Amigos de Carlos Lacerda (Governador da Guanabara e candidato frustrado da UDN a Presidente em 1965) justifica para manter vivo o exemplo de "Moral, Ética, Competência e Coragem".

Quinta Jurídica
Hoje é dia de Quinta Jurídica, promoção da Escola de Magistratura Federal do RN, colocando em pauta "A crise do sistema prisional brasileiro e o estado de coisas institucional", com palestras do juiz federal Eduardo Souza Dantas e dos professores Alexandre de Azevedo Campos e Rodrigo Brandão Viveiros Peçanha.

Empreendedoras unidas
Um grupo de mulheres empreendedoras realiza, hoje, em Ponta Negra, o 1º Meetup da Rede Andrômeda, que se propõe a unir e fortalecer esse grupo, que começou a se organizar esse ano com a troca de experiências sobre negócios, que participam de uma mesa redonda para discutir o assunto, entre outras por Kelly Trindade, Talita Nunes, Erica Zuza, Tâmara Lins, Patrícia Catombé, Naya Toscano, Tereza Li e Andréa Nogueira.

ZUM ZUM ZUM

- Audiência Pública, na Assembléia, na tarde de hoje, debate o Plano de Combate a Homicídios.
- "Saúde e segurança no trabalho: uma abordagem biopsicossocial" é a mesa redonda que a UFRN promove, hoje, na cidade de Santa Cruz.
- O professor Vidal Suncion Infante, lança, hoje, na Cooperativa Cultural, o livro "Limites no Poder de Tributar no marco da atual Constituição".
- Hoje, em Assu, o Ministério do Trabalho se reúne com empresários do setor de cerâmica para construção.
- Campanha veiculada no Instagran: "Eu vou trabalhar dia 28".
- As eleições internas do Partido dos Trabalhadores mostrou que o PT ficou 27% menor, em todo o Brasil, depois do petrolão.
- Carlos Chagas, 79 anos, morreu, ontem, em Brasília. Foi dos maiores analistas políticos do Brasil nos anos 80 e 90.
- O Sindicato dos médicos está fora da greve de amanhã, considerada greve política.
- Hoje é o Dia Mundial do Teatro. Também é o Dia da caatinga.
- O Departamento de Engenharia da UFRN promove, hoje, seminário sobre Drenagem Rodoviária.

CHB Crédito: juros baixos
para você tirar o peso
das contas das suas costas.

O CHB Crédito é a forma mais fácil e rápida de realizar um empréstimo com juros baixos, tendo um prazo de até dez anos para pagar. Aproveite para regularizar sua vida financeira e realizar seus sonhos.

- Atendimento humanizado;
- Crédito a partir de R$ 30.000 reais;
- Juros baixos;
- Agilidade na liberação do recurso;
- Longo prazo para pagar.

criola

CHB | Companhia Hipotecária Brasileira

4009.4800
www.chbcredito.com.br

Cena Urbana

Vicente Serejo
Jornalista • vicenteserejo@novonoticias.com
novonoticias.com/blogs/srredator

"Tal qual um Fausto dos trópicos, Lula vendeu ao Diabo o que era uma biografia virtuosa"
Vera Magalhães

Refluxo

A crise do poder legislativo no Brasil pode ser medida pelo que tem deixado como herança os debates e barganhas em torno das reformas previdenciária e trabalhista, isto no plano nacional, e da aprovação pura e simples dos saques nos fundos das previdências estadual e municipal, se é para não omitir o plano local. Nos dois casos, e independentemente do que possa ter de positivo ou num caso e noutro, sobra um legislativo que em pleno desgaste ainda negou-se a cumprir o dever de questionar.

Aqui, as aprovações foram amplas, excetuando o desempenho individual de alguns poucos vereadores e deputados estaduais. Lá, em Brasília, com quase a metade dos plenários sob o crivo da suspeita, os grandes partidos - PMDB, PSDB e DEM - acocoram-se à sombra do Palácio do Planalto eu se deixaram dividir. Como no caso do PSB, da base aliada do governo, com o quinhão valioso de terum ministro equipe de governo, conspurcando o socialismo de faz de conta que leva na sua sigla.

A essa altura, medidas e contadas as mutilações éticas, ninguém consegue projetar qual seria o futuro desses partidos e suas centenas de parlamentares diante de uma eleição que está à porta, em 2018. Lá, convenhamos, o artifício do caixa dois não colou como desculpa: é crime e vai continuar sendo crime. Aqui, os deputados terão que enfrentar, e justificar, a presença de seus nomes nas listas dos que votaram pelo saque nos fundos de previdência com a divulgação massiva das redes sociais.

O tempo é outro, Senhor Redator. Vigiar e punir já não são, unicamente, um atributo apenas do Estado, como pensou seu autor quando escreveu o livro, em 1975. Passados mais de quarenta anos e com a chegada da internet são agora funções das redes sociais. O que antes parecia cômodo manter o controle dos veículos convencionais - rádio, jornal e tevê - através de uma legislação rigorosa, hoje sequer parece possível fixar um marco regulatório de controle de uma comunicação agora coletiva.

Não há mais, Senhor Redator, o monopólio da voz para usar a expressão de Muniz Sodré para flagrar a hegemonia da fala, do quem falava a quem. Cada pessoa tem na mãouma poderosa estação receptora e retransmissora de informações e opiniões com livre acesso à emissão sumária de juízos de valor. A expressão 'massificar' foi revogada, por absoluta insuficiência de significância e amplitude, e substituídapor 'viralizar', tal o poder rápido e incontrolável de pulverizar, como a ação dos vírus.

É diante dessa rapidez incontrolável e do poder de difamação difusa e difusamente sustentado que as redes sociais serão o novo tribunal sumário para a construção e desconstrução da imagem das personagens públicas. Um duelo desigual e avassalador diante do qual nem a própria tecnologia pode garantir seu controle. Um mundo onde a solidão não é mais produto da distância física e existencial, como antes. Todos estão isolados e, ao mesmo tempo, reunidos. Numa imensa e louca aldeia global.

PALCO

NOTÍCIA - Não deixa de ser auspiciosa, como diriam os velhos cronistas, a decisão da Federação das Indústrias de São Paulo ao apoiar o fim do imposto sindical dos sindicatos patronais na luta contra a tributação.

VALEU! - A decisão atinge não apenas uns e outros, patrões e empregados, certamente reduzindo suas receitas, como pode ser a fundação de um sistema de meritocracia que pode torná-los livres e independentes.

MAS... - Falta ainda, mesmo aprovadas pela Câmara e Senado, o estágio fundamental: o teste na prática, do que foi concebido. Só no atrito do dia a dia será possível saber se serve à cidadania ou a segmentos.

ALIÁS - É preciso não perder de vista que nem o apoio entusiasmado e poderoso da Av. Paulista pode evitar que prática demonstre o seu ponto mais fundamental: se há uma arbitragem real entre fortes e fracos.

SOMA - Para quem desejar fazer a conta em números reais: os saques do Governo e da Prefeitura somam hoje R$ 1,2 bilhão de reais. Um bilhão do Ipern, já sacados, e R$ 204 milhões do NatalPrev. Basta somar.

BALANÇO - É amplamente favorável ao governo o balanço, aos dois anos e quatro meses de gestão, na área de promoções dos militares e bombeiros da PM: 6.042 foram promovidos, apesar da crise na economia.

LIXO - Uma leitora desta coluna reclama do lixão que se acumula de vez em quando no encontro da Avenida Prudente de Morais com Rua Georgino Avelino. E pede que a Prefeitura tome logo uma providência.

PECADOS - De um vigário com muitos anos de sacristia vendo o descompromisso dos jovens padres diante das leis de Deus: 'Nossos padres andam muito esquecidos dos votos de pobreza, caridade e obediência'.

PRAÇA - Registre-se, já que a reclamação foi publicada nesta coluna duas vezes: a Prefeitura fez a limpeza da Praça Padre João Maria. Das barracas destruídas pelos cupins, derrubadas com últimas chuvas fortes.

AULA - A partir das visões do seu avô, o geólogo Edgard Dantas, em nome da família, deu uma verdadeira aula na sessão da Assembléia Legislativa que marcou os 150 anos de nascimento de Manuel Dantas.

COISAS - Por falar em Manuel Dantas é bom lembrar que ai este ano o livro reunindo as 103 edições da coluna 'Coisas da Terra', que Manuel Dantas publica em A República entre julho de 1906 e março de 1909.

VARELA - Será amanhã, nove da manhã, no pátio interno, o lançamento do livro de depoimentos sobre os cm anos do Hospital Infantil Varela Santiago. A história de um nome que fez bondade um jeito de viver.

CAMARIM

1- SAQUES

Não foi só esta coluna que se posicionoucontra os saques aos fundos de previdência. Seria vaidade omitir. Foi a posição assumida, à época, pelo então presidente do TJ, desembargador Cláudio Santos.

2- EFEITO

O que pareceu a muitos, alguns até de boa fé, ser medida de caráter emergencial e transitório é hoje uma dura realidade: os recursos das previdências de Natal e do Estado dificilmente serão devolvidos.

3- ATIVOS

A essa altura, e posto que a crise retira do Estado e Prefeitura as chances reais de reposição sem ter previsão de sobras orçamentárias, só a alienação de ativos geraria recursos extras nos cofres públicos.

4- SAÍDA

Na visão de juristas e economistas,o governo e a Prefeitura precisam iniciar um programa de alienação do patrimônio imóvel e de empresas para garantir os valores que pertencem aos servidores.

NOVO
Pra você, do seu jeito

ANJ Associação Nacional de Jornais

IVC Instituto Verificador de Circulação

Diretor geral Fernando Laudares. **Executivo de administração e finanças** Manuel Micó. **Conselheiro de relacionamento com comunidades e marcas** Carlos Magno Araújo. **Executiva de negócios** Karina Mandel. **Executivo de conteúdo e engajamento com a audiência** Everton Dantas. **Executivo de inovação digital e experiência do usuário** Paulo Moreira.
WhatsApp: (84) 99113-3526. Fones (84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380. redacao@novonoticias.com / pauta@novonoticias.com / comercial@novonoticias.com /assinatura@novonoticias.com. Para assinar (84) 3342-0374. Av. Hermes da Fonseca, 384 - Petrópolis - CEP 59020-000, Natal-RN.

IV – É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. (Constituição Federal – Artigo 5°). Os artigos assinados por colaboradores são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião do NOVO JORNAL. O jornal não pode ser responsabilizado pelas informações usadas nestes textos ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso ou da divulgação dessas informações.

novo.
novojornal.jor.br

Estamos no ar!
NOVO CONCEITO,
NOVO DESIGN,
NOVO NOVO.

Confira seu novo portal,
e dê sua opinião, elogio ou sugestão
através das nossas redes sociais!

Conecte-se

WhatsApp (84) 99113-3526

cartas@novonoticias.com
novonoticias.com

@NovoJornalRN
facebook.com/novojornalrn

O leitor pode fazer a sua denúncia neste espaço enviando fotografias

Elogio

Parabéns pela reportagem "Sangue numa madrugada da Região Metropolitana de Natal". Extrema qualidade e narrativa envolvente.

Há tempos não lia algo tão bom, se tratando de um assunto tão cheio de textos prontos.

Gustavo Andryê
Via portal

Lula

Porque Lula iria ocultar um terreno em São Paulo, enquanto o Fernando Henrique Cardoso - todos dizem, mas não investigam, tem um apartamento de luxo numa região nobre de Paris? Já escavaram tanto esse assunto e só agora esses delatores vêm delatar? O problema é que Lula está subindo feito rojão nas pesquisas... Só é somente isso para explicar tais delações, que surgiram tão estrategicamente agora.

Nilza Pires
Via portal

América F.C.

Prevemos públicos de 1500, 2000, 2500 pessoas... Lamentável, podendo diminuir entre 20 e 10 e termos públicos de 4000, 5000 ou 7000 pessoas. Ingresso a 10 e 20 ainda era alto, mas o mais justo.

Fabrício Emmanuel
Via Instagram

América – 2

Sai uma diretoria medíocre, entra outra pior, estão trabalhando pelo fim do América.

João Cabral Sobrinho
Via Instagram

Terceira ponte

Nessa perceptiva, então, não é a terceira ponte e sim a quinta, pois existem duas outras pontes com a mesma proporção que essa fora de Natal e que, como essa, não serviram pra absolutamente nada. Uma inclusive até mais perto que essa, que é a da BR 160 que liga Macaíba a São Gonçalo, sendo inclusive uma rota até mais rápida ao aeroporto que o acesso Sul, a outra é na própria BR 304, entre os municípios de São Pedro e Ielmo Marinho.

Terceira ponte? Uma piada, como se ela tivesse a mesma importância das pontes de Igapó e da Redinha.

Andrielio Cruz
Via portal

Plural

Marcus Peixoto
Presidente da UnP • marcuspeixoto@novonoticias.com

Inovar é preciso!

Existem livros e autores que marcam para sempre uma pessoa. A leitura dessas obras é, para o indivíduo impactado, um divisor de águas. O período pós-leitura parece ter "cheiro e sabor" diferentes; como se algo novo estivesse sendo aberto diante dos nossos olhos. Lembro-me bem dessa sensação ao ler Dostoievski, Camus e Saramago, por exemplo. No campo profissional, ainda nos meus tempos de estudante universitário, poder ler "A Teoria do Desenvolvimento Econômico", de Schumpeter, também foi um desses momentos mágicos em minha vida. Desde essa leitura, minha concepção sobre a necessidade de inovar tornou-se outra e isso facilitou muito minha própria jornada profissional.

Pois bem, o que disse tal autor que possa ter me impactado tanto? A leitura de Schumpeteré uma daquelas que requerem tempo e cuidado. A interpretação, como em qualquer texto, depende bastante também do próprio leitor, pois jamais somos participantes passivos nesse processo. Minha leitura, especificamente dessa obra, me fez entender que o verdadeiro desenvolvimento econômico é totalmente dependente do processo inovador. São as inovações que alteram o "fluxo circular ou tendência para o equilíbrio", ou seja, o estado atual, e que podem, de fato, ocasionar os próximos saltos qualitativos no desenvolvimento de uma sociedade. Em poucas palavras, sem inovação não há desenvolvimento econômico real!

E por que estou a citar Schumpeter? Recentemente, me detive a analisar o relatório de 2016 do "The Global Innovation Index", um sumário internacional dos principais indicadores associados aos investimentos e capacidade de inovação em 128 países. Sendo uma das maiores economias do mundo, deveríamos esperar de nosso país um posicionamento, ao menos, similar à nossa relevância econômica global. Porém, assim como nos últimos anos, nossa posição relativa é extremamente decepcionante. Nossos parcos recursos investidos em inovação (sempre ao redor de apenas 1% do PIB) novamente nos alçaram a vexatória posição de número 69 no ranking desses 128 países. Neste ano, o Brasil se encontra logo abaixo das "potências inovadoras" Kuwait (67º) e Panamá (68º) e um pouco à frente dos "gigantes econômicos" Líbano (70º) e Peru (71º).

Obviamente que nada tenhocontra os demais países mencionados, porém, é inaceitável que nós, com nosso tamanho e potencial, nos contentemos em ficar na categoria intermediária de algo tão relevante para o nosso desenvolvimento econômico.

E o que todo esse meu debate tem a ver com Educação? Acredito que seja desnecessário alongarmos nesse debate. Inovação e qualidade de Capital Humano andam, necessariamente, juntos!

Há cerca de 100 anos, esse mesmo Schumpeter classificou os empresários inovadores de "um tipo especial" com "intelecto e vontade acima do normal". Será que conseguiremos ter um grande volume de pessoas com esse perfil sem uma eficiente e excelente educação desde a base? Eu, pessoalmente, duvido muito!

NOVOWhats

O NOVOWhats publica as histórias que os nossos leitores enviam através do WhatsApp

Cadastre-se: (84) 99113-3526

Água

Já é a sétima vez que este vazamento de esgoto ocorre na esquina da av. Prudente de Moraes com a Joaquim Fagundes.

Contamina toda a região, pedestres, ciclistas.

André Silva
Via NOVOWhats

Efeitos colaterais da tributação

A tributação é prática do direito e da economia que, ao lado de sua função fiscal ou arrecadatória, dispõe de função extradição através da qual se estimula comportamentos quanto aos mais variados aspectos. O problema de vazios urbanos, por exemplo, pode muito bem ser enfrentado pela tributação do IPTU progressivo. Sua utilização vem a ser a segunda alternativa de uma sequência prevista no capítulo constitucional da política urbana, que recomenda antes dela o parcelamento ou edificação compulsória. Seguem-lhe como terceira e ultima a desapropriação com pagamento com títulos da dívida pública municipal.

A ninguém é dado desconhecer as consequências maléficas à população daqueles vazios, seja pelo seu uso para práticas contra a moral, os bons costumes e a atividades marginais, seja nas implicações para a segurança e a saúde pública e, sobretudo, para a intolerável especulação imobiliária. É através desta que os mais poderosos economicamente - que são poucos - terminam em se transformar em proprietários das cidades, em detrimento dos não poderosos economicamente - que são muitos. Se há dificuldades legais e materiais para a aplicação do IPTU progressivo nos moldes previstos constitucionalmente para a política urbana, nada melhor do que a aplicação simultânea das funções fiscais e extrafiscais no IPTU tradicional.

Ao lado da obtenção de melhoria de receita para fazer face à despesa pública, será obtida a prevenção ou correção dos vazios urbanos. Tal é possível com a aplicação de alíquotas maiores sobre o valor de imóveis não construídos ou subutilizados do que as aplicadas sobre o valor de imóveis construídos ou plenamente utilizados. Eis que assim haverá desestímulo à situação de manutenção de imóveis não construídos ou subutilizados e estímulo à construção e utilização plena do território urbano. Como consequência desta política tributária será possível em prazo razoável promover a mudança do perfil físico dos aglomerados urbanos e com o menor custo para as finanças públicas. De vez que a plena utilização por construção ou parcelamento do solo urbano dar-se-á com investimentos privados.

Caso a prevenção e correção dos vazios urbanos e suas consequências estão apontadas como exemplo do que é possível de ser obtido como efeitos colaterais da tributação, outras situações podem ser apontadas. Como a diminuição da produção de lixo residencial, comercial, industrial e mesmo público, o que pode ocorrer como consequência da mudança de cuidados particulares. Para tanto, sugere-se, entre outras medidas, a aplicação da extrafiscalidade do IPTU tradicional, com utilização de alíquotas crescentes ou decrescentes em correspondência a volumes maiores e menores de lixo produzido.

Alcimar de Almeida Silva
Via NOVOWhats

Jornal de *Gerson de Castro*

Jornalista | gersondecastrojornalista@gmail.com

Reformas pra que?

Um dos maiores equívocos, propositalmente estabelecidos por quem interesse em não discutir em profundidade as reformas em curso no País – Trabalhista e da Previdência – é dizer e acreditar que só se posicionam contra elas quem é petista. Este argumento é falso e não reflete a natureza das críticas.

Estamos diante de reformas feitas por um governo provisório - cujas teses não foram aprovadas nas ruas até porque seu chefe exerce um mandato-tampão – e um Congresso Nacional marcado pelo signo da suspeição, com boa parte de seus membros e líderes acusados de terem terceirizado para grandes empresas o direito de legislar.

A reforma trabalhista traz alguns avanços, mas a pretexto de promover modernização corre sério risco de legalizar a precarização das relações de trabalho, fato muito grave em um país de dimensões continentais, grave desequilíbrio regional e profundas desigualdades sociais.

A reforma da Previdência trata os trabalhadores como se culpados fossem pelo tratamento desigual dispensado a trabalhadores urbanos, rurais e servidores públicos ao longo de décadas. A Previdência dos trabalhadores privados urbanos não é responsável pelo rombo da Previdência. E se é necessário promover o equilíbrio para impedir que a Seguridade Social afunde nas próximas décadas se faz extremamente oportuno promover o corte nos privilégios em algumas verdadeiras castas que se formaram ao longo da história recente do País.

E o exemplo pode e deve começar pela classe política. Político não é profissão e todos que exercem esta atividade deveriam custear sua própria aposentadoria, que não deveria ficar às expensas dos contribuintes. Quantos Congressos – que tem uma Câmara dos Deputados com 513 deputados e o Senado com 81 senadores, sem contar com os altos funcionários e seus vultosos salários – os contribuintes brasileiros não mantêm e continuarão sustentando?

Será que é justo punir os trabalhadores obrigando-os a contribuir durante quase 50 anos para poder ter direito a um aposentadoria que mais parece auxílio-funeral? São justas as reformas em um País assolado pela corrupção e que, apesar da alta carga tributária, não consegue oferecer serviços de Educação, Saúde e Segurança de qualidade?

Pensar, criticar e questionar não é ser petista ou não. É ser cidadão.

VIAGEM
A viagem do prefeito Carlos Eduardo Alves e do vice-prefeito, Álvaro Dias, durante um período que incluiu feriados, não diz respeito apenas à Câmara Municipal, que deveria ou poderia ser comunicada acerca da ausência dos principais administradores da capital. A informação sobre viagem e ausência é assegurar a transparência e o respeito aos cidadãos.

DETALHE
Mesmo que o prefeito não tenha obrigação legal de comunicar à Câmara, o fato de se ausentar da cidade ao mesmo tempo que o vice-prefeito significa, na prática, que a capital potiguar ficou sem um administrador legal. E tal fato não pode ser considerado normal e justificável quando se discute o aprimoramento da administração pública.

POLÊMICA
Causou polêmica entre os mais conservadores a decisão da Igreja Católica de se pronunciar contra as reformas trabalhista e da Previdência. O arcebispo Dom Jaime Vieira Rocha e os bispos de Caicó e Mossoró assinaram documento conjunto e convocaram os fieis a irem às ruas nesta sexta-feira para se manifestar contra as reformas em discussão no Congresso.

SACRIFÍCIO
A pretexto de m odernizar, a reforma trabalhista precariza relações de trabalho. A da Previdência empurra goela abaixo do trabalhador privado o preço dos erros cometidos na administração pública brasileira e os custos dos privilégios concedidos ao longo de décadas a alguns setores, principal da tecnoburocracia dos órgãos do Estado (leia-se Poderes Públicos).

PERGUNTA
Do direito de pergunta: os brasileiros, principalmente aqueles que trabalham por anos a fio no setor privado, vão ficar calados diante da reforma da Previdência que torna a aposentadoria praticamente um evento pré-morte? Será que vamos aguentar aquela máxima "quem não tem padrinho morre pagão", usada para mostrar que os sacrifícios não atingem os privilegiados?

REAÇÃO
Em todo o caso, a reação ao posicionamento da Igreja e dos bispos católicos parece desmedida. Tem gente propondo em grupos de whatsApp que os pais de alunos de colégios católicos solicitem desconto na mensalidade caso se confirme a suspensão das aulas nesta sexta-feira. Situações e fatos graves não mereceram tanto protesto e indignação.

LEMBRANÇA
A igreja Católica, ou mais precisamente alguns setores dela, tem exercido um papel histórico e fundamental na defesa dos direitos e garantias individuais. Foi assim durante a ditatura militar, na restauração da Democracia, em defesa da vida de presos políticos. Assim tem sido na defesa dos trabalhadores rurais. Um pouco mais de tolerância não seria ruim.

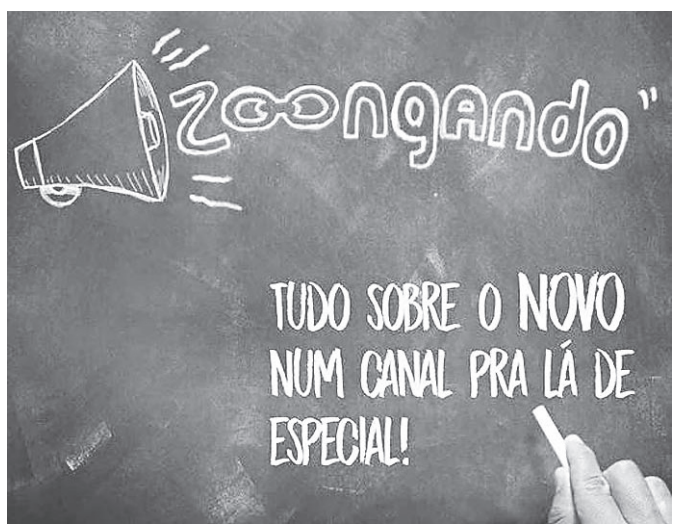
TRANSPORTES
Com o reajuste no valor das passagens de ônibus em Natal as críticas às deficiências do serviço voltaram com toda força. Superlotação, atrasos e falta de abrigos são apenas alguns dos problemas que os usuários enfrentam no cotidiano. E as tentativas de licitação por meio de concorrência pública continuam fracassando, em decorrência da articulação dos empresários.

CENTRAIS
A convocação da greve geral para sexta fez com que a Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência anunciasse a suspensão de funcionamento das Centrais do Cidadão na capital. O expediente será retomado somente na terça-feira, após o feriado do Dia do Trabalhador. A Central do Cidadão do shopping Via Direta funcionará normalmente no sábado.

Senhor leitor

O melhor do que acontece nos nossos canais digitais, você vê aqui

DESTAQUES



Tudo sobre o NOVO num canal pra lá de especial, o Zoongando, onde você vai poder saber sobre as novidades da empresa e tudo que estamos aprontando. Acesse o novonoticias.com e confira esse conteúdo diferenciado feito para você, do seu jeito!

CRISTINA BERNARDO

NOVO CLIQUE

O AMANHECER VISTO DE PONTA NEGRA. LINDO, NÉ?

+LIDAS

Fornecimento de água será suspenso parcialmente em 10 bairros de Natal:

Acidente deixa trânsito parado na BR-101:

Deputado diz que "talvez" manifestantes não tenham costume de acordar cedo:

ECONOMIA

Dólar $ Comercial: 3,175 | Ibovespa: -0,39% 64.891,53
Euro € 3,462 | Selic: 11,25% IPCA: +0,25%

Editor: Silvio Andrade **E-mail:** silvioandrade@novonoticias.com

Prazo de entrega da declaração do IR termina nesta sexta-feira

Expectativa da Receita Federal é que até as 23h59 de amanhã, 28,3 milhões de contribuintes no país entreguem a declaração de Pessoa Física 2017; no estado são esperadas 297 mil este ano

Da Agência Brasil

Mais de 20 milhões de declarações de Imposto de Renda foram recebidas pela Receita Federal até quarta-feira (26) às 11h. A expectativa é que 28,3 milhões de contribuintes entreguem o documento até o fim do prazo, amanhã, sexta-feira (28).

No Rio Grande do Norte, até as 12h30 de terça-feira (25) haviam sido entregues 186.905 mil declarações quando a Receita esperava pouco mais de 200 mil. A Receita espera para esta sexta-feira que 297 mil contribuintes potiguares entreguem suas declarações.

A Receita alerta que os contribuintes que perderem o prazo estarão sujeitos ao pagamento de multa mínima de R$ 165,74 e máxima de 20% do imposto devido.

O programa gerador da declaração está disponível no site da Receita. A declaração do Imposto de Renda é obrigatória para quem recebeu rendimentos tributáveis superiores a R$ 28.559,70 no ano passado. Saiba como fazer a declaração completa aqui.

RESTITUIÇÃO

A Receita pagará a restituição do Imposto de Renda 2017 em sete lotes, entre junho e dezembro deste ano. O primeiro lote sairá em 16 de junho, o segundo em 17 de julho e o terceiro em 15 de agosto. O quarto, quinto e sexto lotes serão pagos, respectivamente, em 15 de setembro, 16 de outubro e 16 de novembro. O sétimo e último lote está previsto para ser pago em dezembro.

Ao fazer a declaração, o contribuinte deve indicar a agência e a conta bancária na qual deseja receber a restituição. Idosos, pessoas com deficiência física, mental ou doença grave têm prioridade para receber a restituição.

MARCELO CAMARGO / ABr

// No Rio Grande do Norte, até as 12h30 de terça-feira (25) haviam sido entregues 186.905 mil declarações

VEJA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIO PARA DECLARAR O IR 2017

Caso você tenha que declarar Imposto de Renda, é importante reunir os documentos necessários para fazer a declaração. Apesar de nenhum comprovante ser anexado no programa do IRPF, é bom ter os seguintes documentos em mãos (ou pelo menos cópias):

Documentos

– Cópia da declaração do IR de 2016, impressa, arquivada na memória do computador, gravada em CD ou em pen drive

– Título de Eleitor para o contribuinte que for declarar pela primeira vez
Informes de rendimentos recebidos das fontes pagadoras (no caso de assalariados)

– Cópias de recibos/notas fiscais fornecidos a pacientes/clientes (no caso de autônomos)

– Livro-caixa, no caso de autônomos

– Informe de rendimentos do INSS (no caso de quem recebe benefícios previdenciários) ou de entidades de previdência privada

– Informes de rendimentos financeiros fornecidos por bancos

– Informes de pagamento de contribuições a entidades de previdência privada. É preciso nome e CNPJ da entidade

– Recibos/carnês de pagamento de despesas escolares dos dependentes ou do próprio contribuinte. É preciso nome e CNPJ dos estabelecimentos de ensino

– Recibos de aluguéis pagos/recebidos em 2016

– Nome e CPF dos beneficiários de despesas com saúde, como médicos, dentistas e psicólogos

– Nome e CNPJ dos beneficiários de pagamentos a pessoas jurídicas, como hospitais, planos de saúde, clínicas de exames laboratoriais, entre outros

– Nome e CPF de beneficiários de doações/heranças e respectivo valor

– Nome e CPF dos dependentes maiores de 14 anos, completados até 31 de dezembro de 2016. Para os menores de 14 anos, não é preciso indicar o CPF

– Nome e CPF de ex-cônjuges e de filhos para comprovar o pagamento de pensão alimentícia

– Dados do empregado doméstico com os recolhimentos das contribuições ao INSS. É preciso nome, CPF e NIT do empregado e o valor total pago em 2016

– Escrituras ou compromissos de compra e/ou venda de imóveis, terrenos, adquiridos ou vendidos em 2016

– Documento de compra e/ou venda de veículos em 2016, além de marca, modelo, placa e nome e CPF/CNPJ do comprador ou do vendedor

– Documento de compra de veículos ou de bens por consórcios em 2016
Documentos sobre rescisões trabalhistas, com valores individualizados de salários, férias, 13º salário, FGTS, entre outros

// Suspeita

Tribunal de Contas da União vai analisar irregularidades em negócios do BNDES com a JBS

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai analisar possíveis irregularidades na compra de ações do frigorífico JBS pela BNDES Participações (BNDESPar), subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Segundo o relatório do ministro Augusto Shermann, as ações da JBS, dona da marca Friboi, foram adquiridas por um valor acima do cotado na bolsa. O valor previsto foi acrescido de um adicional de R$ 0,50 por ação o que, segundo o ministro, não se justifica. Cada ação valia R$ 7,65, mas o BNDES pagou R$ 8,15 por cada papel.

A área técnica do TCU também apontou ausência de demonstração da aplicação dos recursos na finalidade para a qual foi repassada, da ordem de US$ 230 a 235 milhões. O aporte, de R$ 1,14 bilhões, foi feito em 2007, com o objetivo de apoiar a compra do frigorífico americano Swift Foods pela JBS. "Os recursos do BNDES são subsidiados, de modo que qualquer recurso adicional que se repassa significa uma certa perda para o estado brasileiro", disse Shermann.

Outra possível irregularidade é o curto prazo de aprovação da operação. Sherman disse que o negócio foi aprovado em 22 dias úteis. No entanto, análise do TCU mostra que o prazo médio para a aprovação de operações como esta é de 116 dias corridos. "Isso mostra que houve sim um certo descompasso entre o prazo com que essa operação foi analisada, em relação às outras que o BNDES tinha nesse mesmo período de tempo. Portanto, há indício que houve certo privilégio ao grupo JBS na análise dessa operação", disse o ministro.

REPRODUÇÃO

// Banco comprou ações da empresa pagando valor acima do normal

Além da abertura de uma Tomada de Contas Especial para apurar os indícios de irregularidades, o tribunal vai definir até o dia 10 de maio quais responsáveis serão ouvidos para esclarecer o caso. Segundo Shermann, a abertura do processo não significa uma condenação do TCU. "É apenas a abertura de um processo para que esses indícios possam ser melhor avaliados, para que o tribunal venha depois a decidir se se eles realmente se confirmam como regularidades e eventualmente haver sanções", disse.

Em nota, a JBS disse que todos os investimentos do BNDESPar foram praticados de acordo com a legislação e com transparência. "Sendo assim, a companhia não tem o menor receio que, ao término do processo, o resultado dele possa afetar os negócios ou mesmo a situação patrimonial da companhia. Já houve inclusive uma perícia da Polícia Federal informando a inexistência de qualquer indício de irregularidades".

Também em nota, o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que a operação de aquisição da Swift pela JBS "foi realizada dentro da mais absoluta regularidade, tendo sido analisada em todas as instâncias pelas equipes técnicas do banco. Todas as regras e procedimentos usuais da instituição em operações de renda variável foram observadas, sem qualquer favorecimento à JBS".

COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA

COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA S/A – CHB
CNPJ: 10.694.628/0001-98
DEZ/2016

Relatório da Administração – Exercicio de 2016
A CHB – Companhia Hipotecária Brasileira apresenta suas demonstrações financeiras relativas ao encerramento do exercício do ano de 2016.

O cenário econômico restritivo que o Brasil apresentou ao longo deste ano de 2016 fez com que a CHB optasse pela redução no ritmo de novas operações de crédito e uma priorização na gestão da carteira de crédito existente. A Companhia permaneceu com foco em operações voltadas ao financiamento à construção e aquisição de imóveis residenciais e empréstimos, tendo na sua grande maioria imóveis residenciais.

Com a manutenção deste foco, a carteira da CHB mantem-se concentrada nas operações de financiamento à produção de empreendimentos residenciais contratadas junto a construtores e incorporadores com obras em andamento que apresentam, além da garantia imobiliária, um fluxo de recebíveis oriundo das suas vendas a prazo das unidades destes empreendimentos. Também tem participação significativa as aquisições de contratos de compra e venda a prazo com alienação fiduciária, efetivados entre construtoras ou incorporadoras e as pessoas físicas compradoras finais das unidades.

Em ambos os casos, além da garantia através das alienações fiduciárias dos imóveis, estas operações contam também com a alienação fiduciária do fluxo de recebíveis existente, garantindo assim a não concentração de risco de crédito, tendo pessoas físicas como compradoras e devedoras finais das unidades residenciais vendidas ou em construção. A carteira da CHB também conta com operações de empréstimos com garantia imobiliária, sempre focados na pessoa física proprietária do imóvel residencial e tendo este imóvel em alienação fiduciária como garantia destes empréstimos.

A carteira de crédito da CHB encerrou o ano de 2016 com um total de R$ 222.103 mil, sendo R$ 57.875 mil no curto prazo e R$ 164.228 mil com vencimentos no longo prazo. Este valor total de carteira representa um crescimento de 34% em relação ao encerramento do ano de 2016 (R$ 165.887 mil). Mantidas as mesmas políticas de provisionamento para a carteira de crédito, políticas estas que levam em consideração o atraso e o rating periodicamente calculado para cada cliente e operação, o total de provisão para devedores duvidosos no encerramento do exercicio de 2016 foi de R$ 8.652 mil, que representa 3,89% da carteira de crédito (R$ 2.917 mil e 1,77% respectivamente no encerramento de 2015).

Para o sustentar os seus ativos, a CHB vem emitindo Letras de Crédito Imobiliário tendo como lastro as suas operações de crédito e suas respectivas garantias imobiliárias. No encerramento do ano de 2016 o saldo da carteira de LCI era de R$ 230.539 mil (R$ 166.981 mil em 31/12/2015), sendo R$ 55.293 mil com vencimentos no curto prazo e R$ 175.246 mil no longo prazo (R$ 49.939 mil e R$ 117.042 mil respectivamente em 31/12/2015).
Atuando como agente do Ministério das Cidades nos Programas de Habitação Social a CHB deu continuidade a gestão dos programas em vigor, chegando no encerramento do ano de 2016 com um saldo sob sua gestão de R$ 8.433 mil, recursos estes que faziam parte das suas disponibilidades que somavam R$ 14.282 mil, aplicados em Fundo de Investimento com liquidez (R$ 13.459 mil) e em caixa (R$ 823 mil).

O resultado da CHB no exercício de 2016 foi um lucro, após Imposto de Renda e Contribuição Social, de R$ 1.476 mil. Em 2015 a Companhia apresentou um lucro de R$ 229 mil. O Patrimônio Líquido no encerramento do exercício de 2016 era de R$ 19.948 mil (R$ 21.135 mil em 31/12/2015).

Por fim, em novembro de 2016, a captação em Letra Financeira, no montante de R$ 2.886 mil (saldo em 31/12/2016: R$ 2.944), realizada pela CHB junto aos seus acionistas foi transformada em Dívida Subordinada nas condições previstas pelo Banco Central do Brasil, passando assim a compor o Capital Complementar considerado no cálculo do Patrimonio de Referência utilizado para cálculo dos limites de alavangem e de riscos da Companhia, conforme a Resolução nº 4.192 do Banco Central do Brasil.

A administração.

Balanço Patrimonial
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Circulante	**90.972**	**68.056**
Disponibilidades	823	129
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	13.459	18.391
Operações de Crédito (Nota 6)	57.875	40.550
Empréstimos	5.223	24.105
Financiamentos Imobiliários	54.988	17.148
(-) Provisão para Operações de Crédito	(2.336)	(704)
Outros Créditos (Nota 7)	12.444	7.234
Outros Valores e Bens	6.371	1.752
Não Circulante	**180.230**	**136.492**
Realizável a Longo Prazo	**178.543**	**134.925**
Relações Interfinanceiras (Nota 8)	14.315	9.587
Créditos Vinculados	15.410	12.695
(-) Provisão para Créditos Vinculados	(1.095)	(3.108)
Operações de Crédito (Nota 6)	164.228	125.338
Empréstimos	49.089	88.522
Financiamentos	121.456	39.029
(-) Provisão para Operações de Crédito	(6.316)	(2.213)
Investimentos (Nota 9)	638	490
Ações e Cotas	638	490
Imobilizado Líquido (Nota 10)	1.050	1.077
Imobilizado - Custo	3.192	3.080
(-) Depreciação Acumulada	(2.142)	(2.002)
Total do Ativo	**271.202**	**204.548**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	2016	2015
Circulante	**73.065**	**63.783**
Recursos de Letras Imobiliárias	55.293	49.939
Obrigações por emissão de LCI (Nota 11)	55.293	49.939
Obrigações por Financiamentos	8.433	8.741
Minha Casa Minha Vida (Nota 12.a)	7.172	7.480
PSH -Programa de subsidio habitacional (Nota 12.b)	1.261	1.261
Outras Obrigações (Nota 13)	9.339	5.104
Recursos do FGTS	422	240
Fiscais e Previdenciárias	419	378
Diversos	7.082	4.486
Sociais e estatutárias (Nota 14)	1.416	-
Não Circulante	**178.189**	**119.629**
Recursos de Letras Imobiliárias	178.189	119.629
Obrigações por emissão de LCI (Nota 11)	175.246	117.042
Obrigações por emissão de LF (Nota 11)	2.944	2.587
Total do Passivo	**251.255**	**183.412**
Patrimônio Líquido (Nota 14)		
Capital Social	19.948	21.135
Reservas de Lucros	18.020	18.020
(-) Ações em Tesouraria	2.105	3.292
	(177)	(177)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**271.202**	**204.548**

Demonstração de resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Descrição	2º Semestre 2016	2016	2015
Receita da Intermediação Financeira (Nota 15)	**22.335**	**40.556**	**27.260**
Resultado com Operações de Crédito	21.336	39.340	25.288
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	999	1.215	1.972
Despesas da Intermediação Financeira	**(19.959)**	**(35.930)**	**(20.689)**
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(526)	(998)	(45)
Despesas com Captação	(16.283)	(30.575)	(18.876)
(Provisão) / Reversão para Operação de Crédito	(3.150)	(4.357)	(1.768)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**2.377**	**4.625**	**6.571**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(76)	(3.183)	(5.638)
Receita de Prestação de Serviços	1.402	2.913	1.802
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(1.953)	(3.824)	(3.862)
Despesas Administrativas (Nota 17)	(2.415)	(5.372)	(4.320)
Despesas Tributárias	(545)	(852)	(592)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais (Nota 18)	3.434	3.952	1.335
Resultado não operacional	-	-	-
Lucro / (Prejuízo) antes dos Tributos	**2.301**	**1.442**	**933**
Imposto de renda e contribuição social	(824)	(1.213)	(282)
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período	**1.476**	**229**	**652**
Nº de ações em circulação no fim do exercício	18.020	18.020	18.020
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em reais)	0,08	0,01	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Estatutárias	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Ações em Tesouraria	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de julho de 2016	**18.020**	**324**	**1.551**	**1.416**	(1.247)	(177)	**19.888**
Resultado do Semestre					1.476		1.476
Destinação do Lucro Líquido					(229)		-
Juros sobre capital próprio		11	217				
a pagar (Nota 14)				(1.416)			(1.416)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**18.020**	**336**	**1.769**	-	-	(177)	**19.948**
Mutações do 2º semestre 2016	-	11	217	(1.416)	1.247	-	60
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**18.020**	**292**	**2.348**	-	-	(177)	**20.483**
Lucro do exercício							
Destinação do Lucro Líquido		33	619		652		652
Juros sobre capital próprio (Nota 14)			(1.416)	1.416	(652)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**18.020**	**324**	**1.551**	1.416	-	(177)	**21.135**
Mutações do período	-	33	(797)	1.416	-	-	652
Saldos em 01 de janeiro de 2016	**18.020**	**324**	**1.551**	1.416	-	(177)	**21.135**
Lucro do exercício					229		
Destinação do Lucro Líquido		11	217		(229)		229
Juros sobre capital próprio							-
a pagar (Nota 14)				(1.416)			(1.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**18.020**	**336**	**1.769**	-	-	(177)	**19.948**
Mutações do período	-	11	217	(1.416)	-	-	(1.187)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa(metódo indireto) exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015 (em milhares de reais)

Descrição	2º Semestre 2016	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.301	1.442	933
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	71	140	129
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	2.515	3.723	1.768
Provisão/Reversão para perdas sobre bens não de uso	635	635	-
Redução (Aumento) de Ativos			
Títulos e valores mobiliários	(6.767)	4.932	(259)
Relações interfinanceiras	(2.716)	(2.716)	-
Operações de crédito	(26.275)	(61.951)	(88.890)
Outros créditos	(4.635)	(5.210)	(2.024)
Outros valores e bens	(4.218)	(5.254)	(1.300)
Aumento (Redução) de Passivos			
Recursos de letras imobiliárias	31.373	63.915	93.378
Obrigações por empréstimos e repasses	6.324	(308)	(705)
Outras obrigações	1.971	2.819	(4.734)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	580	2.167	(1.704)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(824)	(1.213)	(282)
(=) Caixa líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	(244)	954	(1.986)
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de imobilizado	(5)	(112)	(236)
Aquisições de ações	(148)	(148)	-
(=) Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Investimento	(153)	(260)	(236)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
(=) Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades de Financiamento	-	-	-
(=) Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(398)	694	(2.221)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.222	129	2.350
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	823	823	129
(=) Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(398)	694	(2.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2016
(em milhares de reais, exeto quando Indicado de outra forma)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A CHB – Companhia Hipotecária Brasileira ("Companhia") é uma instituição financeira de capital fechadoautorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com operações ativas e passivas relacionadas a crédito, captações de recursos de terceiros e repasses no País de programas sociais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.
Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 28 de abril de 2017. (Abdias, se a publicação será dia 27, não pode ter a diretoria aprovado dia 28. AGO tudo bem)
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém alguns não foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações – Resolução CMN Nº 3.989/11.
e) CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro-Resolução CMN nº 4.007/11;
f) CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes – homologado pela Resolução CMN nº 3973/11;
g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Adoção de novas normas contábeis

Os Pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e ainda não foram aprovados pelo Banco Central do Brasil:
CPC 47 – Receita de contrato com clientes (IFRS 15): o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e a elaboração das demonstrações financeiras. Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da Companhia de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. (vigência a partir de 1º/01/2018).

CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9): a norma substitui a NBC TG 38. As principais mudanças previstas são: (a) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (b) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (c) o conceito de derivativos embutidos foi extinto; e (d) flexibilização das exigências para a adoção da contabilidade de hedge. (vigência a partir de 1º/01/2018).

Atualmente não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar estes pronunciamentos. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Companhia Hipotecária Brasileira S/A.
Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da CHB são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também a moeda de apresentação.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa (disponibilidade)

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

4.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:
• títulos para negociação
• títulos disponíveis para venda
• títulos mantidos até o vencimento

Os títulos classificados como "para negociação" e os títulos "disponíveis para venda" são ajustados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os fundos de investimentos financeiros são avaliados pelo valor da quota, informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

A carteira de títulos e valores mobiliários da Companhia é classificada em 100% em títulos para negociação.

4.4 Relações interfinanceiras

Constituída de contratos levados ao FCVS (Fundo de compensação das variações salariais), requerendo o recebimento dos recursos pela CEF - Caixa Econômica Federal.
Os créditos já homologados e habilitados, para posterior novação e transformação em títulos CVS. A provisão para perdas é constituída para 100% dos contratos não habilitados ou para os quais não foram apresentados os valores a ressarcir pelo FCVS.

4.5 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo 'AA' (risco mínimo) e 'H' (risco máximo); e (ii) a avaliação da administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

A atualização destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em 'Receitas' e, a partir do 60º dia, em 'Rendas a apropriar'.

As operações em atraso classificadas como nível 'H' (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pro rata" dia e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

4.6 Provisão para operações de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

4.7 Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

4.8 Investimentos

As demais participações societárias minoritárias são avaliadas ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente.

4.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.
Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, utilizando como base o valor de custo menos o valor residual (e menos o valor alocado ao terreno no caso dos imóveis), e os seguintes períodos de vida útil estimada de cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Imóveis	25	4
Móveis e equipamentos	10	10
Sistema de processamento de dados	5	20
Sistema de transportes	5	20
Outras	10	10

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, conforme necessário, a cada fechamento.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;

Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a provisões correspondente a tributos (impostos e contribuições), contabilizados de acordo com sua competência.

4.12 Outros ativos e passivos não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil para o exercício, (R$ 120 mil no semestre) ajustada pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 20%.

4.14 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

5. Títulos e valores mobiliários

	2016	2015
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-
CHB FIM Crédito Privado	13.459	18.391
Total títulos e valores mobiliários	13.459	18.391

Os certificados de recebíveis imobiliários são avaliados de acordo com a valorização dos papéis na data de balanço, incorporando juros e atualização monetária pactuados, sendo que os mesmos estão custodiados na CETIP.
As cotas de fundos de investimentos são avaliadas de acordo com o valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as cotas detidas pela CHB, bem como os ativos que compõem a carteira do fundo, estão classificados como títulos para negociação.

Parte dos recursos aplicados em fundos de investimento são representados por recursos recebidos do Ministério das Cidades relativos ao Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH e Programa Minha Casa Minha Vida PMCMV.

Os recursos vinculados referem-se a garantias financeiras alternativas ao seguro de término de obras do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, previstas na alínea "m", do item 4.2, do Anexo I da Portaria Interministerial Nº. 335, de 29 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda e das Cidades, que correspondem a 50% dos recursos de equilíbrio econômico-financeiro, os quais são bloqueados, inclusive seus rendimentos, e liberados proporcionalmente à entrega das unidades habitacionais aos seus mutuários finais. Em 31 de dezembro de 2016 o total bloqueado é de R$ 85,7 mil (R$ 79 mil em 2015).

6. Operações de crédito

a) A composição da carteira de crédito por nível de risco é demonstrada como segue:

Nível de Risco	2016 Saldo da Carteira	2016 Provisão constituída	2016 %	2015 Saldo da Carteira	2015 Provisão constituída	2015 %
AA	36	-	0	35	-	0
A	100.066	500	0,5	87.950	440	0,5
B	79.856	798	1	57.607	576	1
C	27.264	818	3	18.887	567	3
D	8.950	895	10	692	69	10
E	11.663	3.499	30	3.384	1.015	30
F	1.054	527	50	-	-	50
G	837	586	70	-	-	70
H	1.029	1.029	100	250	250	100
Total	**230.755**	**8.652**		**168.805**	**2.917**	

b) As operações de crédito estão compostas a seguir:

	2016	2015
Empréstimos	53.128	53.128
CHB Habitação	-	-
Aquisição de Recebíveis	-	-
Financiamentos	176.443	176.443
Direitos Creditórios Descontados	1.184	1.184
Outras Operações	-	-
Total	**230.755**	**168.805**

c) A movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	2016	2015
Saldo Inicial	(2.917)	(1.149)
Constituições do período	(20.039)	(6.833)
Reversões do Período	14.304	5.065
Saldo Final	**(8.652)**	**(2.917)**

O total de reversões do período de 2016 (R$ 14.304 mil) refere-se essencialmente aos contratos que tiveram recebimentos de parcelas que estavam em atraso, melhorando a sua classificação de risco. O efeito da constituição e reversão do período foi R$ 4.307 mil negativo apresentado na demonstração do resultado. O montante de créditos recuperados de prejuízo em 2016 foi de R$ 77 mil (R$ 91 mil em 2015)

d) A composição das operações vencidas e vincendas é apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Participação %	Saldo em 31/12/2015	Participação %
Operações Vencidas				
Até 60 dias	2.467	73%	1.026	73%
De 61 a 180 dias	673	20%	328	23%
Acima de 180 dias	250	7%	44	3%
Subtotal Operações Vencidas	**3.390**	**100%**	**1.398**	**100%**
Operações Vincendas				
Até 60 dias	12.588	6%	11.020	7%
De 61 a 180 dias	22.781	10%	20.370	12%
Acima de 180 dias	191.995	84%	136.016	81%
Subtotal Operações Vincendas	**227.364**	**100%**	**167.406**	**100%**
Saldo Total da Carteira	**230.755**		**168.805**	

7. Outros créditos

	2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	466	380
Subsidio operacional – Minha casa minha vida	144	211
Adiantamento prejuízo fiscal	124	124
Outros créditos (a)	7.574	1.656
Remuneração Minha Casa Minha Vida (b)	1.560	2.571
Contratos Em Cessão	2.563	2.292
Total circulante	**12.431**	**7.234**

(a) Representa valores de contratos recebíveis, adiantamentos e outros valores diversos.

(b) Representa os valores a receber por conta do Leilão do Programa Minha Casa Minha Vida I e II, no qual a Companhia foi aquinhoada pelo Ministério das Cidades com 9.830 unidades conforme Portaria publicada no Diário Oficial da União 1º de julho de 2012.

8. Relações interfinanceiras

Constituída essencialmente de contratos levados ao FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais), requerendo o recebimento dos recursos. Os créditos já homologados e habilitados são corrigidos mensalmente pelo índice de correção da poupança, para posterior novação e transformação em CVS.
Os valores são apresentados a seguir:

	2016	2015
Créditos vinculados	15.410	12.695
(-) Provisão para perdas com créditos vinculados	(1.095)	(3.108)
Total	**14.315**	**9.587**

Durante o segundo semestre, a CHB procedeu a atualização da carteira do FCVS, providenciando a atualização dos créditos pré-novados e os homologados a partir dos créditos que não estavam habilitados ou homologados. Consequentemente, foi realizado a adição aos créditos vinculados destes contratos e feito a atualização das estimativas de provisionamento para perdas.

9. Investimentos

Refere-se a Investimento na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, constituída em 31 de julho de 1997 com objetivo de atuar na securitização de créditos hipotecários e de operações imobiliárias. A CHB é detentora de 430 ações ordinárias, que representam uma participação de 0,6515 % no capital integralizado da investida, sendo que a mesma está avaliada pelo método do custo de aquisição. Incluir a aquisição de novas ações realizada em dezembro/2016.

10. Imobilizado

	Edificações	Móveis e equipamentos	Sistema de Process. Dados	Veículos	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2015						
Custo	1.687	574	436	140		
Depreciação acumulada	(868)	(475)	(360)	(140)	31	2.868
Saldo contábil líquido	**819**	**99**	**76**	-	(31)	(1.874)
					-	**994**
Em 31 de dezembro de 2015						
Saldo inicial	819	99	76	-		
Aquisições	118	24	70	-	-	994
Depreciação	(69)	(29)	(31)	-	-	213
Saldo contábil líquido	**868**	**94**	**115**	-	-	(129)
					-	**1.077**
Em 31 de dezembro de 2015						
Custo	1.805	598	570	140		
Depreciação acumulada	(937)	(504)	(392)	(140)	31	3.081
Saldo contábil líquido	**868**	**94**	**115**	-	(31)	(2.004)
					-	**1.077**
Em 1º de janeiro de 2016						
Custo	1.805	598	507	140	31	3.081
Depreciação acumulada	(937)	(504)	(392)	(140)	(31)	(2.004)
Saldo contábil líquido	**868**	**94**	**115**	-	-	**1.077**
Em 31 de dezembro de 2016						
Saldo inicial	868	94	513	-	-	1.077
Aquisições	10	95	115	-	-	112
Depreciação	(71)	(37)	6	-	-	(139)
Saldo contábil líquido	**807**	**152**	**90**	-	-	**1.050**
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	1.815	693	513	140	31	3.192
Depreciação acumulada	(1.008)	(541)	(423)	(140)	(31)	(2.142)
Saldo contábil líquido	**807**	**152**	**90**	-	-	**1.050**

As taxas de depreciação utilizadas são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Edificações	(4%
Móveis e equipamentos	10%
Sistema de Processamento de Dados	20%
Veículos	20%
Outros	10%

11. Recursos de Letras Imobiliárias

Representam as captações oriundas de emissões de letras de Crédito Imobiliário –LCI, as quais se encontram custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

	2016	2015
Circulante	55.293	49.939
Não circulante	178.189	119.629
	233.482	**169.567**

12. Obrigações por financiamentos

Os valores de obrigações por financiamentos são relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programas de Subsídio Habitacional (PSH), conforme detalhado:

a) Programa Minha Casa Minha Vida

	2016	2015
Circulante		
Diversos municípios	7.172	7.480
Não Circulante		
Diversos municípios	-	-
Total	**7.172**	**7.172**

Correspondente aos leilões (MCMV I) e (MCMV II) para municípios com até 50.000 (cinquenta mil habitantes) regidos pelas portarias interministeriais nºs 484/2009, 547/2011 homologadas pelas portarias SNH/MC 532/2009 e 235/2012 respectivamente com prazo de médio de duração das obras entre 12 a 18 meses.
Depois de firmado os contratos de construção pelas prefeituras ficam sob a responsabilidade da CHB a gestão dos recursos e repasses aos construtores, efetuados mediante a apresentação dos relatórios de medição e fiscalização das obras.

b) Programa de Subsídio Habitacional

Representam as obrigações referentes aos recursos vinculados a este Programa Social do Governo Federal, para o qual a CHB deve controlar a execução dos projetos de construção e efetuar os repasses de acordo com o andamento das obras. Os valores estão apresentados a seguir:

	2016	2015
1º Leilão	2	2
2º Leilão	268	268
3º Leilão	511	511
4º Leilão	11	11
5º Leilão	469	469
Total	**1.261**	**1.261**

13. Outras Obrigações
Os valores são apresentados a seguir:

	2016 Circulante	2016 Não Circulante	2015 Circulante	2015 Não Circulante
Recursos do FGTS a liberar	422	-	422	-
Fiscais e Previdenciárias	419	-	419	-
Diversas	8.498	-	8.498	-
Total	**9.339**	-	**9.339**	-

14. Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social está representado por 18.020.000 (dezoito milhões e vinte mil reais) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas.

b) Distribuição de dividendos obrigatórios
O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária, sendo que, a Companhia optou em não distribuir dividendos neste semestre.

c) Reserva legal
A companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

d) Apuração do lucro/(prejuízo)
Os resultados da Companhia foram distribuídos para as reservas de lucros, conforme demonstrado a seguir:

Reservas de Lucros	2016	2015
Reserva estatutária	1.769	1.551
Reserva Legal	336	324
Dividendos adicionais propostos	-	1.416
Saldo Final	**1.769**	**3.292**

e) Dividendos adicionais propostos – juros sobre capital próprio

Durante o exercício de 2015 a CHB procedeu o reconhecimento de juros sobre capital próprio e a distribuição dos valores estaria submetida à aprovação em Assembleia Geral. No exercício de 2016 foi deliberado o pagamento dos juros sobre capital próprio no montante de R$ 1.416. Os valores foram reconhecidos no passivo circulante em conta de obrigações sociais e estatutárias.

COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA

COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA S/A – CHB
CNPJ: 10.694.628/0001-98
DEZ/2016

15. Receita de intermediação financeira
Resultado com operações de crédito estão compostos da seguinte forma:

	2016	2015
Rendas de empréstimos	1.248	14
Rendas de financiamentos	30.613	21.988
Rendas de financiamentos habitacionais	7.480	3.285
Total	**39.340**	**25.288**

O resultado com aplicações financeiras de Títulos e Valores Mobiliários no exercício foi de R$ 1.215 mil (R$ 1.972 em 2015).

16. Despesas com Pessoal
As despesas com pessoal são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Honorários administração	459	416
Proventos	2.379	2.455
Encargos sociais	982	982
Treinamentos	4	9
Total	**3.824**	**3.862**

17. Despesas administrativas
As despesas administrativas são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Serviço técnico especializado	2.121	1.556
Propaganda e publicidade	150	189
Viagens no país	209	247
Processamento de dados	487	433
Comunicação	95	86
Serviços financeiros	299	224
Serviços de terceiros	164	237
Seguros	-	-
Depreciação	140	129
Outras desp. Administrativas	1.708	1.219
Total despesas administrativas	**5.372**	**4.320**

18. Outras receitas e despesas operacionais:

	2016	2015
Outras receitas	3.952	1.769
Outras despesas	-	(435)
Total	**3.952**	**1.335**

Essencialmente a rubrica de Outras Receitas é composta pelos subitens: Agenciamento Fiduciário, Rendas obtidas, bem como, das Rendas provenientes do Programa Minha Casa Minha Vida e recuperação de créditos baixados como prejuízo. As Outras despesas operacionais são compostas de: Despesa com desconto de prestações, Despesa com estruturação de CCI.

19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado e estão representadas por:

		2016	2015
Diretores/Acionistas	Letras de Crédito Imobiliário	-	(1.846)
		-	(1.846)

20. Remuneração da administração

Durante o exercício, foram pagos aos membros do Conselho de Administração e Diretores, o montante de R$ 460 mil (R$ 416 mil em 2015).

21. Passivos contingentes

O reconhecimento a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009.
Os processos administrativos e judiciais em que a CHB figura como "autora" ou "ré", são amparados na opinião dos assessores jurídicos que classifica as ações de acordo com a expectativa de perdas para a Companhia, considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as informações da Assessoria Jurídica existem processos diversos com prognósticos de perda possível, no quais não necessitam de reconhecimento no passivo da CHB, sendo requerido pelo CPC 25 apenas sua divulgação em notas explicativas, que somam a importância de R$ 24.330 mil, em sua totalidade com ações trabalhistas e ações cíveis.

22. Índice de Basiléia

A CHB encontra-se enquadrada nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN), que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada conforme o Novo Acordo de Capital (Basiléia II), cujas apurações do Patrimônio Líquido de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido foram alteradas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar que a Companhia está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados, por fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco, este índice em 31 de dezembro de 2016 apresentou um nível de 13,14%.

23. Gerenciamento de riscos

Os procedimentos e normas relacionadas às estruturas de Gerenciamento de riscos de crédito, de mercado e de liquidez tem suas respectivas políticas delineadas pela Administração da Companhia Hipotecária Brasileira.

Natal, 13 de abril de 2017

Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto
Diretor Presidente

Pedro Henrique Tinoco Souto Filgueira Barreto
Diretor Executivo Administrativo

Teresa Josefina Paiva Souto Filgueira Barreto
Diretora Vice Presidente

Abdias Martins De Castro Filho
Contador - CRC/RN 4073/o-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Senhores
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA S/A – CHB - Natal/RN

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hipotecária Brasileira S/A – CHB (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hipotecária Brasileira S/A - CHB, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalho.

Parnamirim/RN, 13 de abril de 2017.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8

José Emerson Firmino
Contador
CRC/RN 6570/O-6

José Diego Braz da Silva
Contador
CRC/RN 10575/O-9

Ônibus, trens, escolas e bancos aderem à greve geral amanhã

Paralisação contra reformas que deve paralisar a capital amanhã terá concentração às 15h em frente o shopping Midway Mall. No RN diversas categorias confirmaram adesão ao movimento

Centrais sindicais e movimentos sociais já dão como certa a adesão de diversas categorias na paralisação convocada para amanhã, dia 28, contra as reformas propostas pelo presidente Michel Temer (PMDB) no Congresso Nacional. As reformas da Previdência e trabalhista são os principais alvos.

No Rio Grande do Norte diversas categorias já anunciaram adesão ao movimento. No transporte público da capital, apenas 30% da frota deve circular, refletindo também numa possível redução, ainda não definida, das linhas intermunicipais. Os trens urbanos não farão viagens na sexta-feira.

Escolas públicas e algumas redes de escolas privadas católicas também param de funcionar nesta sexta. As universidades públicas aderiram ao movimento, assim como servidores públicos municipais e estaduais. Nos bancos, apenas os terminais de auto-atendimento estarão disponíveis. Delegacias, somente as de plantão na capital e interior e os hospitais funcionarão com 50% dos serviços de urgência e emergência.

Estão marcados atos nas principais cidades do estado, como Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros. BNa capital, milhares de pessoas são esperadas na manifestação que terá concentração às 15h em frente o Shopping Midway Mall.

Na capital paulista, metroviários, motoristas de ônibus e professores aderiram à chamada greve geral e devem parar durante todo o dia. O Sindicato dos Metroviários e o Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo prometem uma paralisação geral durante o dia. Os metroviários prometerem parar durante 24 horas, mas não divulgaram se a paralisação vai atingir todo o sistema de trem e metrô. Já os motoristas têm uma reunião marcada na tarde desta quarta-feira para definir a extensão da greve.

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) afirmou que os professores da rede estadual são contrários à reforma da Previdência e à terceirização e vão paralisar suas atividades na sexta-feira, assim como os servidores municipais. Para estes, o prefeito João Doria (PSDB) afirmou que o Executivo vai descontar o dia parado na folha de pagamento daqueles que aderirem à manifestação.

FRANKIE MARCONE / NOVO

// **Reformas da Previdência e trabalhista são os principais alvos das manifestações**

Na rede particular de ensino, os sindicatos que integram a Federação dos Professores do Estado de São Paulo, e representam os professores, auxiliares e técnicos de ensino da rede privada, anunciaram que participarão da paralisação. "Estamos unidos para barrar reformas lesivas aos trabalhadores, especialmente perversas aos professores, promovidas por um governo sem voto", afirmou Celso Napolitano, presidente da Federação.

Em assembleia realizada na segunda-feira, 24, em São Bernardo, os metalúrgicos do ABC paulista também aprovaram a mobilização para a greve geral. "A intenção do governo com esse discurso de déficit na Previdência é empurrar todos os trabalhadores para a previdência privada", disse Aroaldo Oliveira, vice-presidente do sindicato.

Além dessas categorias, entidades que representam bancários, motoboys, petroleiros e profissionais da saúde do Estado de São Paulo também comunicaram adesão à paralisação. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical divulgaram nesta quarta-feira que todas as categorias profissionais vinculadas às entidades participarão do movimento.

Segundo a CUT, sindicatos dos 26 Estados e do Distrito Federal aderiram à paralisação, entre eles trabalhadores dos transportes públicos, portuários, aeronautas, petroleiros, professores, metalúrgicos, químicos e bancários. A Força divulgou que, em São Paulo, vão parar ônibus, metrô e trens, além de metalúrgicos, químicos e trabalhadores da construção civil.

Na capital paulista, uma manifestação chamada pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo está marcada para as 17 horas no Largo da Batata. No Rio de Janeiro, um ato está programado para as 15 horas na Cinelândia.

Greve cria 'feriado' de 4 dias que pode prejudicar o turismo, diz setor

A greve geral que está sendo organizada por sindicatos para amanhã (28), contra as reformas da Previdência e trabalhista, pode paralisar o transporte público, os bancos e outros setores em todo o país. E também criar um feriado de quatro dias.

Funcionários que não conseguirem chegar ao emprego na sexta ou decidirem aderir à paralisação sem comparecer a atos e passeatas têm a possibilidade de prolongar em mais um dia o feriado do Dia do Trabalho, comemorado na segunda (1º) -e ir viajar mais cedo com a família. Crianças e adolescente não terão aula, já que professores da rede estadual, municipal e da rede privada também pretendem parar as suas atividades.

Boa notícia para hotéis, agências e outras empresas envolvidas com o turismo do país? Não é o que acham associações do setor.

"A tendência é mais atrapalhar do que favorecer. Greve não é feriado. E, como ainda não é certa para muitas categorias, as pessoas não vão reservar hotéis sem ter certeza de que não trabalharão na sexta", diz Dilson Jatahy, presidente da ABIH nacional (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis).

De acordo com associações do setor, a greve pode antecipar a ida de pessoas para a própria casa na praia, por exemplo. Mas não há expectativa de que haja um aumento na procura por pacotes. Principalmente porque turistas têm planejado suas folgas com cada vez mais antecedência desde que o país entrou em crise econômica. Ou seja, quem decidiu viajar já tem tudo comprado e agendado.

"Antecipar a data de uma viagem marcada pode gerar multas e mudanças na tarifa. Fica mais caro. Então o impacto positivo nesses casos é mínimo", afirma Edmar Bull, presidente da Abav (Associação Brasileira das Agências de Viagens). Por outro lado, todos concordam que a greve pode impactar negativamente, principalmente pela desistência de quem deixou para fechar a viagem na última hora.

Nesta segunda (24), pilotos e comissários de bordo também ameaçaram parar na sexta. Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas, uma nova assembleia está marcada para a quinta (27) e decidirá se a categoria vai parar os aeroportos do país. Isso pode ser determinante para turistas indecisos decidirem ficar em casa.

A Abav e a ABIH acreditam que a greve dos aeronautas não irá acontecer. "Tudo deve se resolver até sexta. Se ela realmente ocorrer, vai prejudicar muito o setor", diz Jatahy. "Esperamos que isso não atrapalhe quem está planejando o feriado há meses", completa Bull.

As associações ainda não sentiram um movimento de cancelamento ou adiamento de pacotes por esse motivo. Mas a ABIH já trabalha com a possibilidade de uma variação negativa de até 10% na taxa de ocupação média dos hotéis no feriado. A projeção inicial é de 80%.

Mesmo assim, não existe um plano traçado para reembolsar quem não conseguir viajar em uma possível greve do setor aéreo. "Talvez mudar a data da reserva ou fazer o reembolso. A prioridade deve ser sempre o cliente", afirma Jatahy.

Trabalhador está satisfeito com jornada e salário, diz pesquisa

Nível de satisfação é maior entre homens brancos com ensino superior, mais de 50 anos de idade e que ganham mais de cinco salários mínimos, aponta levantamento inédido do IBGE

Fernanda Perrin
Da Folhapress

O trabalhador brasileiro está satisfeito com sua jornada de trabalho e o salário recebidos, de acordo com pesquisa inédita do IBGE divulgada ontem (26). O estudo foi feito com 25 mil empregados do setor privado e trabalhadores domésticos durante o ano de 2015.

O nível de satisfação é maior entre homens brancos com ensino superior, mais de 50 anos de idade e que ganham mais de cinco salários mínimos.Profissionais contratados diretamente também tendem a estar mais satisfeitos do que aqueles contratados por intermediação -situação em que se encaixam terceirizados, cooperativas e agenciados, por exemplo.

No questionário, o IBGE perguntou o nível de satisfação do trabalhador em relação a oito pontos: nível de salário, valor do auxílio-alimentação, jornada de trabalho, capacitação profissional, promoção de igualdade de oportunidade e tratamento, salubridade e segurança e benefícios sociais complementares.

As mulheres se dizem mais satisfeitas que os homens em três itens apenas (flexibilidade no horário, promoção de igualdade de oportunidade e tratamento, e salubridade e segurança no trabalho).

Trabalhadores de contratação intermediária fazem avaliação semelhante. Entre eles, o nível de satisfação supera o daqueles contratados diretamente em relação à salubridade e à promoção de igualdade, tal como entre as mulheres.

Mas, diferentemente delas, eles também se dizem mais satisfeitos com o salário recebido e estão tão satisfeitos quanto os contratados diretamente em relação à jornada.

Já no recorte por raça não há exceção: brancos se declaram mais satisfeitos do que pretos e pardos em todos os quesitos.

A parcela de satisfeitos e muito satisfeitos com o nível de salário, complementos e gratificações recebido é de 60% dos trabalhadores.

Quando consideradas apenas as respostas das mulheres, esse percentual cai para 58,5%. Entre pretos e pardos, o nível de satisfação é ainda menor -56,6%.

Os dados refletem a remuneração historicamente inferior recebida por esses grupos no mercado de trabalho.

Na contramão da reforma trabalhista, que propõe liberar a negociação de jornadas de trabalho diferentes do estabelecido na CLT, a maioria dos empregados diz estar satisfeito com sua rotina atual. Cerca de um quarto se disse insatisfeito ou indiferente.

Os mais satisfeitos são os profissionais que trabalham de 15 a 39 horas semanais -75,5% deles se declaram felizes com sua carga horária.

Em seguida, vêm os trabalhadores de jornada de 40 a 44 horas semanais, cujo nível de satisfação atinge 74,6% desse grupo.

Na outra ponta, os mais insatisfeitos são os que trabalham mais: entre quem tem uma jornada de 49 horas ou mais, 59,7% se diz satisfeito.

A flexibilidade no horário também foi bem avaliada pelos trabalhadores brasileiros, sobretudo pelas mulheres e pelos mais jovens (de 16 e 17 anos de idade).

AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS

Mais da metade dos trabalhadores brasileiros não recebem nenhum tipo de auxílio-alimentação. O percentual mais alto é na região Nordeste, onde 67,6% disse não receber o benefício.

Por outro lado, o oferecimento de capacitação profissional é frequente entre as empresas, de acordo com os entrevistados -62,7% disseram que existe a opção onde trabalham.

O objetivo do levantamento é ampliar o conhecimento sobre as relações de trabalho e aprimorar indicadores sobre trabalho decente, definido pela Organização Internacional do Trabalho como atividades que gerem renda suficiente para que indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza, e que não sejam insalubres, perigosas, inseguras e degradantes.

Direito de sindicalização e negociação coletiva também fazem parte desse entendimento.

ARQUIVO NOVO

// Pesquisa do IBGE destaca que tralhadores contratados diretamente tendem a estar mais safisfeitos

Brasileiro não se sindicaliza por falta de conhecimento

O brasileiro não se sindicaliza porque não sabe qual entidade representa sua categoria e, quando sabe, porque não tem interesse nos serviços oferecidos.

Essas foram as justificativas dadas por metade dos 83,1 milhões de trabalhadores não sindicalizados para não se filiar, de acordo com pesquisa do IBGE divulgada ontem.

O questionário da pesquisa foi aplicado pelo IBGE em 2015. Foram entrevistadas cerca de 25 mil pessoas com 16 anos ou mais de idade ocupadas na última semana de setembro daquele ano.

O desconhecimento e desinteresse em relação a sindicatos é elevado mesmo entre quem é associado, uma minoria que, embora em crescimento desde 2015, representa 19,5% do total de trabalhadores ocupados.

Segundo dados mais recentes disponíveis da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de 2013, a fatia de sindicalizados brasileiras é semelhante à do México (13,6%), do Chile (15%), da Alemanha (17,7%) e de Portugal (18,1%).

Mais de um quarto dos filiados a alguma entidade o fizeram por achar que a associação era obrigatória, por exemplo. Na região Sudeste, esse percentual sobe para um terço dos sindicalizados.

Os resultados do levantamento são um alerta para sindicalistas, cujo papel e financiamento estão entre as principais mudanças da reforma trabalhista que deve ser votada nesta semana na Câmara dos Deputados.

Segundo a pesquisa, a maior parte dos filiados a uma organização acredita que os acordos feitos pelas entidades com as empresas tratam apenas de salários e benefícios.

Já em relação a temas como jornada, saúde, segurança, treinamento e igualdade de oportunidade, a maioria dos sindicalizados negou ou afirmou não saber se eles são negociados pelas entidades às quais são filiados.

Esses pontos, contudo, também são tratados pelos sindicatos e, caso a reforma trabalhista seja aprovada, poderão divergir do que é estabelecido pela CLT. Jornadas de trabalho, por exemplo, poderão se estender por até 12 horas por dia ou 48 horas semanais.

REFORMA TRABALHISTA

A pesquisa também apontou que o trabalhador sindicalizado participa pouco das atividades promovidas pela organização.

Entre os cerca de 18% dos filiados que se disseram ativos, o envolvimento é mais frequente em assembleias (76,3%) e em palestras, cursos ou debates (56,3%). Um terço afirmou ir a manifestações.

Apesar da participação baixa, metade dos sindicalizados respondeu que se associou por acreditar que a entidade defende os direitos do trabalhador.

A segunda razão mais comum para a filiação foram os serviços oferecidos, como atendimento jurídico e convênio médico, ainda que apenas 20,9% dos associados tenham respondido usar de fato essas opções.

Dívida impede 1,5 milhão de deixar o trabalho

Cerca de 1,5 milhão de trabalhadores brasileiros afirmam não poder deixar os seus empregos em razão de débitos financeiros com seus empregadores, de acordo com a pesquisa do IBGE.

O grupo representa 2,9% dos empregados do setor privado e trabalhadores domésticos. O percentual sobe para 4,3% entre aqueles contratados de forma intermediária -grupo que inclui terceirizados, cooperativas e agenciados, entre outros.

O tipo mais comum de débito é relacionado à alimentação, seguido por transporte, instrumentos de trabalho e aluguel.

De acordo com Cimar Azeredo, coordenador da área de trabalho e rendimento do IBGE, a situação é ilegal e pode ser vista como servidão por dívida, uma das facetas do trabalho análogo ao escravo.

É a primeira vez que o instituto faz esse tipo de levantamento, embasado em entrevistas feitas em 2015.

Além do impedimento da saída do trabalho em razão de um débito, a pesquisa também estudou o nível de satisfação do brasileiro e as relações com sindicatos.

O objetivo do estudo é ampliar o conhecimento sobre as relações de trabalho e aprimorar indicadores sobre trabalho decente, definido pela Organização Internacional do Trabalho como atividades que gerem renda suficiente para que indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza, e que não sejam insalubres, perigosas, inseguras e degradantes.

Direito de sindicalização e negociação coletiva também fazem parte desse entendimento.

CIDADES

Editor: Luan Xavier **E-mail:** luanxavier@novonoticias.com

Reenquadramento de servidores do Itep é questionado pelo MP

Mudanças na composição das categorias funcionais no Instituto Técnico-Científico de Perícia são alvo de contestações por parte do Ministério Público, que pede celeridade no trato sobre a questão

Renato Vasconcelos
Do NOVO

Considerado pelo Instituto Técnico-Científico de Perícia (Itep) como um passo importante para a definição de funções dentro do órgão, o reenquadramento de servidores realizado no último dia 12 é alvo de contestações por parte do Ministério Público. De acordo com o MP, as mudanças feitas na composição das categorias configuram irregularidades, que ferem o princípio do concurso público.

O reenquadramento de servidores no Itep é alvo de ações do MP desde a aprovação do estatuto do órgão, em maio do ano passado. De acordo com Marcos Brandão, diretor do Itep, duas ações chegaram a conseguir decisões liminares impedindo a nomeação, no entanto, as liminares foram cassadas em segunda instância.

Apesar das decisões revisadas, uma das ações do Ministério Público sequer chegou a ser apreciada. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi ajuizada em julho do ano passado. O processo está concluso e entregue ao relator desde janeiro. Porém, de acordo com informações repassadas pelo gabinete do desembargador Vivaldo Pinheiro, relator do processo, a ação ainda está sob análise e não há previsão de quando será incluído em pauta para julgamento.

De acordo com o promotor Clayton Barreto, chefe do Núcleo Recursal do Ministério Público do Rio Grande do Norte, a Adin pede que alguns dispositivos do estatuto que tratam do enquadramento dos servidores sejam considerados inconstitucionais. Segundo a ação, os dispositivos do estatuto preveem, ou dão margem à interpretação, que permitem enquadramentos irregulares.

"A lei tenta legalizar desvios de função. Esse é um primeiro problema. Por exemplo, a pessoa é servidor público efetivo, passou em um concurso público para um determinado cargo, mas exerce outro. Ele é motorista, mas está exercendo outro tipo de cargo. A lei tenta, equivocadamente, no entendimento do Ministério Público, legalizar esses desvios de função. Além disso, ela promove a incorporação de diversos servidores que estão cedidos ao Itep, servidores de diversos outros órgãos, alguns até já extintos", explica.

FRANKIE MARCONE / NOVO

// Reenquadramento de servidores no Itep é alvo de ações do MP desde a aprovação do estatuto do órgão, em maio do ano passado

RENATO VASCONCELOS / NOVO

// Clayton Barreto, promotor do Ministério Público do RN

FRANKIE MARCONE / NOVO

// Marcos Brandão, perito e diretor-geral do Itep

De acordo com a apuração do NOVO, mais de 250 servidores enquadrados na portaria podem estar nos casos de irregularidade previstos pelo MP. A estimativa feita pela reportagem leva em consideração informações do diretor do Itep, Marcos Brandão, da publicação oficial e dos argumentos utilizados pelo Ministério Público.

Uma das ilegalidades no enquadramento, de acordo com o MP, seria a incorporação de servidores que ingressaram no Itep sem prestar concurso para o órgão. Enquanto isso, Brandão afirma que apenas 40 servidores do órgão prestaram concurso para o Itep. Utilizando a estimativa do diretor e comparando com o número de servidores ativos enquadrados (dos 446 enquadrados pela portaria, 150 são inativos), chega-se a um número de 261 servidores que podem ter sido incorporados de forma indevida, considerando a argumentação do MP. O número pode ser superior, uma vez que, segundo o próprio diretor geral do órgão, a quantidade de concursados entre os inativos é uma minoria.

Apesar de reconhecer a incorporação de servidores provenientes de outros órgãos, Brandão explica que o enquadramento aconteceu com o respaldo da lei em vigor, ou seja, o estatuto, e que a retirada desses servidores faria o órgão entrar em colapso.

"De fato, esses servidores entraram aqui vindo de outros órgãos. Eu tenho muitos necrotomistas que são ASG. Mas eles foram treinados, eles exerceram atividade prática e o Itep investiu muito neles. Se a gente perdesse esse servidor agora, a gente ia entrar em colapso. Não tinha muito como a gente discutir essa questão. Eu sou o diretor do órgão, eu estou agindo de acordo com a lei, porque o estatuto veio para regulamentar. A lei está atendendo a esse interesse público de que o órgão precisa funcionar. Se eu fosse tirar esses servidores, o órgão pararia. O concurso público vai demorar a acontecer. Com esses servidores nós já estamos tendo dificuldades extremas", alega.

Mesmo com as ações já protocoladas, Barreto afirma que a publicação da portaria aumenta a atenção sobre o fato. Segundo o promotor, o MP deve pressionar à Justiça ainda nesta semana, cobrando dos promotores que as ações sejam apreciadas o mais rápido possível.

"O fato consumado é relevantíssimo, pois ele demonstra a necessidade de urgência na apreciação da ADIN. O que a gente deve fazer essa semana é solicitar ao desembargador relator que apresente seu voto, que coloque o processo em mesa para votação e apreciação. Se não apenas da cautelar, se ele entender que a ação já está madura para julgamento, que seja o julgamento definitivo. É o papel que o MP, no Tribunal de Justiça, pode fazer", declarou Barreto.

Questões jurídicas e interesse público

Questionado sobre uma possível inconstitucionalidade do estatuto no que tange ao enquadramento, Brandão resume a questão a uma situação jurídica. O diretor defende que, enquanto gestor, atentou à lei em vigor em defesa do interesse público, para garantir o bom funcionamento do órgão.

"Para a gente que faz a direção do Itep, essa questão de 'se' o provimento foi ilegal, que o cara entrou como ASG e hoje é necrotomista, isso perde a razão de ser, porque acaba sendo uma questão judicial. E quem vai definir é o Poder Judiciário. Agora, se a gente fosse cumprir de forma antecipada como eles queriam, tirar logo os servidores enquanto o mérito fosse julgado, quem ia perder era a população. O presidente do TJ à época, Claudio Santos, suspendeu a liminar, porque existe a lei. E ele suspendeu porque há uma questão de interesse público. A gente não poderia tirar esses servidores daqui. Quem ia fazer o trabalho de necropsia?", justifica.

Já Barreto, quando questionado sobre os servidores em desvio de função no órgão, defende que há outros meios para que as atividades sejam cumpridas. Segundo o promotor, a contratação de temporários e um novo concurso público seriam os caminhos legalmente lícitos para garantir o funcionamento do órgão.

"Quanto aos desvios de função, existe uma decisão de primeiro grau mandando que eles cessem. Em tese, já deveria ter sido cessado esse desvio de função, e ter sido suprido essa necessidade do Itep através de contratações temporárias, porque o Itep tem uma lei que autoriza contratações temporárias enquanto ele se estrutura, ou a realização de um novo concurso público. Isso de forma ideal", frisa.

A realização do concurso para o órgão, na verdade, é vista como prioridade pelo diretor. De acordo com Brandão, o concurso previsto para o órgão deve ter 357 vagas, o que pode possivelmente dobrar. No entanto, enquanto o concurso não sai e nem existem servidores para os cargos, a incorporação é uma necessidade.

"Essa questão vai ser decidida judicialmente e caso a decisão judicial diga que é inconstitucional, dá para resolver. Eu só não poderia deixar de enquadrar agora porque isso é muito importante para o órgão. A gente não pode perder esse servidor. A gente não pode dar descontinuidade. Pelo menos agora [o servidor] está enquadrado. Agora o judiciário discute se esse enquadramento é lícito, ilícito ou se é inconstitucional. Mas enquanto isso, o concurso também está vindo", diz.

Para o promotor, a prorrogação do "estado de inconstitucionalidade" prejudica que pessoas que se preparam para concurso assumam os cargos, o que altera a qualidade dos serviços prestados pelo órgão.

"O prejuízo que a gente vê é esse: temos um dos Iteps mais desestruturados do país. Nós temos muita dificuldade de produzir perícia, essa dificuldade de produzir perícias se reflete nas investigações criminais e isso vai se refletir em absolvições. "Ah, a polícia prende, mas a Justiça solta", dizem, em algumas situações é isso. Você não consegue produzir uma prova técnica para sustentar uma condenação, você não consegue periciar uma arma", argumenta.

Estatuto 'retira pressões' e 'recria o órgão'

Apesar de questionar os enquadramentos previstos pelo estatuto, Barreto reconhece a importância do estatuto. "Tem pontos muito bons, porque ele resolve um problema histórico do Itep que é não ter um marco normativo. O Itep não tinha uma estrutura normativa que dissesse qual é sua estrutura de pessoal, por exemplo. Desse ponto de vista, o estatuto é muito bom", diz o promotor.

Além de destacar a importância da normativa para a estruturação do órgão, Brandão frisa que o estatuto põe fim ao regime de gratificações, implantando um subsídio fixo. De acordo com o diretor, isso "retira a pressão" sobre os gestores.

"No momento em que você cria o cargo, você disciplina como se dá a remuneração. E agora é por subsídio. Não vão ter mais as gratificações como tinham antes. Isso é bom para o servidor, que tem o subsídio definido, e para o órgão também, porque não fica essa pressão de pagar gratificações de forma indevida. Porque existe essa pressão", detalha.

O diretor também destaca que o estatuto deve melhorar a produtividade nos serviços prestados pelo Itep. ""Vai ficar estabelecido que só entram novos servidores aqui no Itep por meio de concurso público. Isso ajuda a qualificar o servidor, porque ele sabe o que vai fazer, as atribuições estão definidas em lei", diz. E continua: "Em termos de importância, o concurso vai recriar o Itep. Você vê que atualmente nós temos cerca de 410 servidores, mas toda semana se aposenta. De repente estamos com menos. Atualmente tem 23 peritos criminais e vai aumentar 103. O Itep não existe quando a gente pensa nesse concurso", conclui.

Jornal da ANORC

Criadores e produtores participam de debate sobre queijo artesanal no RN

ASSESSORIA DE IMPRENSA / ANORC

A ANORC e outras entidades do setor agropecuário do Estado participaram da audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa do Estado para discutir a regulamentação de critérios de produção e comercialização de queijos artesanais. O debate foi proposto pelo deputado Hermano Morais. Representantes do Sebrae, do Ministério da Agricultura, do setor industrial e o secretário estadual de Agricultura, Guilherme Saldanha, também participaram do evento, no plenarinho da Assembleia.

DEFESA

Convidado a integrar a mesa dos trabalhos, o presidente da ANORC, Marcelo Passos, reafirmou a posição da entidade em defesa da regulamentação, considerada uma forma de garantir a qualidade, agregar valor ao produto e ampliar o potencial de geração de trabalho e renda do setor pecuário do Rio Grande do Norte. O presidente do Núcleo do Leite do Rio Grande do Norte (Nuleite-RN), Hermínio Brito, também teve uma posição de destaque, expondo com clareza os argumentos em defesa dos criadores e produtores.

PARCERIA

A Anorc iniciou entendimentos com a Prefeitura de Parnamirim com objetivo de estabelecer parceria que viabilize a utilização do Parque Aristófanes Fernandes em eventos voltados para a população do município. Diretores da entidade, liderados pelo presidente Marcelo Passos, foram recebidos em audiência pelo prefeito Rosano Taveira e auxiliares. Nos próximos dias, equipes da ANORC e da Prefeitura voltarão a se reunir para formatar a parceria e discutir formas de garantir maior acesso da população parnamirinense ao parque.

EXPOPOTENGI

A ANORC e as demais entidades que reúnem os criadores potiguares parabenizam a Secretaria de Agricultura pela organização e a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) pela oferta de crédito que garantiram o sucesso da 20ª edição da ExpoPotengi. O evento foi realizado no fim de semana passado em São Paulo do Potengi, reunindo milhares de pessoas e movimentando cerca de R$ 2 milhões em negócios. Somente a AGN financiou R$ R$ 1,2 milhão na comercialização de animais, contribuindo para o êxito do evento.

SERIDÓ

O Circuito Estadual de Exposições Agropecuárias terá continuidade com a 44ª Exposição do Seridó, que será realizada no período de 26 a 28 de maio no Parque de Exposições Monsenhor Walfredo Gurgel, em Caicó. A programação inclui o Leilão Seridó Terra do Leite, no dia 27, cursos oferecidos pelo SEBRAE e SENAR, além da Feira dos Municípios. A organização do evento foi tema de reunião entre a Secretaria de Agricultura, ANORC, o NULEITE, a EM Leilões e o presidente da Associação Seridoense de Criadores (ASSERC), Sérgio Torres.

AGRO+RN

A ANORC e outras associações de criadores serão parceiras do AGRO+RN, programa que o Governo do Estado lançará em breve numa parceria com o Governo Federal. O objetivo do programa é agilizar a abertura de negócios no setor agropecuário, contribuindo para destravar os processos de concessão de licença de instalação e funcionamento de negócios. O AGRO+RN vai atuar a partir da elaboração de um plano para simplificar procedimentos e normas nos diversos órgãos governamentais que atuam no setor no Rio Grande do Norte.

ATUAÇÃO

Na esfera estadual, o AGRO+RN normatizará os procedimentos de órgãos como o IGARN, IDEMA, EMATER, IDIARN, IDEMA e Secretaria Estadual de Tributação. O lançamento do programa foi tema de reunião dos dirigentes da ANORC com o secretário estadual de Agricultura, Guilherme Saldanha, realizada na semana passada. Outros órgãos do Estado, bancos públicos (Caixa Econômica, Banco do Brasil e Banco do Nordeste) e outras entidades com atuação no setor agropecuário também atuarão como parceiros do programa.

A coluna JORNAL DA ANORC é de responsabilidade da Assessoria de Comunicação da **ASSOCIAÇÃO NORTE-RIOGRANDENSE DE CRIADORES (ANORC).** Informações e sugestões devem ser encaminhadas para o email anorc@anorc.com.br.

Federais podem cobrar cursos, diz STF

Supremo Tribunal Federal decide que universidades públicas podem cobrar mensalidades em cursos de especialização

Pablo Picasso
Do NOVO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por 9 votos a 1, que as universidades públicas brasileiras poderão cobrar taxas e mensalidades pelo oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, aqueles que têm caráter de especialização e, ao final, dão direito a um certificado, e não a um diploma, como no caso de mestrados e doutorados. Os cursos lato sensu referem-se, por exemplo, a um MBA (Master of Business Administration).

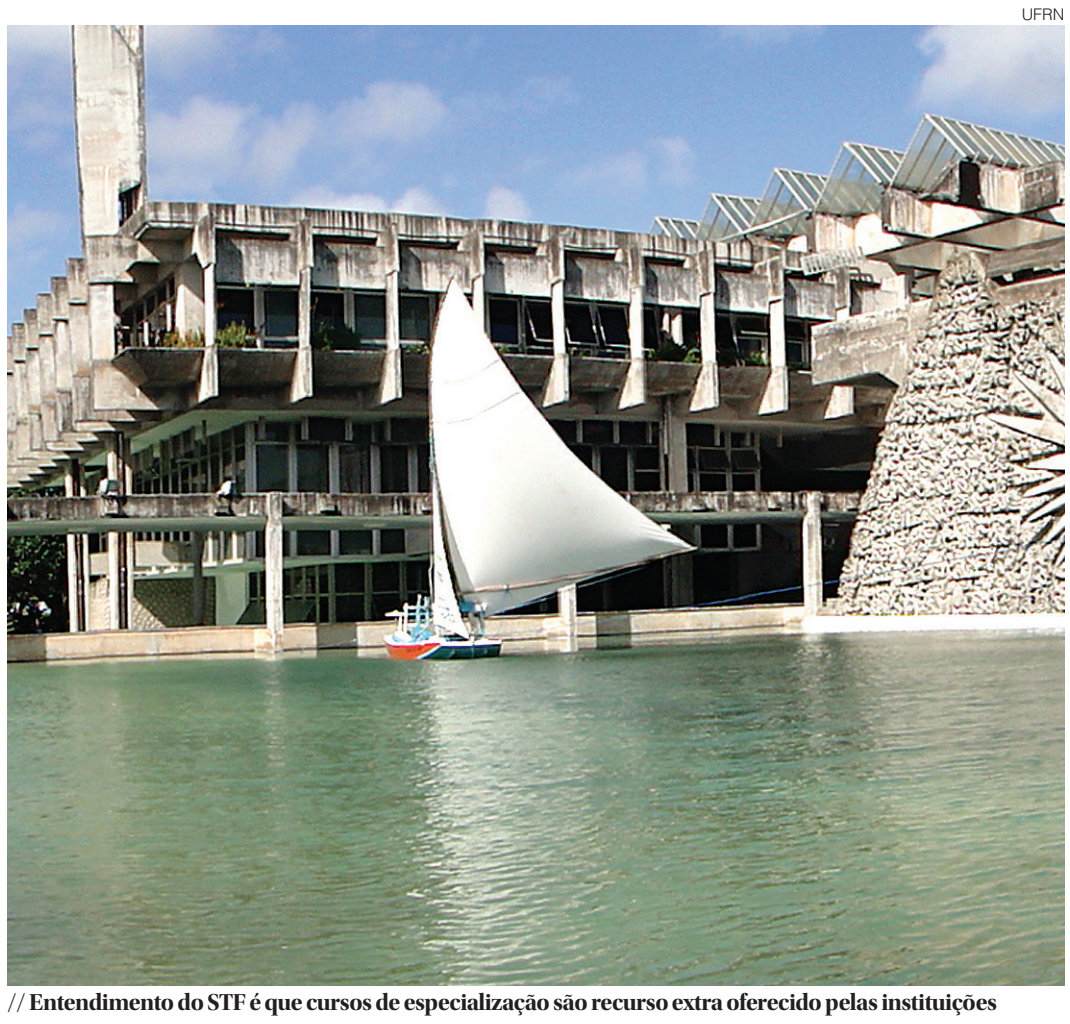
A autorização foi concedida em um recurso da Universidade Federal de Goiás contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que havia proibido a instituição de cobrar mensalidade por um curso de especialização em direito constitucional.

Como o caso tem repercussão geral, o julgamento vale para todo o sistema público do ensino superior. Ao todo, 51 processos judiciais espalhados pelo Brasil estavam suspensos, aguardando o posicionamento do STF.

O ministro Edson Fachin, relator do tema, entendeu que a Constituição de fato veda as universidades públicas de cobrarem por atividades relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Para ele, porém, essas instituições têm autonomia para definir as especializações lato sensu como cursos de extensão, separadas de suas atividades principais de ensino e realizadas em parceria com a sociedade civil, sendo, portanto, passíveis de cobrança.

"Em suma, é preciso reconhecer que nem todas as atividades potencialmente desempenhadas pelas universidades referem-se exclusivamente ao ensino", disse Fachin em seu voto. "É possível às universidades, no âmbito de sua autonomia didático-científica, regulamentar, em harmonia com a legislação, as atividades destinadas preponderantemente à extensão universitária, sendo-lhes, nessa condição, possível a instituição de tarifa."

UFRN



// Entendimento do STF é que cursos de especialização são recurso extra oferecido pelas instituições

Acompanharam o relator nove dos dez ministros presentes no julgamento: Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. O único a divergir foi o ministro Marco Aurélio Mello. Celso de Mello não participou.

"Não se está obrigando a que seja gratuito ou não se está obrigando ao pagamento. Apenas se está permitindo, inclusive com a universidade podendo ter cursos de extensão gratuitos, em alguns casos, e cobrados, em outros casos", destacou Cármen Lúcia.

Em geral, os ministros a favor da cobrança, alguns dos quais lecionam no ensino superior, destacaram a situação real de precariedade das universidades públicas, que carecem de orçamento para manter até mesmo os cursos de graduação, mas não têm mecanismos legais que permitam receber contribuições e doações da iniciativa privada.

"Precisamos utilizar a inteligência criativa e pensamento original para melhorar o sistema de universidade pública no Brasil. Como dinheiro não nasce em árvore, qualquer fonte legítima, transparente, de dinheiro, é a meu ver bem-vinda", disse o ministro Luís Roberto Barroso.

Os ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux e Alexandre de Moraes defenderam ainda que a autorização para a cobrança poderia se aplicar também aos cursos de pós-graduação stricto sensu, aqueles que conferem diplomas e graus acadêmicos, como mestrados e doutorados, mas esse entendimento acabou vencido e tais cursos permanecem gratuitos.

DIVERGÊNCIA

O ministro Marco Aurélio Mello considerou que o acesso para a universidade pública deve ser gratuito em todos os casos, sem distinção de curso. "Nós teremos doravante entidade híbridas, universidade que a um só tempo serão públicas e privadas, mediante a cobrança desses cursos, que se estabelece que somente estarão ao acesso daqueles que possam pagar a mensalidade."

// Emprego

IBGE abre 380 vagas para censo agropecuário no RN

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai destinar 380 vagas para o Censo Agropecuário 2017 no Rio Grande do Norte. Com início previsto no dia 1º de outubro, o censo irá visitar mais de 80 mil estabelecimentos agrícolas em todo o estado.

Segundo o IBGE, os recenseadores contratados no Rio Grande do Norte, em regime temporário, irão atuar na coleta de dados. A contratação será realizada via processo seletivo.

As vagas são para agente censitário municipal e agente censitário supervisor, de nível médio, com salários de R$ 1,9 mil e R$ 1,6 mil, respectivamente. Para o nível fundamental, são 26 vagas para recenseador, onde o salário é calculado com base na produção.

As inscrições para o processo seletivo simplificado para o Censo Agropecuário 2017 podem ser feitas até 23 de maio pelo site http://fgv-projetos.fgv.br/concursos/ibge-pss. A taxa é de R$ 39,50 para nível médio e R$ 22 para nível fundamental. O edital pode ser consultado no site da organizadora, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

REPRODUÇÃO

// Vagas são para agente censitário municipal e supervisor

O contratado também receberá auxílios alimentação e transporte, além de férias e 13º salário proporcionais. Os contratos são de 7 a 13 meses e as vagas estão distribuídas por todo o país.

Segundo a gerente da seleção, Rossana Franco, o resultado final será divulgado no dia 10 de agosto e o início do trabalho é imediato. "As informações começam a ser coletadas em 1º de outubro, mas tem o treinamento antes, a capacitação para o desenvolvimento dessa atividade. O início é imediato, nós temos pressa. Nesse primeiro edital, as pessoas já começam a trabalhar em agosto mesmo."

Esta será a 11ª edição do levantamento que é feito a cada dez anos. Segundo o IBGE, a coleta de dados começa em 1º de outubro e deve durar 5 meses. Os recenseadores vão visitar 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários em todo o país, para coletar informações sobre produção, características dos trabalhadores do setor, o uso de irrigação e de agrotóxicos, além do papel da agricultura familiar na produção, entre outras questões.

No Brasil, o primeiro Censo Agropecuário foi feito em 1920, ano em que o país fez um Recenseamento Geral. Nas décadas de 70 e 80 foram feitos dois levantamentos, com intervalos de cinco anos. Na década de 90 o trabalho só foi realizado em 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, fundada em 1969, tem como objetivo social a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo Estado do Rio Grande do Norte, agregando a sua missão institucional a contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por meio deste Relatório, a Companhia apresenta uma síntese das principais ações desenvolvidas no Exercício de 2016, dentre as quais se destacam: o enfrentamento da crise hídrica que afetou o Estado do RN, destinando esforços para buscar soluções para amenizar a falta de água nos municípios mais afetados; a implantação da estrutura organizacional de Natal, na área fim, visando maior eficiência na prestação dos serviços; e a implantação do sistema integrado de informações na área meio.

Inicialmente é apresentada a parte Institucional, na qual são abordados os aspectos legais, a divisão geográfica, seguindo com as ações de operação e manutenção (com destaque para as ações contra); programa de saneamento básico; gestão estratégica; desempenho comercial; atendimento ao cliente; planejamento e finanças; administrativo; socioambiental; e de comunicação social, realizadas no período.

Espera-se que ao final da leitura deste Relatório se tenha uma visão clara dos resultados alcançados pela Companhia, que mesmo diante das grandes dificuldades enfrentadas, foi possível desenvolver trabalhos que apresentaram avanços para a melhoria da gestão.

1. INSTITUCIONAL

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, sediada em Natal, é uma sociedade de economia mista, criada na forma da Lei nº 3.742, de 26 de junho de 1969 (entrando em funcionamento em 02/09/1969), vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH, e que tem como finalidade a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários em todo o Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem como acionista majoritário o Estado do Rio Grande do Norte, com 95,40% das ações, seguido do BANDERN com 4,45%, em seguida a União com 0,12% e outros acionistas com 0,03% das ações. A Administração Superior da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, que é o órgão superior da deliberação da sociedade, sendo constituída pela reunião dos acionistas; pelo Conselho de Administração que é o órgão de orientação e controle da Companhia, composto de oito membros efetivos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral; pela Diretoria Colegiada que é o órgão executivo da Companhia, composto de seis membros; e pelo Conselho Fiscal que é o órgão responsável pela fiscalização da sociedade, composto de três membros e igual número de suplentes. A Companhia está dividida em Gerências Regionais, distribuídas no Estado, sendo elas: Agreste Trairi, Sertão/central, Seridó, Mato Grande, Oeste, Alto Oeste, além de Natal. As Regionais são responsáveis pela gestão de 155 sistemas de abastecimento de água (153 sedes municipais e 02 distritos – Pipa e Pirangi), além do abastecimento de água na zona rural que gira em torno de 800 comunidades, localizadas, em sua maioria, ao longo das grandes adutoras, possibilitando o atendimento à população rural. Essas Regionais também são responsáveis pela gestão de 42 sistemas de esgotamento sanitário (todos em sedes municipais, exceto a praia de Pipa em Tibau de Sul). A partir da gestão desses sistemas, a Companhia apresenta o Nível de Cobertura (disponibilidade dos serviços) e o Nível de Atendimento (uso dos serviços) de abastecimento de água de 100% e 93,82%, respectivamente; e de cobertura e de atendimento de esgotamento sanitário de 25,24% e 24,39%, respetivamente. Os números apontam para um futuro rumo à universalização do atendimento de água na zona urbana, uma vez que no aspecto rural, os governantes nas três esferas de poder ainda precisam discutir as políticas que serão adotadas para o abastecimento da zona rural. No esgotamento sanitário o avanço precisa ser bem maior, mas ações já estão sendo promovidas, como poderá ser visto mais adiante na gestão do programa de saneamento básico.

2. GESTÃO ESTRATÉGICA

Considerando o cenário atual pelo qual passa as organizações, que cada vez mais se torna necessária a busca pelo aperfeiçoamento dos processos administrativos e organizacionais, visando a eficiência e eficácia nos resultados institucionais, a Companhia passou por mais uma etapa de mudança importante na Estrutura Organizacional em 2016. Tendo por base as constatações observadas após a implantação das novas Diretorias em 2015, foi premente a necessidade de reestruturação organizacional de Natal, responsável por quase metade da arrecadação da Companhia, e de algumas áreas centrais, visando a melhoria da gestão, processos e rotinas e, consequentemente, resultados mais eficientes na prestação de serviços à população. A mudança ocorreu na forma de funcionamento tradicional na Companhia, fazendo-se ligar, hierarquicamente, as áreas comerciais, operacionais, administrativas de Natal às respectivas Diretorias e Gerências Centrais. Houve também uma mudança geográfica, pois Natal era atendida por duas Regionais diferentes. Com a mudança, Natal passou a ter uma única divisão geográfica, incluindo todas as zonas norte, sul, leste e oeste da cidade, passando a ter também uma gestão unificada, sem envolver outros municípios, indo de encontro à questão regulatória. Foram criadas as Superintendências Comercial e Operacional, visando acompanhar mais de perto as questões que mais afetam a prestação de serviços, e consequentemente a saúde financeira da Companhia, além de Núcleos de Atendimento aos clientes em cada zona geográfica da cidade, atendendo também às questões regulatórias. Tal mudança permitiu maior agilidade de processos e descentralização da tomada de decisão, bem como proporcionou o direcionamento e foco nas ações, sem que uma área seja priorizada em detrimento da outra. Entre outras mudanças que ocorreram, destacam-se: a unificação das áreas de compras técnicas e administrativas, ficando sob a responsabilidade de uma única diretoria; e a criação de área para gestão dos sistemas adutores proporcionando uma gestão dedicada às adutoras, em razão da sua extensão e complexidade. Em razão das alterações, também foi necessário realizar alterações e/ou readequações de outras áreas fazendo o devido enquadramento regimental. Outra questão estratégica a destacar em 2016 foi o advento da Lei 13.303/2016, que trata no novo estatuto das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios. A referida lei compreende aspectos corporativos e de governança, licitação e contratos, fiscalização e controle, e disposições transitórias, de modo que se avalia que cerca de 30 documentos normativos devam ser elaborados, reformulados ou revisados, envolvendo desde a própria lei de criação, estatuto, regimento, até diversas políticas de gestão e controle, entre outras. A lei entrou em vigor em 30/06/2016 e tem prazo de até 02 anos para as adequações necessárias ao seu cumprimento, a qual demanda esforços de diversas áreas. O trabalho foi iniciado em 2016, por meio de reuniões de apresentação da lei para os diretores e gestores das áreas envolvidas; reunião para discussão das estratégias para realização dos trabalhos; seminário para os colaboradores em geral, de modo a informar e conscientizar da grandeza e complexidade da mudança que vem pela frente. E para elucidar questões importantes sobre a lei, foram realizadas consultas junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN, à Consultoria Geral do Estado e ao Gabinete Civil. Além disso, a Companhia promoveu capacitações para colaboradores das áreas envolvidas com os trabalhos. O formato escolhido para conduzir os trabalhos foi por meio de uma Comissão Especial Temporária, formada pelos titulares das áreas afetadas pelas mudanças (conforme Portaria nº 0896/2016-D), bem como por Grupos de Trabalho específicos para cada tema, formados por colaboradores das áreas relacionadas e afins. A primeira é responsável pela coordenação e apoio para o andamento dos trabalhos, e o segundo por estudar e elaborar os documentos necessários. O primeiro documento produzido por força da lei 13.303/2016, foi o Planejamento Estratégico 2017-2021 da Companhia, que embora tivesse planejamento de longo prazo vigente, fez-se necessária sua revisão em razão do horizonte de tempo de cinco anos estipulados pela lei. Sendo assim, a Companhia elaborou o seu novo Planejamento Estratégico 2017-2021, a partir da revisão do planejamento anterior 2014-2018, de forma alinhado à evolução da administração pública e às demandas da sociedade a quem atende. O processo de revisão aconteceu de forma participativa, por meio de questionários que foram analisados e discutidos no Seminário de Gestão Estratégica, que foi o ápice do trabalho de diagnóstico, uma vez que reuniu diretores, gerentes e outros participantes representantes das diversas áreas, para discutir e validar os resultados. Com os resultados obtidos foi formulado o novo Planejamento Estratégico 2017-2021 da Caern, cuja identidade organizacional praticamente não foi alterada. A missão foi ratificada. A visão foi retificada para uma redação mais enxuta. E, os valores permaneceram praticamente os mesmos, com apenas ajustes na redação e inclusão de valor "ética e transparência". Para a construção do Mapa Estratégico conservou-se a estrutura adaptada do BSC com cinco perspectivas, quais sejam: Aprendizado e Conhecimento; Processos Internos Críticos; Econômico-financeira; Clientes, e; Sociedade, nas quais se enquadraram os 16 Objetivos Estratégicos estabelecidos para Companhia no próximo quinquênio. Com este importante instrumento, a Companhia tem os seus caminhos traçados até 2021 e a cada ano o planejamento, orientado pela alta direção, estabelece as ações a serem priorizadas, alinhadas aos objetivos estratégicos traçados, porém sem mudar o rumo. Outro trabalho que mereceu destaque em 2016 foi mapeamento dos processos críticos das 13 áreas da Companhia que tiveram seus módulos implantados dentro do projeto de reimplantação do sistema TOTVS. Como fruto desse trabalho foi elaborado o documento denominado "Coletânea de mapeamentos – procedimentos desenhados para a reimplantação do sistema TOTVS/PROTHEUS". No qual constam os elementos do processo, os novos procedimentos, e as oportunidades de melhorias, além de todos os fluxogramas dos processos. Este trabalho também foi considerado de fundamental importância para a Companhia, uma vez que, apesar da necessidade já evidenciada, não havia sido priorizado. Desse modo, inicia-se com isso uma nova fase de modernização organizacional na Companhia. Também faz parte da estratégia da Companhia o Programa de Participação nos Resultados Institucionais – PPR, que é um importante instrumento que auxilia no cumprimento das estratégias da organização. O programa visa o alinhamento das estratégias organizacionais com as atitudes das pessoas dentro do ambiente de trabalho, pois tem como pressuposto que só haverá pagamento de prêmios aos colaboradores se as metas pactuadas forem cumpridas e, consequentemente, tragam resultados para Companhia. As metas instituídas dentro do Programa são divididas em três dimensões: Arrecadação, Indicadores de Desempenho e Planejamento Institucional, sendo estabelecidas metas para cada agrupamento. A premiação do Programa pode chegar a 10% do resultado alcançado pela Companhia, e a apuração final dos resultados é realizada com o fechamento do Balanço, o que sempre ocorre no exercício seguinte. A partir dessa política adotada, a cada ano a Caern vem buscando melhorias para seus colaboradores, pois entende que o empregado satisfeito no aspecto profissional e pessoal reflete em uma maior produtividade e, consequentemente, em melhores resultados institucionais. Outro trabalho importante a destacar foi a continuidade do Programa Governança Inovadora do Governo do Estado do RN, que projeta o RN até 2035. O projeto envolve três frentes de trabalho: Estratégia, Processos e Estrutura. Todos os 55 órgãos que compõem o Governo (administração direta e indireta) estão participando do projeto, cada um com dois representantes. Em 2016 foram definidos os objetivos estratégicos, dos quais a Caern participa com dois projetos dentro do Eixo Infraestrutura, quais sejam: a) Ampliar a infraestrutura de saneamento básico; b) Buscar a garantia da autossuficiência hídrica. Para a execução do planejamento do Governança Inovadora, foi elaborado o Contrato de Gestão com cada órgão, contendo as metas estipuladas para cada ano vigente, que será monitorado pelo Escritório Central de Projetos ligado à Secretaria de Planejamento e das Finanças (SEPLAN). O monitoramento será feito por meio de sistema informatizado denominado "Painel de monitoramento do RN". Cada órgão, por sua vez, tem o Escritório Setorial de Projetos, formado por técnicos envolvidos na execução dos projetos, que se reportará ao Escritório Central para prestar contas das ações. No âmbito nacional, a Companhia continua empenhado na coleta e envio de informações para o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, que tem a finalidade de analisar e disponibilizar os indicadores do saneamento no país. A participação da Companhia no SNIS é de fundamental importância, pois constitui pré-requisito para obtenção de recursos federais. Além disso, participou de pesquisas do Instituto Trata Brasil, das revistas Saneamento Ambiental, Época, Valor 1000 (publicação do jornal Valor Econômico), que classifica as 1000 empresas do país, e a revista Exame, nas quais a Companhia continua figurando no ranking das 1000 empresas do país".

3. GESTÃO OPERACIONAL

A área operacional atuou fortemente em 2016 nas ações de combate à seca. Todas as Regionais afetadas se empenharam para que o transtorno para população fosse o menor possível, dentro das competências da Caern. O Estado vem enfrentando nos últimos anos grandes problemas com a seca, que em 2016 se intensificou ainda mais, principalmente nas regiões do Alto Oeste e Seridó. Os mananciais utilizados para suprir o abastecimento de água à população fecharam 2016 com reservas em níveis ainda mais baixos. De acordo com o Instituto de Águas do Rio Grande do Norte – IGARN, dos 47 reservatórios do Estado, 21 já estão secos e 12 em volume morto (menos de 10% da capacidade). Três grandes reservatórios do Estado já apresentam situação de alerta: a barragem Armando Ribeiro Gonçalves que só tem reserva de água para apenas 4 meses; a barragem de Umari para mais 12 meses; e a barragem de Santa Cruz do Apodi, com reserva para 25 meses. Para isso, de forma a cumprir sua missão, esta Companhia, em conjunto com os demais órgãos governamentais, desenvolveu estratégias de atuação, cada um dentro do que lhe compete. Assim sendo, as medidas que foram adotadas seguem detalhadas ao longo deste Relatório. A Caern é responsável pelo abastecimento de água de 153 municípios, dos quais 22 fecharam 2016 em situação de colapso, quais sejam: Almino Afonso, Antônio Martins, Bodó, Cruzeta, Francisco Dantas, João Dias, José da Penha, Lagoa Nova, Luiz Gomes, Marcelino Vieira, Paraná, Pilões, Rafael Fernandes, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Tenente Laurentino, Venha Ver. Os municípios em colapso estão inseridos nas Regionais Alto Oeste, Seridó e Sertão Central, sendo a situação mais crítica na primeira. Dos 34 municípios que compõem a Regional Alto Oeste, 20 fecharam o ano em rodízio, e 14 (quatorze) em situação de colapso no abastecimento de água. Além da situação de colapso, outros 75 municípios do RN ficaram em estado crítico no abastecimento de água, sendo necessária a realização de rodízio para equilibrar a distribuição de água à população. Para o enfrentamento do quadro de seca e de colapso no abastecimento nos municípios afetados, ações emergenciais foram realizadas com recursos próprios, visando minimizar a situação, de forma que o impacto gerado fosse o menor possível. As principais ações emergenciais realizadas foram com contratação de carro pipa, pesquisas hidrogeológicas, perfuração e aluguel de poços, material de tratamento, reposicionamento de captação flutuante, entre outras ações diversas que totalizaram mais de R$ 10.889.366,32. Além das despesas elencadas, vale destacar que as Regionais afetadas também realizaram despesas com outras ações importantes (dentro do próprio custeio) para mitigar os efeitos da seca, tais como: reforço de sacarias nas captações de água; adaptação do barriletes, para possibilitar maior vazão e melhorar o abastecimento; instalação de pontos de desague dos caminhões pipa, reduzindo custos operacionais; adaptações em sistemas adutores; prolongamento do emissários de recalque/elevatória flutuante; construção de ensacadeira para represar água e elevar nível do poço captação original, entre outros. O uso racional da água, tão presente no momento atual, remete também a outra diretriz da Companhia, que o combate às perdas que ocorrem nos sistemas. Para isso, alguns trabalhos estão sendo desenvolvidos, como macromedição, micromedição e telemetria, de forma a fazer a gestão mais eficiente da produção e distribuição da água. A redução de perdas é uma das preocupações da Companhia, porém são ações que necessitam de grandes investimentos, e por esta razão ainda não estão sendo realizadas com a agilidade necessária, mas que estão sempre presentes nas metas da Companhia. No que se refere a macromedição, atualmente o percentual médio é de 77%, constituindo-se um dos grandes desafios para as ações futuras. Quanto a telemetria, foram implantadas Estações de Bombeamento na adutora Monsenhor Expedito: EB-1, 2, 3/5, 7, 4, 6, 6.1, 6.2, 6.3, 16, 16.1, 17, 17.1, 17.2, 17.3, o que permitirá, no curto prazo, aumento do controle operacional, possibilitando verificar extravasamentos, falhas operacionais e rapidez nas análises; e no longo prazo a possibilidade de operar a adutora remotamente, reduzindo o número de operadores nas estações, reduzindo custos de mão-de-obra, após a instalação da teleoperação. Uma ação a destacar em 2016, que contribuiu com a redução de perdas, foi a substituição de três quilômetros de rede de cimento amianto e todos os ramais do sistema de abastecimento de água da Av. Afonso Pena, em Natal/RN, que apresentava problemas recorrentes de vazamento em razão de ser construídas de ferro fundido. Também foram realizadas outras ações de substituições de redes em diversas áreas, trazendo benefícios à população local. Cabe mencionar as ações voltadas ao consumo de energia elétrica, um dos insumos essenciais ao processo produtivo do abastecimento de água e esgotamento sanitário. O controle eficiente da energia elétrica é fundamental para a operação dos sistemas, evitando perdas físicas e financeiras para Companhia, o que é controlado por Unidade específica, responsável por fazer a gestão dos contratos junto à Concessionária, visando obter o uso racional e adequado do insumo, bem como o melhor custo/benefício. Com as diversas ações que foram realizadas, o índice de perdas na distribuição foi reduzido de 52,87% em 2015, para 51,52% em 2016. A mudança da estrutura organizacional área operacional de Natal, entre outras áreas operacionais, que será tratada neste relatório, também vem contribuindo para algumas melhorias já evidenciadas na área operacional e que terão seus reflexos mais futuramente.

4. GESTÃO DO PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO

A Companhia vem executando investimentos contidos no Plano Plurianual 2016-2019, dentro do Programa de Saneamento Básico, que envolve ações de estudos/projetos, implantação, ampliação e melhoria de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, que visam estruturar a oferta de serviços da Companhia e contribuir para a qualidade da população do RN. Os recursos destinados às ações são oriundos de fontes de recursos do Governo Federal, Estadual, Operação de Crédito, destacando-se os seguintes programas: Pró-Saneamento, Saneamento para todos, Prodetur, Funasa e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, além de aportes de recursos próprios. O Programa de Saneamento Básico tem o objetivo de dar um grande salto no sentido da universalização do saneamento urbano do Estado, refletindo em melhorias na saúde da população, na qualidade de vida, no meio ambiente e no turismo. O referido Programa é considerado a maior ação de saneamento da história do Rio Grande do Norte. De acordo com os recursos contratados, o programa prevê recursos da ordem de 1,3 bilhões de reais para obras de implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Dentre os empreendimentos previstos no PPA 2016-2019, e de acordo com a LOA/2016, foi desembolsado o montante de R$ 97.551.440,48 aplicados em abastecimento de água e esgotamento sanitário, demonstrado no anexo "Desempenho da Gestão", conforme Resolução 012/2016-TCE. Dentre os diversos empreendimentos, vale destacar a execução das obras para o esgotamento sanitário de Natal, que deixará a cidade 100% saneada. Esta será uma grande conquista e é um grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos. No total foram 35 empreendimentos previstos na LOA/2016, sendo 16 de abastecimento de água e 18 de esgotamento sanitário. Dos 17 empreendimentos de abastecimento de água, localizados em diversos municípios do Estado, 05 encontram-se em andamento, 05 paralisados, 05 ainda não iniciaram e 01 foi cancelado. Dos 18 empreendimentos de esgotamento sanitário, 05 estão em andamento, 09 estão paralisados, 01 concluído, e 03 ainda não foram iniciados. A Companhia tem se empenhado em promover e agilizar a execução dos investimentos, porém, são verificados muitos entraves e diversos fatores que influenciam na execução, tais como: readequação de projetos; readequações, reprogramações e reajustes contratuais; dificuldades na titularidade de terrenos; demora no licenciamento ambiental; morosidade na contratação e na liberação dos recursos; constantes mudanças na legislação; obrigação legal da adoção do SINAPI; entre outros entraves burocráticos. No que se refere as licenças ambientais, foram adquiridas 16 licenças em 2016, sendo que algumas delas de importância muito grande para o andamento dos trabalhos que são os casos da Licença de Instalação da ETE Jaguaribe (Zona Norte de Natal) e da Licença Simplificada do SES de São Miguel do Gostoso. Como demonstrado, a execução dos empreendimentos não vem ocorrendo no ritmo esperado, mas mesmo diante das dificuldades, alguns empreendimentos evoluíram em 2016, tendo disponibilizado 2.623 novas ligações de esgotos cadastradas. Vale ressaltar, que além dos empreendimentos previstos na LOA/2016, outros empreendimentos foram executados com recursos próprios em obras de menor porte, geralmente para substituição de redes, recuperação estrutural de reservatórios, estações elevatórias, obras complementares, entre outros. A Companhia continua os esforços para que as obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prossigam sem maiores problemas, porém o contingenciamento de recursos do Governo Federal e os diversos entraves vem afetando a continuidade da execução de boa parte das obras.

5. GESTÃO COMERCIAL E ATENDIMENTO

Em 2016 a Companhia continuou desenvolvendo diversas ações em prol de melhores resultados no faturamento e na arrecadação dos recursos oriundos da prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários, no Estado do Rio Grande do Norte, bem como, na melhoria do atendimento ao cliente, razão de ser da Companhia. O desempenho do faturamento, que atingiu R$ 603.277.620,15 e da arrecadação de R$ 541.272.957,37 foi considerado satisfatório em comparação ao ano anterior, diante do cenário de crise hídrica que assola o Estado, constando-se uma evolução de 12,33% e de 12,46%, respectivamente. Os números demonstram uma eficiência de arrecadação de 89,71%, ficando um pouco abaixo da meta prevista para o ano, porém, constatou-se que a eficiência arrecadatória entre os clientes particulares (94,30%) foi mais de duas vezes superior que a dos clientes do setor público (39,78%). O indicador foi prejudicado pela redução nos níveis de arrecadação do setor público, cuja eficiência arrecadatória passou de 45,79% para 39,78%. O aumento da inadimplência das prefeituras figura como um dos principais fatores que explicam esse comportamento, e pode ser desvendada pelo agravamento da crise fiscal brasileira que resultou na diminuição considerável dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos quais mais de 80% dos municípios potiguares são dependentes. Por outro lado, o próprio histórico de pagamento dos órgãos públicos à CAERN é insatisfatório, evidenciando um dos principais entraves que a Companhia vem enfrentando junto aos municípios inadimplentes. Cabe ressaltar que o índice de eficiência de arrecadação não é uma medida acurada, que possa ser analisada isoladamente. Isso porque o faturamento líquido varia com os cancelamentos e retificações de conta de meses anteriores. Assim, anos com baixos índices de refaturamento tendem a ter índices de eficiência arrecadatória menores. Em 2015, o índice de refaturamento (diferença do faturamento bruto para o líquido) foi de 8,4%; já em 2016 esse índice foi de 6%: uma melhora de 2,4%. Outro fator que contribuiu para a não elevação do índice de eficiência da arrecadação foi a melhora relativa do faturamento, que impõe uma pressão sobre a adimplência. Entre 2014 e 2015 (considerando os meses de janeiro a outubro), o faturamento líquido cresceu 9,73%. Já no mesmo período entre 2015 e 2016, o faturamento foi incrementado nominalmente em 14,38%. Entre os fatores que explicam esse progresso estão o reajuste tarifário (de 13,9% em 2016 e de 10,28% em 2015) e a melhoria dos índices de eficiência na instalação e na substituição de hidrômetros (o que será abordado adiante). Do lado da arrecadação, exclusivamente, pode-se dizer, apesar do índice de eficiência da arrecadação apresentado acima, que houve melhora significativa, de modo que a própria meta de arrecadação estabelecida para o Plano de Participação nos Resultados (PPR) foi excedida em R$ 11,8 milhões. Os pontos centrais desse desempenho foram as ações voltadas para o crescimento do faturamento (micromedição, sobretudo) e as ações de cobranças levadas a cabo com o auxílio de empresas terceirizadas. Houve uma redução significativa no número de ligações ativas com débitos vencidos há mais de três meses. A massificação das ações de cobrança foi a parcela mais importante do resultado alcançado em 2016. Os procedimentos adotados em 2016 possibilitaram à CAERN atingir a meta de arrecadação depois de anos sem êxito, mesmo em um contexto de crise hídrica e econômica. Vale dizer ainda que o resultado obtido teria sido ainda mais favorável, não fosse a perda de faturamento de mais de R$ 16 milhões entre janeiro e dezembro de 2016 oriunda das suspensões de faturamento, em razão da situação de seca. Um dos principais efeitos negativos dessa política, no entanto, é o crescimento do número de ramais inativos. Trata-se de um fenômeno necessário à moralização dos inadimplentes, mas que precisa ser acompanhado com cuidado. Entre janeiro e outubro de 2016 o índice de ligações cortadas e suprimidas passou de 17,02% para 19,75%. Conquanto esse seja um dado preocupante, o que é mais relevante é o tempo médio no qual os clientes permanecem inativos e não o fato de estarem inativos. Diminuir esse período de permanência é o desafio para 2017. Por outro lado, para os imóveis ativos com débitos, a quantidade média de contas em aberto apresentou clara tendência de redução (após ter sido observada forte ascendência em 2015). Essa informação aponta para o processo de moralização dos inadimplentes em curso e para a execução acertada do processo de cobrança focada nos maiores devedores. No que diz respeito à micromedição, foram instalados 53.723 e substituídos 52.436 hidrômetros em 2016, perfazendo um total de 106.159 medidores (número levemente superior ao de 2015 de 104.053). Tão importante quanto a quantidade instalada e substituída, é o valor do incremento obtido de faturamento após a instalação/substituição dos medidores. Neste quesito, houve melhora percentual em relação ao ano de 2015, a qual pode ser atribuída ao controle mais rigoroso das triagens para emissão de ordens de serviço resultante, dentre outros fatores, da implantação da nova estrutura comercial em Natal (que possibilitou o controle hierárquico à SCO e à DC, resultando em um novo ritmo de trabalho). Um importante fator a destacar em 2016, diz respeito aos reflexos na gestão comercial a partir da nova estrutura comercial de Natal (que será tratada mais adiante), implantada em maio de 2016, que teve um importante papel nos índices e metas atingidas no último exercício, dado o peso do município do Natal no faturamento e na arrecadação da Companhia. O novo controle hierárquico e as modificações na estrutura de cadastro, de faturamento e micromedição, bem como a separação das atividades de engenharia das atividades comerciais, gerou eficiência e produtividade. Ademais, a nova estrutura favoreceu a padronização das ações e o maior controle no cumprimento normativo por parte dos empregados. Dentre os principais resultados diretos que foram identificados já nos primeiros meses após a implantação, podem ser citados: Melhoria de mais de 60% na produtividade de implantação de novas ligações, tanto de novas edificações quanto de fraudes identificadas; aumento em mais de 100% no número médio de fiscalizações realizadas; incremento de mais de 70% no número médio de religações; incremento de mais de 60% no número médio de instalação e substituição de hidrômetros; melhoria significativa no incremento médio obtido por hidrômetro instalado e substituído. Cabe dizer que os ganhos exemplificados acima foram obtidos sem que tenha havido qualquer mudança significativa em termos de capital (construções, veículos, ferramentas, etc.) ou contratos. Também não houve qualquer incremento de pessoal no período. Todas as mudanças significativas foram apenas organizacionais e gerenciais. O atendimento ao cidadão se constitui em um dos importantes pontos de atenção para uma empresa prestadora de serviços públicos. Quando esse serviço se refere ao acesso à água e esgoto, essa atividade é ainda mais essencial. Anteriormente essa atividade não havia tido a atenção necessária, porém nos últimos anos esse cenário vem mudando, já que a Companhia tem atuado no sentido de se aproximar mais do cidadão. Consta no rol de valores organizacionais o FOCO NO CLIENTE, e desta forma foram inseridos nos projetos e metas da Companhia, ações que visem a melhoria do atendimento e satisfação do cidadão com a prestação dos serviços. Com vistas na expansão dos canais de atendimento com o cidadão, em março/2016 a Caern inaugurou sua nova Central de Atendimento Telefônica, na qual foi adotado o conceito de Contact Center, que tem como característica principal a multicanalidade. Deixou de ser apenas uma linha telefônica para se transformar numa plataforma moderna e totalmente digital que oferece, além do contato telefônico, chat, e-mail, redes sociais e a possibilidade de inserir qualquer mensagem na URA (Unidade de Resposta Audível). O serviço é prestado pela empresa Meireles & Freitas (Call Desk) em Fortaleza/CE, que já atua há mais de dez anos no setor e presta o mesmo serviço para a Companhia de Águas e Esgotos do Ceará – CAGECE. O contrato envolve a estrutura física, as pessoas e a tecnologia de CRM (Central de Relacionamento). Mas, além disso, a contratualização se deu com base em resultados, vinculando o pagamento ao alcance de indicadores. O início da operação se deu no município de Natal/RN, porém em julho/2016 o serviço foi expandido para os municípios de Mossoró e Parnamirim. Logo em seguida, o serviço foi liberado para todo o Estado do RN, porém ainda são necessários alguns ajustes na parte operacional para atender a contento os demais municípios. Os indicadores estão se consolidando cada vez mais e os resultados estão dentro do que foi planejado, principalmente, em relação à satisfação do cliente, que é medida após cada atendimento. O resultado do nível de satisfação medido com o serviço, no período de abril a dezembro de 2016, foi de 84% de satisfação. O volume de chamadas entrantes também tem evoluído bastante e aponta para o alcance da projeção de 40.000 chamadas/mês para o ano de 2017. Associado a este crescimento, também foi registrado um volume de 16.081 (138%) de registros de atendimentos (protocolo) a mais no ano de 2016 em relação à 2015 nos três maiores municípios do estado. Como o trabalho ainda é recente, estão sendo tomadas providências tanto da empresa contratada quanto da Caern no sentido de aprimorar os resultados. No que se refere ao atendimento presencial, o mesmo é realizado por meio dos diversos escritórios, núcleos de atendimento e Centrais do Cidadão espalhados pelos 153 municípios onde atua a Companhia. A cidade do Natal possui quatro núcleos de atendimento em cada uma das regiões da cidade (Norte, Sul, Leste e Oeste), além de três Centrais do Cidadão. Uma das principais ações voltadas para o atendimento presencial foi a conclusão das obras nesses núcleos, que tiveram como objetivo proporcionar maior comodidade, conforto e acessibilidade ao cidadão. Além da reestruturação da parte física dos núcleos, foi instalado um sistema de monitoramento e gestão de filas, no qual é possível gerenciar o fluxo de cliente e dar atendimento diferenciado para os portadores de necessidades especiais. Neste último ano, deu-se foco também na aplicação de pesquisa de satisfação no atendimento presencial a fim de medir a percepção do cidadão, acerca do tempo de atendimento, cortesia no atendimento, solução do problema e o espaço físico. No período de junho a dezembro de 2016 foram ouvidos 842 clientes que avaliaram os serviços. O resultado da pesquisa mostra que a maioria dos clientes estão SATISFEITOS com o atendimento prestado nos núcleos de atendimento presencial. Além dessa pesquisa, foi realizada outra sobre o serviço efetivado no qual a Caern vai até a casa do cliente. Foram investigadas as percepções acerca do prazo de realização do serviço, cordialidade do funcionário, satisfação com o serviço e com a própria Caern, cuja escala de avaliação variou de 0 a 5 (de péssimo a excelente). Os resultados da pesquisa, realizada no período de 01 a 30/09/2016, junto aos clientes Natal/RN, foram bem favoráveis, uma vez que demonstram respostas entre a escala de 3-4-5, acima de 80% de satisfação. O resultado desta pesquisa foi amplamente divulgado em diversos veículos de comunicação, tanto interna quanto externamente. Ainda relacionado à satisfação dos clientes, encontra-se em fase de implantação mudanças no site da Caern no qual será possível avaliar todos os serviços prestados pela companhia (telefônico, presencial, operacional, virtual, etc), de forma on line. Além disso, visando o fortalecimento do atendimento, também está a abertura de canais de atendimento ao cidadão tais como chat on line e a reformulação da Loja Virtual para recepcionar atendimentos emergenciais e serviços de maior demanda do cidadão. Por meio deste canal, o cliente pode executar todos os serviços que o teleatendimento (115) oferece, com a comodidade de fazer por meio de seu computador pessoal ou dispositivo móvel. Outro serviço que está passando por reformulação é o ATENDIMENTO VIRTUAL, que encontra-se hospedado no site da Caern e permite o cliente solicitar e acompanhar suas demandas, fazer reclamações e denúncias. Além de permitir acessar informações sobre procedimentos e endereços dos escritórios de atendimento presencial. Destaque-se ainda o desenvolvimento e implantação do PROGRAMA DE EXCELÊNCIA DO ATENDIMENTO – PEX, voltado aos escritórios de atendimento presencial da Caern, implantado inicialmente apenas em Natal, que consiste em premiar/reconhecer o atendimento prestado ao cidadão, podendo ser classificado em: insatisfatório, padrão, excelente e premium. O programa está estruturado em quatro pilares: atendimento, apresentação visual, conhecimento e gestão. O monitoramento do programa foi realizado no período de 16 a 21/12/2016, com a aplicação de check list contendo 38 itens. A premiação dos melhores núcleos, incluindo a avaliação do cliente oculto, deu-se no dia 29/12/2016. Vale destacar que dentro das ações para a melhoria de atendimento ao cliente foram realizados vários treinamentos e capacitações. Além disso, a experiência da Companhia na implantação do contact center foi apresentado como Estudo de Caso no 10º Congresso de Gestão Pública do RN – CONGESP, realizado na Escola de Governo do RN, apresentado pela Gerente de Relacionamento com Clientes.

6. PLANEJAMENTO E FINANÇAS

As ações da área de planejamento e finanças envolvem: Planejamento e Orçamento, Finanças, Contabilidade, Patrimônio, Tecnologia da Informação, Regulação e Contratos de Concessão e Programa. Um dos pilares que a Caern vem adotando é o fortalecimento do planejamento institucional que é essencial para que a Companhia aumente sua governança e, consequentemente, sua capacidade para atender de forma mais eficiente, eficaz e efetiva as crescentes demandas da população. As ações de planejamento desenvolvidas em 2016 se concentraram na execução do Planejamento Estratégico 2014-2018, definido pela alta direção, que se desdobrou em 29 Projetos Estratégicos, os quais foram monitorados por meio de reuniões mensais com os responsáveis. Dos projetos executados em 2016, 17 tiveram seus resultados alcançados, quais sejam: 1) Mapear os processos críticos das 13 áreas da Companhia que terão seus sistemas informatizados reimplantados em 2016; 2) Reimplantar os 13 módulos do sistema TOTVS da Companhia; 3) Capacitar os gestores para o uso gerencial do Protheus apoiando a reimplantação do ERP da Companhia; 4) Promover leilões dos bens inservíveis da Companhia; 5) Centralizar compras administrativas com operação e manutenção; 6) Ampliar a rede de dados da Caern; 7) Desenvolver e implantar ferramentas para a gestão para resultados; 8) Elevar a arrecadação ampliando as ações de negativação, fiscalização e cobrança; 9) Relacionar os empreendimentos de maior expectativa de retorno financeiro; 10) Reduzir as despesas através da análise orçamentária; 11) Enviar obrigações acessórias exigidas; 12) Reduzir o número de causas judiciais em que a Caern figura como parte ré; 13) Melhorar o grau de satisfação do cliente no atendimento telefônico e presencial em Natal; 14) Expandir o teleatendimento (115) para todo o Estado do RN; 15) Implantar o programa de excelência no atendimento da Caern em Natal; 16) Disseminar a cultura regulatória na empresa; 17) Analisar o planejamento dos SAA e SES Mossoró atendidos pela Caern. Os principais entraves para a execução dos projetos ainda estão relacionados aos recursos financeiros e recursos humanos. Porém, os resultados alcançados em 2016 foram bastante relevantes e vão contribuir para um melhor desempenho nos anos subsequentes, como é o caso da reimplantação do sistema integrado de informações, que agilizará processos e rotinas. Quanto a execução orçamentária, mesmo em cenário de crise, terminou o ano com resultado favorável, uma vez que foram realizadas ações comerciais, obtendo melhores resultados na arrecadação, e a realização de leilão de bens inservíveis, revertendo-se em receitas para Companhia. A previsão orçamentária inicial para 2016 foi de 515 milhões, fechando o ano em 550 milhões. As despesas em 2016 também aumentaram em relação a previsão inicial, uma vez que houve incremento de receita. As despesas do Grupo 1, que são aquelas essenciais ao funcionamento da Companhia, são naturalmente bem maiores que a do G2, outras despesas não essenciais. A elaboração e a execução orçamentária tem sido outra prioridade da Companhia, que nos últimos anos vem estudando melhorias no processo, em busca do melhor desenvolvimento da ferramenta gerencial. A implantação da sistemática de acompanhamento orçamentário vem proporcionando aos gestores maior controle sobre a realização das despesas e investimentos previstos, transformando-se em um importante instrumento de alinhamento das estratégias organizacionais. A partir de 2015 houve grandes avanços no sistema orçamentário, o que se consolidou em 2016 com a reimplantação do sistema integrado de informação TOTVS, do qual faz parte o módulo Sistema de Acompanhamento Orçamentário (PCO). Várias reuniões foram realizadas para definições de parametrização do sistema, com vistas as mudanças do novo sistema. Além disso, também foi definido em conjunto com a Gerência de Gestão Financeira e a Gerência de Contabilidade, um novo plano de natureza de despesas que será implantado em 2017. Desse modo, com a consolidação do sistema TOTVS, espera-se que a execução orçamentária se realize de forma mais efetiva, com um acompanhamento mais preciso, uma vez que passou a se integrar com outras áreas envolvidas e fundamentais para um gerenciamento efetivo, quais sejam: compras, financeiro e contabilidade. A prioridade da Contabilidade em 2016 foi a reimplantação do sistema integrado de informações, de suma importância para os registros efetivos das movimentações da Companhia. O trabalho foi desenvolvido sob a coordenação de grupo formado pela Gerência de Contabilidade, Gerência de Tecnologia da Informação e Assessoria de Gestão Estratégica. Para isso, foi estudado e criado um novo plano de contas que foi utilizado na reimplantação do sistema, adequando as novas necessidades da empresa, como separar a contabilidade fiscal, societária e regulatória. Sob a coordenação da Contabilidade foi dado suporte aos ajustes dos processos a serem implantados no novo sistema, com ênfase em controle de estoques, financeiro, entrada de documentos de pagamento, folha de pagamento e ativo fixo, além das parametrizações dos módulos. Além disso, foram feitas readequações dos centros de custos; estruturação dos agrupamentos dos ativos da companhia, associando a necessidade da contabilidade regulatória; criação dos centros de custos corporativo, que permitirão melhor visão das atividades da empresa e facilitarão o rateio para a contabilidade regulatória; criação do controle de empreendimentos baseados nas operações financeiras e movimentações de estoques disponibilizados no novo sistema; definição da estrutura das novas naturezas financeiras, que permitirão a emissão dos fluxos de caixa; implantação do visto fiscal nos contratos visando assegurar que os cálculos tributários das notas dos serviços prestados sejam inseridos de forma correta e a empresa não tenha problemas com as retenções. Dessa forma, as ações desenvolvidas pela Contabilidade em 2016 foram de fundamental importância para continuidade do processo de reestruturação da área iniciado em 2015, o qual ainda deve continuar em 2017 em razão das necessidades do funcionamento da empresa dentro de um ambiente regulado. Os resultados contábeis do Exercício de 2016 são disponibilizados e publicados em conformidade com a legislação vigente. A Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico, sancionada em 05/01/2007 e regulamentada pelo Decreto nº 7.217 de 22.06.2010, em conjunto com a Lei nº 11.107 de 06/04/2005, que trata dos Consórcios Públicos, compõem o Marco Regulatório do setor saneamento que definiu, entre outros aspectos, diretrizes nacionais para a regulação, fiscalização, controle social e universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Diante dessa nova realidade, a Companhia vem se estruturando quanto aos aspectos regulatórios para fazer frente as novas demandas e instituir a cultura regulatória na organização. Para isso, também vem estreitando a relação com as Prefeituras Municipais (titulares dos serviços) e com as Agências Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal – ARSBAN, e a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do RN – ARSEP, cabendo destacar que esta última passou a regular os serviços de saneamento básico em 2016, conforme Lei Complementar nº584/2016. No que se refere ao acompanhamento dos contratos de concessão e programa, foi realizado o monitoramento e apoio ao processo de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) nos municípios do RN, dentro do que é permitido pela referida lei, por meio de reuniões periódicas para discussão de diagnósticos e prognósticos, principalmente dos municípios de Caicó, Mossoró e Natal. O apoio técnico dado aos municípios que estão elaborando o PMSB, é principalmente no levantamento e avaliação de informações dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Atualmente a Companhia está apoiando aproximadamente 80 municípios do Estado. Outra ação junto aos municípios nos quais a Caern atua é a formalização do Convênio de Cooperação entre o Estado do RN e os municípios, visando a delegação da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à CAERN, uma vez que os Contratos de Programa só poderão ser formalizados com o PMSB's concluídos, o que é de responsabilidade das prefeituras. Visando a distribuição adequada das despesas por cada município, fator essencial para firmar os Contratos de Programa, a Companhia vem realizando estudo dos critérios de rateio de despesas comuns e dos lançamentos diretos, uma vez que devido as peculiaridades, as despesas da administração central, das gerências regionais e das unidades operacionais e comerciais são rateadas entre os municípios abrangidos em sua área de atuação, o que proporciona redução significativa dos custos per capita. Além disso, foi estudado também o modelo de homogeneização da tarifa de água importada pelos municípios dos sistemas produtores intermunicipais, como forma de promover a modicidade e equidade do acesso a água, promovendo justiça social, uma vez que a Política Estadual de Recursos Hídricos baseia-se em princípios, dentre os quais, que a distribuição da água no território do RN obedecerá sempre a critérios sociais, econômicos e ambientais. Para tanto, define-se como diretriz geral a maximização dos benefícios econômicos e sociais, resultantes do aproveitamento múltiplo e/ou integrado dos recursos hídricos do seu território. Atualmente, aproximadamente 70% dos municípios nos quais a Caern presta serviços são atendidos por sistemas produtores integrados, instrumentos utilizados na viabilização da distribuição de água no território estadual. A partir do marco regulatório do saneamento básico, modificou-se o paradigma histórico da titularidade dos serviços, atribuindo-se à municipalização a responsabilidade pela prestação dos referidos serviços. Antes do marco regulatório a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário era planejada e gerida pelas empresas estaduais. Diante disso, observou-se a necessidade de desenvolver ações voltadas à disseminação da cultura regulatória em todas as esferas da Companhia, possibilitando a difusão do conteúdo e, consequentemente, a adaptação as mudanças necessárias para a prestação regulada dos serviços. As principais ações voltadas à regulação dos serviços estão pautadas em três resoluções da ARSBAN: 001/2014-ARSBAN (Plano de Contingência e Emergência); 003/2014-ARSBAN (Atendimento e Comunicação); e 002/2016-ARSBAN (Qualidade da água e dos efluentes), para as quais a Companhia vem trabalhando para o seu cumprimento. E no tocante a nova Agência Estadual, vem sendo feito o acompanhamento do processo de elaboração de convênios de delegação entre ARSEP e 10 municípios do RN. A gestão patrimonial está nas prioridades da Companhia, conseguindo atingir resultados importantes tanto na categoria de bens imóveis, com a aquisição e regularização de terrenos para obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o RN, uma vez que foram regularizados 11 imóveis e iniciados diversos outros processos, restando apenas decisões judiciais para aquisição de novas áreas; quanto na categoria de bens móveis, que com a implantação do sistema integrado, passou-se ao efetivo monitoramento do ativo fixo, por meio de cadastro e atualização a cada aquisição, transferência ou baixa de bens. Além disso, outra atividade priorizada foi a centralização da gestão de todos os contratos de locação de imóveis na Gerência de Administração Patrimonial, promovendo as adequações e renovações necessárias, tendo uma gestão única de modo a evitar procedimentos diferentes na Companhia. Outra importante ação realizada foi o leilão de bens inservíveis, em que se arrecadou a quantia de R$ 642.463,00 (seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais), proporcionando a organização patrimonial, além da receita pertinente. Em 2016 também foram desenvolvidos estudos e trabalhos voltados à contratação de empresa especializada, por meio de licitação, para a realização do inventário patrimonial, o qual, além de trazer a lume todo o patrimônio da empresa, também servirá para determinar a base de seus ativos regulatórios, conforme estabelecido pela Resolução nº 002/2013 da ARSBAN. Para viabilizar a realização do trabalho que custará em torno de 5 milhões de reais, foram indicados terrenos para alienação, sem mais utilidade para a Caern, os quais foram encaminhados para apreciação do Conselho de Administração, de forma que o valor seja revertido para tal finalidade. Desde 2015 a Companhia vem investindo em Tecnologia da Informação (TI), de forma a promover melhorias nas rotinas de trabalho, identificando-se muitas oportunidades de modernização. Para esse trabalho, foram revistas as principais demandas por sistemas e infraestrutura de TI. Nos tópicos que se seguem estão relacionadas às principais atividades que foram realizadas para atender ao objetivo. Quanto aos aspectos de infraestrutura de TI foram realizadas as seguintes ações: a) Implantação/ampliação dos links de dados em todo estado, tendo atualmente estão ativos 83 links, 8 em Natal e 75 nas demais localidade, provendo a estes pontos acesso a toda a rede coorporativa da Caern; b) Aquisição e implantação de software de virtualização nos servidores da empresa, de modo a monitorar de forma mais inteligente os recursos de hardware; c) Aquisição de licenças de 3 anos para utilização de certificado digital nos sistemas web da Caern, sendo possível trafegar de forma segura as informações transmitidas entre os computadores de usuários e os sistemas hospedados nos servidores, e minimizando os risco de possíveis ataques cibernéticos; d) Utilizando o software livre Zabbix, foram desenvolvidas telas de monitoramento para todo o ambiente de servidores, sistemas, links de dados, impressoras, temperatura do datacenter, possibilitando o monitoramento contínuo dos serviços existentes, identificando as paralizações de serviços, inclusive de conectividade com as unidades do interior; e) Substituição de todos os computadores (cerca de 610 do contrato antigo de locação, e parte de computadores próprios), e a ampliação para atendimento a todos os escritórios do interior existentes, envolvendo entre trocas e aplicações, 720 equipamentos; f) Substituição de todas as impressoras das ilhas de impressão da Caern que já contava com 4 anos de uso, por equipamentos novos e mais modernos, bem como

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

novas ilhas de impressão foram criadas, principalmente para atender aos grandes centros de atendimento ao cliente, incluindo uma marca d'água com a logomarca da instituição visando minimizar as impressões indevidas e trazer economicidade à companhia; g) Implantação de uma arquitetura de espelhamento da base de dados, visando melhorar a segurança e agilidade no acesso aos dados do GSAN; h) Aquisição de 8 equipamentos de redes (switches de 24 portas) de alta velocidade (1 Gigabits/Segundo) de transmissão de dados, que permitem a conexão de computadores e outros dispositivos na rede; i) Aquisição e implantação de equipamentos de videoconferência, provendo a conectividade entre a Administração Central e as demais regionais da Caern, além de órgãos de outros estados. Quanto ao desenvolvimento de sistemas, foram priorizados os seguintes trabalhos: a) Reimplantação do sistema integrado de informações TOTVS/PROTHEUS, mapeando e ajustando os processos para ter maior aderência ao sistema; b) Desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis, com o intuito de dar mais agilidade no acompanhamento dos processos do protocolonet; c) Disponibilização do acesso dos contracheques via dispositivos móveis Android, internet e intranet, visando a redução de gastos com impressão e de danos ao meio ambiente; d) Implantação de software de Ensino à Distância – EAD, por meio de ferramenta gratuita, para atender ao processo de reimplantação do sistema integrado TOTVS; e) Implantação de ferramenta gratuita chamada owncloud em caráter de avaliação, onde é possível o compartilhamento de arquivos, calendário, controle de permissão para visualização e edição, além de definir cotas de espaço por usuário; f) Desenvolvimento de aplicativo web com o intuito de monitorar e facilitar o controle dos celulares utilizados em campo pela equipe de leituristas; g) Desenvolvimento de sistema para área operacional SISCOPE, o qual encontra-se em fase de levantamento de requisitos a fim de integrar as informações operacionais de toda a Caern. Além das ações concluídas em 2016, acima citadas, encontram-se em fase final de contratação: aquisição de licenças do sistema operacional (Microsoft Windows 2003 Server R2) e do servidor de banco de dados (Microsoft SQL Server 2005 32bits) com versões mais novas de 64bits, com desempenho consideravelmente superior, acelerando o processamento de algumas horas para alguns minutos, de forma a evitar a exposição aos riscos de segurança e risco de operação; e aquisição de equipamento de armazenamento de alta performance (discos de SSD de alta velocidade) denominado STORAGE com capacidade de 50 Tera Bytes de armazenamento. Para algumas das ações citadas acima, onde houve necessidade, foi realizada a capacitação de técnicos e usuários, conforme o caso.

7. GESTÃO ADMINISTRATIVA

As ações Administrativas foram focadas no Desenvolvimento Humano, Suprimentos e Logística e Infraestrutura da Companhia. A Companhia vem implementando ações que visam o aperfeiçoamento da sua força de trabalho, bem como, a melhoria na qualidade de vida do trabalhador. O quadro efetivo, com posição em 31/12/2016, conta 2.341 empregados, sendo realizadas 61 novas contratações em diversos cargos, e em contraponto 67 rescisões de contratos de trabalho. No ano 2016, conforme definido no Plano de cargos, Carreira e Remuneração, os empregados foram contemplados com a Promoção por Tempo de Serviço, que equivale a 1% sobre o salário base. Assim como ocorre anualmente, no primeiro semestre foi realizado o Acordo Coletivo de Trabalho, o qual resultou em um reajuste salarial de 10%, sendo 9,83% relativo a reposição da inflação (com base no INPC) e 0,1548 % a título de ganho real. No que se refere a capacitação de pessoal, uma importante e inovadora ação que aconteceu em 2016, dentro do processo de reimplantação do sistema integrado TOTVS, foi a implantação de plataforma de Ensino à Distância – EAD, contendo todos os treinamentos dos módulos do sistema para os usuários. O material foi desenvolvido pelo grupo responsável pela reimplantação do sistema, formado pela Gerência de Tecnologia da Informação, Gerência de Contabilidade e Assessoria de Gestão Estratégica, com o apoio da empresa responsável pelo sistema, contendo textos explicativos, fluxogramas de processos, vídeo aulas, avaliações para medição de desempenho do aluno e certificado de conclusão. A plataforma pode ser acessada no endereço: https://ead.caern.com.br/ ou pelo link na página principal da intranet. A ferramenta também permitirá que outras áreas possam publicar conteúdo para reciclagem, treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores. Dentro das ações de melhoria do atendimento ao cidadão em Natal, foram realizadas capacitações e reciclagens das equipes de atendimento. Além da capacitação inicial da equipe do teleatendimento (115), investiu-se em treinamentos para equipe de atendimento presencial cujo foco principal foi o desenvolvimento de técnicas de atendimento e relacionamento interpessoal. Foram treinadas 26 pessoas que trabalham com atendimento ao público em Natal/RN, em parceria com o Instituo Euvaldo Lodi – IEL. Além do foco no desenvolvimento da equipe de atendimento, foi realizado treinamento para os gestores tanto do atendimento como da área comercial focado na análise de perfil comportamental, utilizando a metodologia DISC, na qual é analisado o perfil de cada gestor a partir de quatro dimensões: dominância, influência, estabilidade e conformidade. Além das ações em destaque, também foram realizados treinamentos, visando à formação e o aperfeiçoamento profissional dos empregados, quais sejam: Curso de Especialização em Engenharia de Saneamento Básico e Ambiental; 14ª Feira e Seminário Norte-Nordeste de Saúde, Segurança do Trabalho e Emergência; Curso de NR 10; Curso sobre o e-social; Curso de Especialização em Gestão e Perícia Ambiental; Curso de Capacitação de Operador de Empilhadeira; Curso sobre Concurso Público; Curso Zabbix Certified Specialist; Curso de integração de governança, gestão de riscos e compliance; Congresso Brasileiro de Direito Administrativo; Desenvolvimento de competências para um atendimento de Excelência; Congresso de Gestão Pública; Congresso Nacional de Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras e de Serviços de Engenharia; Congresso Brasileiro das empresas estatais; Desenvolvimento de Gestores; Analista de compras e aspectos polêmicos de aditivos de contratos de obras públicas. Dentre os treinamentos realizados, vale ressaltar que com o advento da lei 13.303/2016, a Companhia investiu em alguns cursos na área de governança, e licitações e contratos, visando capacitar colaboradores das áreas envolvidas para o desenvolvimento dos trabalhos necessários ao cumprimento da referida lei. Outra ação de suma importância para a Companhia é o Programa de Integração dos Novos Empregados da Caern, que consiste numa programação de três dias consecutivos de palestras sobre a empresa e suas diversas áreas, direitos e deveres do empregado, além de visitas técnicas às estações de tratamento de água e de esgotos, de forma a possibilitar uma melhor adaptação ao trabalho, além do conhecimento da empresa como um todo. Em 2016 foram realizadas 8 turmas, contando com 199 novos empregados participantes. No que se refere à Segurança e Medicina do Trabalho, para melhor quantificar e definir os riscos ambientais, ao invés de se ter um único Programa de Prevenção de Risco Ambientais (PPRA), em 2016 cada Regional confeccionou o seu, de modo a identificar de forma realista os problemas setorizados. Assim como ocorre anualmente, todos os empregados que trabalham na área de riscos biológicos foram imunizados com a vacina contra Hepatite "A". A Companhia também vem fazendo investimentos na área e em 2016 foram disponibilizados 08 veículos para a Unidade de Segurança e Medicina do Trabalho, visando dar uma maior celeridade aos processos e consequentemente um cumprimento efetivo das atividades da área. Visando promover a saúde e o bem-estar dos empregados, a área de Serviço Social e Psicologia realizou 1.595 (mil quinhentos e noventa e cinco) atendimentos aos seus empregados e familiares, dentre as diversas demandas, tais como: orientação social, processos de concessão de benefícios e direitos sociais, acompanhamento de empregados em benefício pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, assim como dos empregados que estão no Programa de Reabilitação Profissional. Em 2016 também foi criada a Comissão de Qualidade de Vida da Caern, em articulação com o Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Governo do Estado do RN. Na Caern, o programa se denomina "Vem Viver", compreendendo atualmente: o Programa de enfrentamento ao uso de álcool e outras drogas no trabalho; Projeto de ginástica laboral na empresa e de alimentação saudável (em parceria com o SESI), tendo neste último, realizado palestras e oficinas para 384 empregados. Também foi planejado e elaborado o Projeto alimentação saudável para 2017, em que as ações serão direcionadas aos grupos prioritários de atenção em saúde (hipertensos, diabéticos, pessoas com sobrepeso ou obesas e com colesterol e triglicerídeos altos). A Companhia ainda realizou campanhas socioeducativas, quais sejam: Campanha de doação de sangue (Natal, Assu e Mossoró); Dia da Mulher (Natal e Mossoró); Semana de enfrentamento ao uso de álcool e outras drogas no trabalho em todo o Estado; "Lei Seca" (Mossoró); Relacionamento Interpessoal (Umarizal e Pau dos Ferros); Setembro Amarelo; Campanha de valorização da vida, em parceria com o Centro de Valorização da Vida – CVV (Natal); Outubro Rosa; Novembro Azul; Projeto de coleta seletiva na Regional Oeste (Mossoró); e Concurso de vídeo natalino, de forma a promover a integração dos colaboradores. E, visando preparar os empregados para aposentadoria, foram formadas turmas para o Programa de preparação para aposentadoria (Natal e Mossoró, 35 empregados participantes), uma vez que muitos colaboradores da Companhia estão em vias de se aposentar. A área administrativa também teve reflexos com as alterações da Estrutura Organizacional, citadas ao longo deste relatório, uma vez que houve a unificação das áreas de compras técnicas (vinculada à Diretoria de Empreendimentos) e administrativas (vinculada à Diretoria Administrativa). Com a mudança, a Gerência passou denominar-se Gerência de Suprimentos e Logística, ficando vinculada apenas à Diretoria Administrativa. O objetivo maior da mudança foi dar mais agilidade às compras, com melhor qualidade e planejamento. A questão logística ainda está sendo estruturada, precisando passar por mudanças físicas, para assim poder absorver o material com mais segurança. Mesmo em processo de organização, após as mudanças, a equipe conseguiu endereçar os insumos que hoje estão armazenados, auxiliando nas contagens de inventário, e também no controle físico. Em 2016, a atuação da área foi voltada à organização e adequações necessárias ao novo formato, bem como, em estabelecer procedimentos para a melhoria do trabalho, e continuar os processos de aquisições necessárias ao funcionamento da Companhia. As aquisições de materiais são voltadas em sua maioria para a atividade de fim da Companhia, em que somando materiais hidráulico, mecânico e elétrico, ultrapassam 70%. Dentre os trabalhos de adequação realizados, a partir da nova estrutura, foi a padronização das especificações dos materiais, por meio do levantamento de informações no sistema de gestão utilizado, primando pelo refinamento da informação, de modo a não causar duplicidades e diferentes entendimentos pelos requisitantes. Outra ação importante, é a centralização da elaboração do Termo de Referência dos materiais, cuja equipe está formada com profissionais das áreas relacionadas. Com isso, é possível realizar a análise qualitativa dos materiais, envolvendo o estudo prévio de normas e especificações do material antes do seu recebimento, a verificação do material via check list, a elaboração de termos de conformidade e não conformidade, o esclarecimento de dúvidas junto ao fornecedor e a reanálise do material, no caso de não conformidade. Após a análise, o fornecedor recebe uma nota que retrata um resumo do seu desempenho baseado em cada fornecimento. Com o trabalho realizado em 2016, espera-se que em 2017 seja uma etapa de avanços na área, haja visto ter sido o primeiro ano de atuação no novo formato, que requer um período de adaptação. De acordo com a Comissão Permanente de Licitação, em 2016 foram realizados 110 processos licitatórios, sendo 37 nas modalidades convite, tomada de preço, concorrência e RDC; 02 do tipo pregão presencial; e 71 do tipo pregão eletrônico. Dos processos realizados, apenas 15 não tiveram sucesso, sendo a sua maioria na condição de "fracassados", ou seja, os licitantes não preenchiam os requisitos necessários, o que foge do alcance da Companhia. A área de infraestrutura também teve reflexos em razão da mudança da estrutura organizacional de Natal, que passou a contar com uma Unidade de Infraestrutura de Natal, visando agilizar as demandas de atividades administrativas, transportes, serviços gerais da cidade do Natal, diretamente ligada a respectiva área Administração Central. No que se refere aos veículos e equipamentos no âmbito da Companhia, foram adquiridos 06 (seis) tanques PIPA de 8.000 litros; aquisição de 02 (dois) guindastes de 16.000 kg; e locação de veículos de pequeno porte para atender a toda empresa, em substituição de parte da frota própria que é mais dispendiosa. A locação também evita contratempos de carros quebrados, que devem ser prontamente substituídos, não prejudicando a execução dos serviços, em especial das equipes de campo. Visando dispor de melhores condições de trabalho aos empregados, foram locados novos aparelhos de ar-condicionado para diversos setores. Foram contratados também serviços de vigilância humana, armada e eletrônica, objetivando promover um ambiente de trabalho mais seguro para os empregados e clientes. Além de cancela automática e sensores de segurança para controle de entrada e saída de veículos.

8. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A Companhia vem atuando na área de educação ambiental e sanitária, por meio de diversas atividades realizadas nas áreas de qualidade do produto e meio ambiente e na integração social, por meio da realização de eventos e execução de projetos voltados para mobilização comunitária. Quanto à qualidade do produto de forma a preservar o meio ambiente, são realizados os devidos monitoramentos dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme legislações vigentes. Sistematicamente, também são realizados estudos e pesquisas visando sempre aprimorar os trabalhos da área, com vistas ao melhor atendimento à população. Quanto às ações voltadas à sociedade, com objetivo de conscientizar para o uso racional dos recursos naturais, a Companhia desenvolve diversos trabalhos envolvendo a comunidade. Durante o ano de 2016 foram realizados encontros com palestras, conforme a seguir: a) Projeto "Água é Vida" – encontros de educação ambiental tendo como público alvo os professores, coordenadores e diretores das escolas da rede oficial de ensino. Nos encontros são ministradas palestras com enfoque nos recursos hídricos e sistema de esgotamento sanitário. Foram realizados 07 encontros, nos municípios de Taipu, Pirangi do Norte/Parnamirim, Jandaíra, São Paulo do Potengi, Pium/ Parnamirim, São Pedro, Riachuelo, contando com 144 participantes, atingindo um público potencial de 481 pessoas. b) Projeto Caern nas escolas – compreende visitas, palestras e apresentações teatrais, dentro e fora da Caern, destinadas aos estudantes de escolas públicas e particulares. Na sede em Natal, as crianças e adolescentes podem visitar a réplica de uma Estação de Tratamento de Água e acompanhar todo o processo de produção, desde a captação na fonte até a chegada na torneira do consumidor. A Caern também atendeu solicitações das instituições públicas e particulares da capital e do interior. Foram atendidas 57 instituições, realizadas 92 palestras, com a participação de 4.462 pessoas. Também faz parte do projeto, o Teatro de Mamulengos que leva informações e orientações sobre água, esgotos e preservação ambiental, por meio da típica manifestação cultural e com muito bom humor. Foram realizadas 73 apresentações com 14.916 participantes. c) Projeto Parcerias – visa formar parcerias informais com Grupos Sociais Organizados e é realizado mediante encontros de educação ambiental, tendo como público a sociedade organizada. Nos encontros são ministradas palestras com enfoque nos recursos hídricos e repassadas informações sobre a obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário de Natal 100% saneada. Por meio desse projeto, ainda foi estabelecida parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Natal, divulgando informações conjuntas sobre saneamento e vetores como o mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue. Foram formalizadas 17 parcerias, contando com 724 participantes, e 04 encontros com agentes de saúde, contando com 62 participantes. Outra ação importante a ser destacada é a execução dos Projetos de Trabalho Técnico e Social (PTTS), que faz parte das demandas sociais dos empreendimentos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, inerentes aos contratos de financiamento para a realização das obras. O objetivo é informar a população sobre os benefícios que as obras trarão, bem como, prepará-los para os transtornos momentâneos, porém necessários, que são causados durante a execução das obras. Ainda no aspecto social, a Companhia atua junto às organizações da sociedade civil que prestam importantes serviços para a população potiguar, como o Hospital Infantil Varela Santiago e o Abrigo Juvino Barreto, em que se disponibiliza como intermediário nas doações do consumidor, por meio das contas de água. E, ainda, junto a Sociedade Amigos do Deficiente Físico – SADEF, gerando emprego e renda aos portadores de necessidades especiais aptos ao trabalho.

9. COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Companhia vem intensificando suas ações de comunicação social, visando dar conhecimento e transparência as suas ações, bem como, dar respostas à sociedade. Por meio da Assessoria de Comunicação, foi realizado um intenso trabalho relacionado à comunicação externa. Diariamente é enviado para a imprensa um Boletim de Notícias, contendo as principais informações da Companhia. Foram enviados 208 boletins, contendo no total 279 notícias. O material é enviado através de um aplicativo de disparo de mensagens, o mailchimp, para uma lista de contatos de cerca de 450 endereços de e-mail de veículos e profissionais de comunicação. Vale ressaltar que o envio de matérias jornalísticas tem trazido um retorno positivo para a Companhia, uma vez que por meio da mídia espontânea a Caern divulga assuntos do seu interesse, sendo um importante canal de comunicação com o público. É possível destacar que a TV aproveitou 106 releases que resultou em 333 matérias de TV, já na imprensa escrita se aproveitou 89 releases e gerou 148 matérias de impresso, em relação ao on line foram geradas 369 matérias on line, através de 139 releases. Além disso, foram concedidas pelos diretores e técnicos, mais de 150 entrevistas aos meios de comunicação. No que se refere à comunicação interna a Companhia também vem desenvolvendo ações importantes por meio de duas ferramentas, a primeira é a intranet. Durante o ano foram produzidas 426 matérias que foram divulgadas na página interna. A outra é o Boletim Interno de Notícias que é enviado duas vezes por semana. Durante o ano foram enviados 93 boletins internos com um total de 410 notícias. O envio também é feito via mailchimp para uma lista de 350 pessoas. O cadastro de pessoas é feito de forma espontânea através da intranet. Quanto à participação em eventos, visando a divulgação da Companhia, em parceria com o Instituto de Gestão das Águas do RN (IGARN), a Caern participou da realização de Seminário durante o Dia Mundial da Água e apoiou outros eventos promovidos por escolas e comunidades em diferentes localizações. Dentre as programações que a Caern incorporou à sua lista de atendimento está o Vila Cidadã, que é um evento promovido pela Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Ação Social (SETHAS), levando para a população atividades diversas. A Caern também participou do evento Ação Global, realizado em Mossoró, e Festa do Boi, em Parnamirim. Quanto a publicidade, um dos trabalhos publicitários realizados foi voltado para o 115. A Caern intensificou a divulgação do Contact Center com publicação em jornal e em portais de notícias sobre o novo serviço ao consumidor. A Companhia também vem subsidiando o Governo do Estado com informações para a criação de campanhas institucionais. O principal trabalho de publicidade foi realizado pela Assessoria de Comunicação do Governo, com o apoio da Assessoria de Comunicação da Caern, foi voltado para obras de saneamento na capital, dentre as peças publicitárias usadas, além de rádio e TV, merece destaque a veiculação em busdoor e outdoor. A Caern entrou em 2016 nas redes sociais. A primeira rede a ter a presença da Caern foi o Facebook, em uma página que é voltada exclusivamente para a obra de esgotamento da capital. Já em dezembro a empresa entrou no Instagram, que hoje tem sido a principal página da Companhia. Atualmente, o perfil conta com 2300 seguidores, e tem trazido um retorno positivo para a imagem da empresa. Por meio dos clippings, a Companhia também observou retornos positivos. Nos impressos, as matérias que citam a Caern totalizaram 412. A quantidade de matérias positivas foi superior às matérias negativas. Questões como privatização, seca e problemas operacionais estiveram elencadas como negativas. Na TV, a Caern foi citada em 1.142 matérias ao longo do ano, o que totalizou 53 horas da programação das emissoras locais. De todas as matérias 324 foram positivas, 548 neutras e 287 negativas. As negativas foram respondidas. Ainda no que diz respeito a matérias negativas é válido ressaltar a natureza do trabalho da Caern e situações operacionais como vazamento e a estiagem. Na forma on line, foram identificadas 810 matérias em blogs e portais de notícias. Devido a pulverização de conteúdo no meio digital, a perspectiva é que esse número seja ainda maior. Destas matérias, 292 publicações são positivas, 306 neutras e negativas respondem por 212. Quando se observa a geração do conteúdo é verificado que 398 matérias foram geradas por releases e 412 matérias espontâneas. Quanto ao alcance 184 matérias foram veiculadas em sites com alcance estadual, 4 em portais nacionais, já os sites de alcance regional são 174 e 448 em veículos locais. Os principais assuntos veiculados foram abastecimento, reajuste tarifário, abastecimento Caicó, abastecimento Seridó e obras de esgotamento. Como pode ser observado, embora diante das dificuldades enfrentadas pela Companhia, no que se refere à seca, entraves na execução das obras, e a própria conjuntura do país, observa-se que a imagem da Companhia é vista em sua maioria de forma positiva e neutra. A avaliação muito contribui para que se continue buscando as melhorias, uma vez que a população é um termômetro para se chegar ao patamar desejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão da crise hídrica que atingiu a nossa região, 2016 foi um ano bastante difícil devido à escassez de água nos reservatórios. O abastecimento de água em diversos municípios foi muito comprometido, bem como, a prestação dos serviços por parte da Companhia, que sofreu impacto direto nesse caso. A situação mais crítica ocorreu nas regiões do Seridó e Alto Oeste, onde vários municípios entraram em colapso total no abastecimento de água e, consequentemente, o faturamento foi suspenso em algumas cidades. Apesar do quadro, a Caern vem conseguindo realizar algumas ações contra a seca, em parceria com outros órgãos do Estado, em prol do bem comum. Por outro lado, na medida do possível, ocorreu um avanço nos procedimentos e rotinas, proporcionando uma melhoria na arrecadação, elevando o faturamento da Companhia, o que pôde fazer frente as despesas oriundas de mais um ano de crise. A gestão dos empreendimentos de saneamento básico, em que a Companhia tem a grande meta de esgotamento sanitário para o município de Natal, teve continuidade na medida dos recebimentos dos repasses, sendo um grande desafio que a Companhia tem pela frente, uma vez que as questões envolvidas extrapolam sua competência, porém espera-se que o quadro de liberação dos recursos seja normalizado para o sucesso dos projetos. Muitos esforços foram empreendidos para a melhoria dos resultados institucionais, em virtude da situação da seca que afeta diretamente a Companhia. O momento é de continuar o trabalho, de forma que os resultados almejados sejam sempre perseguidos.

A Companhia vem avançando e os esforços são no sentido de tornar a Caern uma organização melhor. Ainda se tem um longo caminho a ser percorrido, porém com trabalho e dedicação se vislumbra chegar a uma empresa sólida e sustentável.

Natal-RN, 31 de janeiro de 2017.

MARCELO SALDANHA TOSCANO
Diretor Presidente

ANTON CARLOS GONDIM SAFIEH
Diretor de Planejamento e Finanças

LINDOLFO GOMES VIDAL NETO
Diretor Administrativo

MARIA HELENA BEZERRA CORTEZ
Diretora Comercial e de Atendimento

MARIA GENY FORMIGA DE FARIAS
Diretora de Empreendimentos

JOÃO ALBERTO DANTAS DA COSTA
Diretor de Operação e Manutenção

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em reais

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80.662.306	59.007.720
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	101.938.384	86.672.294
Estoques	5	13.921.326	26.262.512
Impostos a Recuperar	6	13.110.776	8.030.079
Adiantamentos		2.291.501	489.836
Depósitos judiciais	15	8.487.650	838.859
Despesas do exercício seguinte		780	-
Total do Ativo Circulante		**220.412.723**	**181.301.300**
Ativo Não Circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	4.295.807	5.398.032
Créditos fiscais	7	45.415.482	33.133.853
Outros créditos de subvenções	16	-	429.390
Investimentos		21.171	21.171
Imobilizado líquido	8	927.040.949	860.641.399
Total do Ativo Não Circulante		**976.773.409**	**899.623.844**
Total do Ativo		**1.197.186.132**	**1.080.925.144**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	27.312.578	32.558.919
Empréstimos e financiamentos	10	4.503.394	4.569.956
Obrigações tributárias	11	8.088.123	6.229.145
Obrigações sociais	12	24.995.488	19.961.395
Parcelamento de impostos	13	360.940	360.940
Parcelamento Cosern	14	24.234.825	13.670.277
Total do Passivo Circulante		**89.495.348**	**77.350.632**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	5.881.942	10.385.336
Parcelamento de impostos	13	3.050.075	3.411.015
Parcelamento Cosern	14	110.333.084	126.604.458
Provisões para demandas judiciais	15	68.758.737	30.384.709
Receitas Diferidas	16	240.251.326	138.054.948
Total do Passivo Não Circulante		**428.275.164**	**308.840.466**
Patrimônio Líquido	**17**		
Capital social		854.327.782	852.715.877
Reservas de Capital		117.360.346	117.360.346
Reservas de Reavaliação		3.962.793	3.962.793
Prejuízos Acumulados		(304.820.143)	(283.688.418)
		670.830.778	**690.350.598**
Adiantamentos p/futuro aumento de capital		8.584.842	4.383.448
Total do Patrimônio Líquido		**679.415.620**	**694.734.046**
Total do Passivo		**1.197.186.132**	**1.080.925.144**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Operações			
Receita Líquida	18	548.643.139	481.050.623
Custo dos serviços prestados	19	(313.749.003)	(303.375.671)
Lucro bruto		**234.894.136**	**177.674.952**
Despesas administrativas	20	(151.921.353)	(104.510.254)
Despesas comerciais	21	(95.592.806)	(59.308.471)
		(247.514.159)	**(163.818.725)**
Lucro (prejuízo) operacional		**(12.620.023)**	**13.856.227**
Receitas financeiras	22	3.876.328	5.863.517
Despesas financeiras	23	(22.939.531)	(29.499.852)
Resultado financeiro líquido		**(19.063.203)**	**(23.636.335)**
Prejuízo líquido antes da Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(31.683.226)**	**(9.780.108)**
Provisão para Imp. de Renda e Contribuição Social	24	(1.730.128)	(730.392)
Diferenças temporárias para Imposto de Renda e Contribuição Social	24	12.281.629	3.721.861
		10.551.501	**2.991.469**
Prejuízo líquido do exercício		**(21.131.725)**	**(6.788.639)**
Prejuízo líquido por ação do capital social no fim do exercício		**(0,025)**	**(0,008)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo líquido do exercício	**(21.131.725)**	**(6.788.639)**
Resultado abrangente total do exercício	**(21.131.725)**	**(6.788.639)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016
Em reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Sub-Total	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2014	**833.571.706**	**117.360.346**	**3.962.793**	**(276.899.779)**	**677.995.066**	**19.144.171**	**697.139.238**
Aumento de Capital -AGO/AGE de 29/04/2015	19.144.171	-	-	-	19.144.171	(19.144.171)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	4.383.448	4.383.448
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(6.788.639)	(6.788.639)	-	(6.788.639)
Saldo em 31/12/2015	**852.715.877**	**117.360.346**	**3.962.793**	**(283.688.418)**	**690.350.598**	**4.383.448**	**694.734.046**
Aumento de Capital -AGO/AGE de 29/04/2016	1.611.905	-	-	-	1.611.905	(1.611.905)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	5.813.299	5.813.299
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(21.131.725)	(21.131.725)	-	(21.131.725)
Saldo em 31/12/2016	**854.327.782**	**117.360.346**	**3.962.793**	**(304.820.143)**	**670.830.778**	**8.584.842**	**679.415.620**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(21.131.725)	(6.788.639)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	35.572.542	33.090.604
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	47.324.811	23.439.703
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	611.785	751.267
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos de impostos	223.789	62.416
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos Cosern	7.963.420	21.484.972
	70.564.622	**72.040.323**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(61.488.674)	(51.211.120)
Estoques	12.341.186	11.532.080
Impostos a recuperar	(5.080.697)	(1.573.032)
Adiantamentos concedidos	(1.801.666)	(192.213)
Depósitos judiciais	(7.648.791)	120.508
Despesas do exercício seguinte	(780)	3.064
Créditos fiscais	(12.281.630)	(6.158.510)
Outros créditos de subvenções	429.390	1.391.295
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	(5.246.341)	(9.981.544)
Obrigações tributárias	1.858.977	(481.428)
Obrigações sociais	5.034.093	2.875.164
Provisão para Contingências	38.374.029	11.915.458
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	**35.053.718**	**30.280.045**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(101.972.093)	(104.692.164)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	**(101.972.093)**	**(104.692.164)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
liberações de empréstimos e financiamentos	-	9.581.658
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(5.181.741)	(5.188.099)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(584.729)	(5.864.094)
Amortizações de parcelamentos de serviços	(13.670.246)	(18.686.360)
Receitas diferidas	102.196.378	72.552.036
Créditos para futuro aumento de capital	5.813.299	4.383.448
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	**88.572.961**	**56.778.589**
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**21.654.586**	**(17.633.530)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	80.662.306	59.007.720
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	59.007.720	76.641.250
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**21.654.586**	**(17.633.530)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais

	31/12/2016	31/12/2015
1. RECEITA BRUTA	**603.693.334**	**529.275.216**
1.1 Prestação de serviços de água e esgoto	602.691.067	528.885.379
1.2 Outras receitas	1.002.267	389.837
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(409.849.528)**	**(340.263.705)**
2.1 Custo dos serviços prestados	(278.176.460)	(270.285.067)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(131.673.068)	(69.978.638)
2.3 Outras despesas operacionais	-	-
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	**193.843.806**	**189.011.511**
4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(35.572.543)**	**(33.090.604)**
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**158.271.263**	**155.920.907**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**3.876.328**	**5.863.517**
6.1 Receitas financeiras	3.876.328	5.863.517
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**162.147.591**	**161.784.424**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal	**115.841.091**	**93.840.087**
8.1.1 Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	115.841.091	93.840.087
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**44.498.694**	**45.233.124**
8.2.1 Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	44.498.694	45.233.124
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	**22.939.531**	**29.499.852**
8.3.1 Juros e atualização monetária	22.939.531	29.499.852
8.4 Remuneração de capitais próprios	**(21.131.725)**	**(6.788.639)**
8.4.1 Reservas de lucros	(21.131.725)	(6.788.639)
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**162.147.591**	**161.784.424**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro 2016
Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN**, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município de Natal, estado do Rio Grande do Norte, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978, é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista. São objetivos sociais da Companhia: a administração e a prestação dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o estado do Rio Grande do Norte. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atuava em 158 municípios no Estado do Rio Grande do Norte (158 em dezembro de 2015), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaques as 20 (vinte) maiores concessões de água e esgotos das quais a companhia é detentora:

Município	Faturamento Total em 2016	Quantidade de Economias	Vencimento da Concessão ou Termo de Compromisso	Legendas
Apodi	4.741.204,88	8.918	05/10/2025	1
Areia branca	5.625.284,77	8.295	19/06/2041	2
Assú	8.616.737,83	17.584	23/07/2029	1
Caicó	13.389.801,38	25.620	18/07/2041	1
Caraúbas	3.407.848,17	6.648	26/04/2030	1
Currais novos	5.718.627,33	14.992	31/12/2016	4
Goianinha	3.268.789,88	6.123	31/12/2016	4
Joao Câmara	5.115.589,54	10.130	25/03/1995	3
Jucurutu	2.696.470,18	5.517	31/12/2016	4
Macaíba	9.213.094,60	20.930	29/08/2031	2
Macau	6.765.491,56	11.154	26/04/2033	1
Monte alegre	3.339.269,55	7.020	31/12/2016	2
Mossoró	73.761.142,84	100.909	14/07/2025	1
Natal	260.027.431,98	325.655	30/04/2027	1
Nova cruz	6.080.682,89	12.770	17/12/2009	3
Parelhas	4.594.315,27	8.053	31/12/2016	4
Parnamirim	54.937.356,81	94.080	27/11/2010	4
Pau dos ferros	5.135.839,86	12.790	16/12/2029	1
São José de Mipibu	3.965.036,46	9.612	31/12/2016	4
São Paulo do Potengi	2.519.253,83	6.188	23/12/2029	1

Legendas: (1) Contrato regular. (2) Não há contrato, porém foi pactuado um termo de compromisso com o Município, (3) O Contrato está vencido e não possui nenhum documento que suporte a relação contratual entre a Companhia e o Município. (4) Não há contrato, existe termo de compromisso, porém este está vencido.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). (b) Base de preparação - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e não contemplam as adequações às normas internacionais. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 - Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Essas aplicações financeiras são apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2 - Ativos financeiros

2.2.1 Classificação - Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

• **Empréstimos e recebíveis -** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

2.2.2 - Reconhecimento e mensuração - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.2.3 – Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - (a) Ativos mensurados ao custo amortizado - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: **(i)** dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; **(iv)** torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou **(vi)** dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: * Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; * Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 - Contas a receber de clientes e outros recebíveis - As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da prestação do serviço menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidencia objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Para fins de cálculo da provisão para devedores duvidosos, foram considerados os títulos públicos e privados vencidos a mais de 180 dias, por serem estes classificados como de difícil recebimento.

2.5 - Estoques - Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

2.6 - Demais ativos circulantes e não circulantes - Os demais ativos circulante e não circulante são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

2.7 - Imobilizado - O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil, previstas para as companhias estaduais de saneamento básico. As principais taxas estão mencionadas na nota explicativa nº 8.

2.8 - Passivos financeiros - Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras contas a pagar e parcelamento de impostos e de fornecedores. **(a) Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(b) Parcelamentos de impostos -** Os parcelamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor registrado e o valor efetivo a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os parcelamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento do parcelamento. Os parcelamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, em função do prazo de vencimento das parcelas. **(c) Apresentação pelo líquido -** Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9 - Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos e contribuições sociais - Atualizados pelos encargos financeiros até a data do balanço.

2.10 - Provisões - As provisões tributárias e demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 - Demais passivos circulantes e não circulantes - Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.12 - Capital Social - As ações são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Subvenções e assistências governamentais - As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita diferida, no Passivo Não Circulante, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.14 - Reconhecimento da receita - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia. A receita está apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

2.15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e demais impostos federais - Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição sobre o lucro líquido está constituída a alíquota de 9%. Embasado ainda no pronunciamento técnico CPC 32, que trata dos tributos sobre o lucro, a Companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias calculadas sobre as alíquotas de 25% (imposto de renda) e 9% (contribuição social) para o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa da contribuição social. Também foi constituída diferença temporária, considerando os mesmos percentuais de impostos citados anteriormente, sobre as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias. Os encargos de Programa Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, como a seguir: * Programa Integração Social – PIS: alíquota de 1,65%; e * Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: alíquota de 7,60%.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	55.500	107.580
Depósitos bancários em conta corrente	2.111.329	4.776.103
Aplicações financeiras	78.495.477	54.124.037
	80.662.306	**59.007.720**

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. No exercício de 2016 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R$ 3.689.393 (2015 – R$ 5.089.017). Nos exercícios de 2016 e de 2015, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 – Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	54.124.037	57.775.272
Novas aplicações	444.367.946	421.830.121
Rendimentos	3.689.393	5.089.017
Resgates	(423.685.899)	(430.570.372)
Saldo final	**78.495.477**	**54.124.037**

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. CONTAS RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Recebíveis dos serviços de água e esgoto	373.597.015	285.199.281
Parcelamentos de conta de água e esgoto	11.487.188	25.915.620
Prestação de outros serviços	8.871.440	22.436.050
Financiamentos de serviços	3.981.060	2.288.400
Arrecadação em processo de classificação	2.283.407	1.391.387
(-) Pagamentos em duplicidade	(266.368)	(206.351)
(-) Outros valores	(2.587.285)	(2.186.309)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(295.428.073)	(248.165.784)
	101.938.384	**86.672.294**
Não circulante		
Parcelamentos de contas de água e esgoto	4.283.504	4.659.772
Financiamentos de serviços	12.303	738.260
	4.295.807	5.398.032
Total	**106.234.191**	**92.070.327**

Os vencimentos dos recebíveis dos serviços de água e esgoto são como seguem:

CONTAS A RECEBER POR IDADE DE SALDOS

	31/12/2016	31/12/2015
A Vencer	25.714.355	22.902.573
Vencidos de 01 a 30 dias	24.755.370	21.216.737
Vencidos de 31 A 60 dias	15.205.261	14.054.422
Vencidos de 61 A 90 dias	10.799.486	9.399.662
Vencidos de 91 A 120 dias	8.442.906	7.278.821
Vencidos de 121 A 180 dias	14.807.865	12.622.917
Vencidos acima de 181 dias	302.190.481	253.701.419
	401.915.724	**341.176.551**

As contas a receber de clientes e demais recebíveis são provenientes dos faturamentos de serviços de fornecimento de água, esgotamento sanitário, além de parcelamentos de contas realizados junto aos consumidores. Em 2016 e 2015 a companhia não registrou Ajuste a Valor Presente – AVP para grupamento de parcelamentos. As contas a receber são mantidas apenas em reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

5. ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Materiais em almoxarifado	13.921.326	22.803.442
Materiais em trânsito	-	3.459.070
	13.921.326	**26.262.512**

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Retido na Fonte - Lei 9.430/96	-	50
Programa de Integração Social (Pis) - Lei 10.637/02	1.602.956	1.061.140
Cont. Financ. Segur. Social (Cofins) - Lei 10.833/03	7.383.312	4.887.675
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	2.754.806	1.263.798
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	760.038	207.752
Tributo pago a maior (Parcelamento Lei Nº 12.996)	609.664	609.664
	13.110.776	**8.030.079**

7. CRÉDITOS FISCAIS

A Companhia reconheceu créditos compensáveis com lucros tributários futuros, calculados sobre prejuízos e provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, em contrapartida ao resultado do período, nos montantes abaixo especificados:

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	20.684.747	21.258.532
Créditos inter temporais - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	17.189.684	7.596.177
Prejuízo fiscal - Contribuição Social s/Lucro Líquido (CSLL)	1.352.765	1.544.520
Créditos inter temporais - Contribuição Social s/ Lucro Líquido (CSLL)	6.188.286	2.734.624
	45.415.482	**33.133.853**

8. IMOBILIZADO

O imobilizado está assim distribuído:

		2016			2015
	Taxas de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido
Em Operação					
Sistemas de abastecimento de água	2% a 10%	474.255.991	(335.494.339)	138.761.652	156.538.198
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 10%	294.165.332	(84.052.138)	210.113.194	219.540.939
Bens de uso geral	10% a 25%	71.962.887	(38.783.231)	33.179.656	33.478.507
		840.384.210	**(458.329.708)**	**382.054.502**	**409.557.644**
Em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água		232.992.164	-	232.992.164	215.062.073
Sistemas de esgoto sanitário		287.874.012	-	287.874.012	212.454.992
Estoques de obras		24.120.271	-	24.120.271	23.566.690
		544.986.447	-	**544.986.447**	**451.083.755**
		1.385.370.657	**(458.329.708)**	**927.040.949**	**860.641.399**

A mutação do imobilizado ocorrida entre os exercícios de 2015 e 2016 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2015	(+) Adições ocorridas	(+) Depreciações apuradas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado Técnico					
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	470.869.861	3.386.130	-	-	474.255.991
Sistemas de esgoto sanitário	293.703.979	461.353	-	-	294.165.332
Bens de uso geral	67.740.969	4.221.918	-	-	71.962.887
	832.314.809	**8.069.401**	-	-	**840.384.210**
Depreciação Acumulada					
Sistemas de abastecimento de água	(314.331.663)	-	(21.162.676)	-	(335.494.339)
Sistemas de esgoto sanitário	(74.163.040)	-	(9.889.098)	-	(84.052.138)
Bens de uso geral	(34.262.462)	-	(4.520.768)	-	(38.783.231)
	(422.757.165)	-	**(35.572.543)**	-	**(458.329.708)**
Imobilizado Técnico Líquido	**409.557.644**	**8.069.401**	**(35.572.543)**	-	**382.054.502**
Imobilizado em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	215.062.073	17.930.091	-	-	232.992.164
Sistemas de esgoto sanitário	212.454.992	75.419.020	-	-	287.874.012
Estoques de obras	23.566.690	553.581	-	-	24.120.271
Total de Imobilizado em Andamento	**451.083.755**	**93.902.692**	-	-	**544.986.447**
Imobilizado Total	**860.641.399**	**101.972.093**	**(35.572.543)**	-	**927.040.949**

9. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos próprios - outros programas	26.764.799	32.021.243
Depósitos e retenções contratuais	547.779	537.675
	27.312.578	**32.558.919**

Os saldos dos principais fornecedores no ano de 2016 foram os seguintes:

Nome do Fornecedor	31/12/2016	
Companhia Energética do RN - COSERN	8.026.045	
De Rosa, Siqueira, Advogados Associados	4.023.918	(1)
Policard Sistemas e Serviços Ltda.	2.053.124	
Ecocil Empresa de Construções Civis Ltda.	1.075.836	
Beraca Sabara Quiímicos e Ingred. Ltda.	1.010.798	
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca	984.582	
Saint-Gobain Canalizações Ltda.	626.012	
Behring Segurança Privada Ltda.	461.970	
Secretaria Municipal de Tributação	420.319	
Alberflex Indústria de Móveis Ltda.	348.773	
Aquamec Equipamentos Ltda.	285.708	
CRI Bombas Hidráulicas Ltda.	278.389	
Cobrança Advogados Ltda. EPP	227.432	
HI projetos & Construções Ltda.	204.112	
JMT Serviços e Locação de Mão de Obra Ltda.	190.873	
Center Luz Materiais Elétricos Ltda	188.872	
Crast Construções e Serviços Ltda. EPP	187.486	
Angolini & Angolini Ltda.	175.900	
Petrofisa do Brasil Ltda.	173.843	
Departamento Estadual de Imprensa - DEI	159.328	
Funcern	145.929	
Canteiro Contsruções Ltda.	140.189	
CCC Engenharia Ltda.	138.733	
Maria Joselene Fernandes	137.708	
A&C Construções Ltda.	131.222	
Consórcio EITOAS	118.986	
Empresa Brasileira de Assessoria e Consultoria - EMBRASC	115.066	
Asperbras Nordeste Irrigação Ltda.	109.903	
Subtotal	**22.141.057**	
Demais fornecedores (cerca de 950 cadastrados)	4.623.742	
Total geral	**26.764.799**	

(1) Registro do contrato de confissão de dívida firmado com a De Rosa e Siqueira Advogados Associados em Agosto/2016, conforme movimentação abaixo:

	31/12/2016 - R$	
Valor do contrato	10.500.000	
(-) Pagamentos realizados em 2016	(1.000.000)	
(-) Transferência saldo para Contingências Cíveis	(5.476.082)	(a)
(=) Saldo a pagar ao fornecedor	**4.023.918**	

(a) Vide explicação da transferência na Nota 15.1

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia e o Banco do Brasil mantém contrato de empréstimo tipo Finame para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos pesados. A movimentação ocorrida está apresentada a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Banco do Brasil S/A.	4.503.394	5.881.942	10.385.336	4.569.956	10.385.336	14.955.292
	4.503.394	**5.881.942**	**10.385.336**	**4.569.956**	**10.385.336**	**14.955.292**

As mutações ocorridas no período referente aos empréstimos e financiamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2015	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
CIRCULANTE					
Banco do Brasil S/A.	4.569.956	(5.181.741)	611.785	4.503.394	4.503.394
	4.569.956	**(5.181.741)**	**611.785**	**4.503.394**	**4.503.394**
NÃO CIRCULANTE					
Banco do Brasil S/A.	10.385.336	-	-	(4.503.394)	5.881.942
	10.385.336	-	-	**(4.503.394)**	**5.881.942**
Total	**14.955.292**	**(5.181.741)**	**611.785**	-	**10.385.336**

A Companhia vem realizando os pagamentos das parcelas de amortizações junto ao Banco do Brasil S/A. em dia e vem atualizando os saldos devedores com base nos encargos financeiros pactuados nos contratos.

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher		
Programa de Integração Social (PIS)	523.858	410.552
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	2.431.476	1.907.406
Imposto sobre Serviços (ISS)	525.078	1.720.354
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	3.577.857	1.282.341
	7.058.269	**5.320.652**
Impostos retidos a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	31.373	36.880
Programa de Integração Social (PIS)	26	26
INSS Retido s/ cessão de mão-de-obra de Terceiros Pessoa Física	829.235	723.980
PIS/PASEP retido - Lei 10.833/03	23.738	27.103
COFINS retido - Lei 10.833/03	109.182	90.611
CSLL retido - Lei 10.833/03	36.300	29.892
	1.029.854	**908.493**
	8.088.123	**6.229.145**

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Folha de pagamento e encargos		
Salários a pagar dos funcionários e estagiários	2.469.897	2.012.834
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.848.089	1.329.198
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	3.668.996	3.015.764
Contribuição Sindical	2.260	2.053
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	-	716.537
Sesi / Senai / Sebrae	470.332	470.332
Consignações a recolher	466.730	1.330.517
	8.926.304	**8.877.236**
Férias e encargos	16.069.184	11.084.159
	24.995.488	**19.961.395**

13. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

Os parcelamentos de impostos estão representados pelo Parcelamento Especial – PAES mantido junto a Secretaria da Receita Federal e tiveram sua consolidação oficializada durante o exercício social de 2014. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos são os seguintes:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Parcelamento da Lei Nº 11.941/2009	360.940	3.050.075	3.411.015	360.940	3.411.015	3.771.955
	360.940	**3.050.075**	**3.411.015**	**360.940**	**3.411.015**	**3.771.955**

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2015	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
CIRCULANTE					
Parcelamento da Lei Nº 11.941/2009	360.940	(584.729)	223.789	360.940	360.940
	360.940	**(584.729)**	**223.789**	**360.940**	**360.940**
NÃO CIRCULANTE					
Parcelamento da Lei Nº 11.941/2009	3.411.015	-	-	(360.940)	3.050.075
	3.411.015	-	-	**(360.940)**	**3.050.075**
Total	**3.771.955**	**(584.729)**	**223.789**	-	**3.411.015**

14. PARCELAMENTO COSERN

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não-Circulante	Total	Circulante	Não-Circulante	Total
Cosern Contrato 2016/CCE/04	24.234.825	110.333.083	134.567.908	13.670.277	126.604.457	140.274.734
	24.234.825	**110.333.083**	**134.567.908**	**13.670.277**	**126.604.457**	**140.274.734**

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos mantidos junto a Cosern estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2015	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2016
CIRCULANTE					
Cosern Contrato 2016/CCE/04	13.670.277	(13.670.246)	7.963.420	16.271.374	24.234.825
	13.670.277	**(13.670.246)**	**7.963.420**	**16.271.374**	**24.234.825**
NÃO CIRCULANTE					
Cosern Contrato 2016/CCE/04	126.604.457	-	-	(16.271.374)	110.333.083
	126.604.457	-	-	**(16.271.374)**	**110.333.083**
Total	**140.274.734**	**(13.670.246)**	**7.963.420**	-	**134.567.908**

15. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia adota a prática contábil de registrar as provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus Assessores Jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15.1 - Provisões - A Companhia acredita que os montantes de provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis, e os saldos apresentavam-se com os seguintes valores:

Provisões para demandas judiciais	31/12/2016		31/12/2015
Questões trabalhistas	38.488.052	(1)	14.505.543
Questões cíveis	25.956.509	(2)	12.517.878
Questões Tributárias	4.314.176		3.361.288
	68.758.737		**30.384.709**

Depósitos judiciais		
Judiciais	(8.487.650)	(838.859)
	(8.487.650)	**(838.859)**
(=) Saldo Líquido	**60.271.087**	**29.545.850**

(1) Referem-se a reclamações trabalhistas por cálculos de diferenças salariais, férias em dobro, cálculos de horas extras etc., sendo que, no exercício de 2016, ocorreram os ingressos de uma série de demandas dessa natureza. (2) Composição dos principais processos cíveis:

	R$	
Ministério Público do Rio Grande do Norte	7.500.000	(a)
De Rosa e Siqueira Advogados Associados	5.476.082	(b)
Demais processos (montam cerca de 795 processos)	12.980.427	
	25.956.509	

(a) Ação civil pública de Nº 0016118-46.2010.8.20.0106 impetrada pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte contra a companhia. (b) Parte do saldo do contrato da firma De Rosa e Siqueira Advogados Associados provisionado como contingência, conforme autorização da diretoria da Companhia, visando discussão futura sobre o efetivo saldo devedor do contrato.

15.2 - Passivos Contingentes - A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para essas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, trabalhistas e tributárias em 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

	31/12/2016	
Questões trabalhistas	520.000	(a)
Questões cíveis	485.744	
	1.005.744	

(a) em decorrência da Ação Civil Pública Nº 0000886.75.2014.0041, que trata da jornada de trabalho dos empregados advogados da Companhia, e discute o pagamento de horas extras retroativas e indenização por dano moral coletivo.

16. RECEITA DIFERIDA

Durante o exercício de 2016 e 2015 a Companhia optou por registrar no grupamento do "Passivo Não Circulante – Receita diferida" os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de subvenções		
Convênios com o Governo federal	240.251.326	138.054.948
	240.251.326	**138.054.948**
Outros créditos de subvenções - Bloqueios judiciais de convênios (*)		
Governo federal	-	(429.390)
	-	**(429.390)**
(=) Saldo Líquido	**240.251.326**	**137.625.558**

(*) referem-se a saldos de bloqueios judiciais realizadas nas contas dos convênios em função de processos movidos contra o Governo do Estado.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 - Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Ordinárias	854.170.873	99,98%	852.558.968	99,98%
Preferenciais	156.909	0,02%	156.909	0,02%
	854.327.782	**100,00%**	**852.715.877**	**100,00%**

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% ao ano e prioridade no caso de liquidação e no reembolso do capital sem direito a prêmio, bem como participação, sem restrições no aumento do capital e decorrentes da capitalização de recursos e lucros. O Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 94,48% e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN (em liquidação judicial), participa com 5,35% das ações ordinárias da Companhia. Os demais 0,17% de ações ordinárias estão divididas entre a União, órgãos estaduais e municipais e pessoas físicas. As ações preferenciais são integralmente da União.

17.2 - Reserva de capital - A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital.

17.3 - Adiantamento para futuro aumento de capital - Em 2016, compreende dos valores recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (acionista majoritário), durante o exercício social de 2016 e 2015, que deverá ser capitalizado no exercício social de 2017.

17.4 - Prejuízo por ação - Básico e diluído - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(21.131.725)	(6.788.639)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	854.170.873	852.558.968
Prejuízo básico e diluído por ação (reais por ação)	**(0,025)**	**(0,008)**

18. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água		
Tarifa residencial	392.555.705	342.400.284
Tarifa comercial	36.919.646	33.517.492
Tarifa industrial	8.048.276	7.934.660
Órgãos públicos	37.432.606	34.331.361
	474.956.233	**418.183.797**
Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água		
Ligações	2.181.333	2.380.256
Acréscimo por impontualidade	18.550.464	12.979.170
Religações e sanções	6.328.931	3.281.337
Contribuição para hidrometria	42.833	42.342
Ampliações	32.012	44.900
Outras receitas indiretas	4.578.298	5.730.029
	31.713.871	**24.458.034**
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	**506.670.104**	**442.641.831**
Receitas diretas de serviços de esgotos		
Tarifa residencial	56.343.970	48.053.864
Tarifa comercial	17.918.612	16.884.381
Tarifa industrial	11.835.844	12.166.666
Órgãos públicos	9.684.174	8.890.161
	95.782.600	**85.995.073**
Receitas indiretas de serviços de esgotos		
Ligações	127.748	143.434
Ampliações	108.886	105.041
Outras receitas indiretas	1.729	-
	238.363	**248.475**
Total das receitas de serviços de esgotos	**96.020.963**	**86.243.548**
Total do faturamento bruto de água e esgoto	**602.691.067**	**528.885.379**
Demais receitas		
Locação de imóveis	93.344	128.687
Venda de bens do Imobilizado	642.463	247.470
Taxa de cadastro de fornecedores	7.301	13.680
Outras receitas	259.159	-
	1.002.267	**389.837**
Total das receitas brutas	**603.693.334**	**529.275.216**
(-) Deduções de impostos sobre receitas		
COFINS sobre receitas	(45.264.691)	(39.642.906)
PIS sobre receitas	(9.785.504)	(8.581.687)
Total	**(55.050.195)**	**(48.224.593)**
Receita operacional líquida	**548.643.139**	**481.050.623**

19. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2016	31/12/2015
Sistema de abastecimento de água		
Despesas com pessoal	(111.405.835)	(90.539.160)
Despesas com material	(21.347.614)	(26.022.971)
Serviços de terceiros	(110.446.658)	(111.678.030)
Despesas gerais	(1.508.928)	(3.920.288)
Depreciação e amortização	(21.162.676)	(20.957.552)
	(265.871.711)	**(253.118.000)**
Sistema de esgoto sanitário		
Despesas de pessoal	(24.770.007)	(19.763.196)
Despesas com material	(2.211.283)	(6.649.684)
Serviços de terceiros	(10.018.974)	(12.719.665)
Despesas gerais	(987.930)	(1.449.822)
Depreciação e amortização	(9.889.098)	(9.675.304)
	(47.877.292)	**(50.257.671)**
	(313.749.003)	**(303.375.671)**

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2016	31/12/2015
Despesas administrativas		
Despesas de unidade de estrutura orgânica		
Administração central e Regionais		
Despesas de pessoal	(46.098.651)	(43.274.458)
Despesas com material	(4.637.323)	(3.923.697)
Serviços de terceiros	(29.633.807)	(17.476.254)
Despesas gerais	(2.669.462)	(4.045.054)
	(83.039.243)	**(68.719.463)**
Depreciação e amortização		
Depreciação	(4.520.768)	(2.457.748)
	(4.520.768)	**(2.457.748)**
Total das despesas administrativas	**(87.560.011)**	**(71.177.212)**
Despesas capitalizáveis		
Administração central		
Despesa de pessoal	(17.202.164)	(17.608.787)
Despesas com material	(121.374)	(178.085)
Serviços de terceiros	(9.284.964)	(5.345.086)
Despesas gerais	(195.670)	(288.574)
Total das despesas capitalizáveis	**(26.804.172)**	**(23.420.533)**
Provisão e reversão de provisão para contingências		
Cíveis	(13.438.631)	1.387.020
Trabalhistas	(23.982.510)	(9.941.190)
Tributárias	(952.888)	(3.361.288)
	(38.374.029)	**(11.915.458)**
Despesas não operacionais		
Outras despesas		
Despesa com pessoal a disposição	-	(24.007)
Total das despesas não operacionais	**-**	**(24.007)**
Ressarcimento com pessoal a disposição	(2)	11.983
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapivida	592.036	541.513
Ressarcimento do IASAN	32	-
Por uso/danos propriedade da empresa	42.079	20.560
Outros ressarcimentos	56.932	1.339.084
Ressarcimento de vale transporte	100.195	105.878
Ressarcimento de multas de trânsito	25.158	7.939
Devolução prestações de contas	429	-
	816.859	**2.026.956**
Total geral das despesas administrativas	**(151.921.353)**	**(104.510.254)**

21. DESPESAS COMERCIAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Administração central e Regionais		
Despesas de pessoal	(29.374.625)	(25.018.601)
Despesas com material	(136.549)	(163.241)
Serviços de terceiros	(17.931.118)	(9.361.331)
Despesas gerais	(825.703)	(1.325.596)
	(48.267.995)	**(35.868.769)**
Perdas na realização de créditos	(47.324.811)	(23.439.703)
Total das despesas comerciais	**(95.592.806)**	**(59.308.471)**

22. RECEITAS FINANCEIRAS

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.689.393	5.089.017
Descontos recebidos	92.903	62.182
Total das receitas financeiras	**3.782.296**	**5.151.199**
Receitas de variação monetária		
Juros ativos	94.032	712.318
Receitas de variação monetária	**94.032**	**712.318**
Total das receitas financeiras	**3.876.328**	**5.863.517**

23. DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de financiamentos internos		
Juros e taxas	(17.206.306)	(23.034.664)
Total das despesas de financiamentos internos	**(17.206.306)**	**(23.034.664)**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Despesas tributárias		
Impostos	(39.211)	(19.165)
Imposto sobre Propriedade e Território Urbano (IPTU)	(3.017)	(992)
Taxas	(1.011.294)	(91.088)
Taxa de concessão municipal	(3.304.396)	(3.149.616)
Contribuições	(52.979)	-
Total das despesas tributárias	**(4.410.897)**	**(3.260.861)**
Outras despesas		
Juros extra financiamento	(511.235)	(1.476.128)
Multas extra financiamento	(380.422)	(1.531.686)
Taxa extra refinanciamento	-	(2.168)
Imp. de Renda Retido na Fonte (IRRF) s/ aplicações financeiras	-	(52)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1.281)	(194.294)
Outras despesas	(429.390)	-
	(1.322.328)	**(3.204.328)**
Total das despesas financeiras	**(22.939.531)**	**(29.499.852)**

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado em 2016 e 2015 podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda		
Provisão constituída para o Imposto de Renda (24.1)	(1.282.699)	(553.287)
Diferença Temporária Imposto de Renda (24.2)	9.019.722	2.725.372
	7.737.023	**2.172.085**
Contribuição Social		
Provisão constituída para a Contribuição Social (24.3)	(447.429)	(177.105)
Diferença Temporária Contribuição Social (24.4)	3.261.907	996.489
	2.814.478	**819.385**
	10.551.501	**2.991.469**

24.1 - Composição do cálculo do Imposto de Renda

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Contábil	(31.683.226)	(9.780.108)
Ajuste RTT	-	-
Resultado Contábil após RTT	**(31.683.226)**	**(9.780.108)**
(+) Adições		
Provisões para Contingências	38.374.029	11.915.458
Outras indedutíveis - Devolução de doações	429.390	193.661
Gratificação dos Diretores	548.416	568.718
Multas	137.856	482.174
	39.489.691	**13.160.011**
(-) Exclusões		
Contribuições e doações recebidas	(156.000)	-
	(156.000)	**-**
Lucro Real	**7.650.465**	**3.379.902**
Compensação do prejuízo fiscal (30% do Lucro Real)	(2.295.140)	(1.013.971)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	**5.355.325**	**2.365.932**
% Imposto de Renda Normal	15%	15%
Imposto de Renda Normal a pagar	**803.299**	**354.890**
Adicional Imposto de Renda	5.355.325	2.365.932
(-) Dedução permitida	(240.000)	(240.000)
Base de cálculo Adicional Imposto de Renda	**5.115.325**	**2.125.932**
% Adicional Imposto de Renda	10%	10%
Adicional Imposto de Renda a pagar	**511.532**	**212.593**
Imposto de Renda do período	**1.314.831**	**567.483**
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (4% do imposto do período)	(32.132)	(14.196)
Imposto de Renda do período após incentivo PAT	**1.282.699**	**553.287**

24.2 - Cálculo da Diferença Temporária - Imposto de Renda

	31/12/2016	31/12/2015
Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Contingências constituídas		
Valor líquido das provisões de contingências	38.374.029	11.915.458
Alíquota do IR	25%	25%
Valor da dif. Inter temporal IRPJ	**9.593.507 (a)**	**2.978.865**
Base de Cálculo p/ Diferença Temporária s/ Prejuízo Fiscal compensado		
Valor líquido do prejuízo fiscal utilizado	(2.295.140)	(1.013.971)
Alíquota do IR	25%	25%
Valor da dif. Inter temporal IRPJ	**(573.785) (a)**	**(253.493)**
Diferença Temporária registrada para Imposto de Renda (somatório da (a))	**9.019.722 (a)**	**2.725.372**

24.3 - Composição do cálculo da Contribuição Social

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Contábil	(31.683.226)	(9.780.108)
Ajuste RTT	-	-
Resultado Contábil após RTT	**(31.683.226)**	**(9.780.108)**
(+) Adições		
Provisões para Contingências	38.374.029	11.915.458
Outras indedutíveis - Devolução de doações	429.390	193.661
Multas	137.856	482.174
	38.941.275	**12.591.293**
(-) Exclusões		
Contribuições e doações recebidas	(156.000)	-
	(156.000)	**-**
Lucro Real	**7.102.049**	**2.811.184**
Compensação da base de cálculo negativa (30% do Lucro Real)	(2.130.615)	(843.355)
Lucro Real Após Compensação do prejuízo fiscal	**4.971.434**	**1.967.829**
% Contribuição Social	9%	9%
Contribuição Social do período	**447.429**	**177.105**

24.4 - Cálculo da Diferença Temporária para Contribuição Social

	31/12/2016	31/12/2015
Base de Cálculo p/ DIF Inter Temporal s/ Contingências constituídas		
Valor líquido das provisões de contingências	38.374.029	11.915.458
Alíquota do CSLL	9%	9%
Valor da dif. Inter temporal CSLL	**3.453.662 (b)**	**1.072.391**
Base de Cálculo p/ diferença Temporária s/ Base de Cálculo Negativa compensada		
Valor líquido do base de cálculo negativa utilizado	(2.130.615)	(843.355)
Alíquota do IR	9%	9%
Valor da dif. Inter temporal CSLL	**(191.755) (b)**	**(75.902)**
Diferença Temporária registrada para Contribuição Social (somatório da (b))	**3.261.907**	**996.489**

25. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **a) Financiamentos -** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. **b) Gerenciamento de riscos -** A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez e risco taxa de juros. **(I) Risco de crédito –** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, principalmente contas a receber. O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização. **(II) Risco de liquidez -** A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente dos serviços de água e esgoto. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 03). **(III) Risco de taxas de juros –** A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2015, o Supremo Tribunal Federal, através do relator do processo, Ministro Luiz Fux, emitiu Recurso Extraordinário de Nº 858.893 que confere à Companhia imunidade tributária sobre os impostos de âmbito federal. Conforme trecho do referido recurso, a Suprema Corte pacificou a questão no sentido de que a imunidade tributária recíproca alcança as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos. O Supremo Tribunal Federal tem acolhido, excepcionalmente, a possibilidade de conferir a imunidade recíproca às empresas públicas e sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público essencial, fora do regime de concorrência e que não distribuem lucros aos investidores públicos e privados. Em 18 de março de 2015, a Fazenda Nacional interpôs agravo regimental. Em função desse agravo, o Ministro Luiz Fux, em 25 de maio de 2016, reconsiderou a sua decisão e encaminhou o feito a origem para pretensa adequação jurisprudencial. Dessa forma, o processo foi remetido para o Tribunal Regional Federal – TRF-5ª Região para aguardar o julgamento do tema 508 (RE 600.867). Conforme informado pelos assessores jurídicos externos, as decisões proferidas são, até o presente momento, todas favoráveis a Companhia, apesar desse último evento. Portanto, a perspectiva dos assessores é de êxito nesse processo, o que trará à Companhia os benefícios de caixa provenientes do não recolhimento de tributos federais a partir de um determinado período. Ademais, não ocorreram novos eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de divulgação das demonstrações contábeis que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

DIRETORIA

MARCELO SALDANHA TOSCANO
Diretor Presidente

ANTON CARLOS GONDIM SAFIEH
Diretor de Planejamento e Finanças

LINDOLFO GOMES VIDAL NETO
Diretor Administrativo

MARIA HELENA BEZERRA CORTEZ
Diretora Comercial e de Atendimento

MARIA GENY FORMIGA DE FARIAS
Diretora de Empreendimentos

JOÃO ALBERTO DANTAS DA COSTA
Diretor de Operação e Manutenção

CONTADOR
Alex Souza da Costa
Contador – CRC – RN – 006783/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN
Natal – RN

Opinião adversa sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, devido à relevância dos efeitos mencionados no parágrafo base para opinião adversa (1) a (5), as demonstrações contábeis acima referidas não representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis -** Conforme descrito na nota explicativa nº 2 as demonstrações contábeis não estão adequadas às normas internacionais de contabilidade. No caso da Companhia suas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), no que se refere a: i) registro dos ativos de concessão, considerados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no Ativo Imobilizado, enquanto que para fins de IFRS, são Ativos Intangíveis; ii) registro de ativos contingentes, registrados pelas práticas contábeis no Brasil, enquanto que para fins de IFRS não são reconhecidos; iii) ativos imobilizados, nas normas contábeis adotada no Brasil inclui bens da concessão, enquanto que para fins de IFRS considera somente bens não vinculados a concessão. Nesses aspectos, as situações elencadas a seguir, deram base a nossa opinião adversa, quais sejam: (1) A Companhia não procedeu a adequação do ICPC 01 que trata de contratos de concessão, seu reconhecimento e mensuração, e, portanto, não reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com essa interpretação. Diante de tais circunstâncias ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre os novos procedimentos que deveriam ter sido aplicados, bem como identificar o montante e impacto no resultado da Companhia. (2) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação aos grupos "Ativo Circulante e Ativo Não Circulante – contas a receber de clientes e outros recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa", não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, consequentemente, nos permitiriam concluir sobre a adequação dos saldos dessas contas, e também, sobre o valor das correspondentes receitas operacionais líquidas, das despesas com a provisão para créditos de liquidação duvidosa. (3) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação ao grupo "Ativo Não Circulante – Imobilizado" não são satisfatórios, principalmente em função de: (i) fragilidades nos processos de transferências dos bens provenientes das obras em andamento para o imobilizado técnico; (ii) ausência de testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos, conforme Resolução NBC TG 01 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, (iii) a companhia não efetuou estudo para avaliação da vida útil restante e de valor residual dos bens integrantes do Ativo Imobilizado, para definição das novas taxas e bases de cálculos das depreciações e amortizações, conforme estabelecido pela Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R3). Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, e também, concluir sobre a adequação das despesas com depreciação registradas no seu resultado. (4) Embasada na NBC TG 07 (R1), que trata de subvenção e assistência governamentais, a Companhia optou por registrar no grupamento do "Passivo Não Circulante – Receita diferida" os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte, passando a ser reconhecida como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Sucede que, pela falta de controle atualmente existente para bens componentes do patrimônio da Companhia, com grandes atrasos na capitalização de obras finalizadas como bem componentes do imobilizado técnico, esta prática compromete o registro da receita de subvenção na proporcionalidade da sua depreciação. Não foi possível mensurar os efeitos da adoção desta prática nas demonstrações contábeis. (5) Pelo fato de termos sido contratados após a realização do evento das contagens físicas dos itens componentes dos estoques promovidas pela sua área de materiais, não acompanhamos o inventário físico dos almoxarifados na data base de 31 de dezembro de 2016 e nem foi possível satisfazermo-nos sobre os saldos do grupo "Ativo Circulante – Estoques" por meio de procedimentos alternativos de auditoria, o que nos impossibilitou de concluir sobre a adequação dos saldos dessa conta. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase -** A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros que garanta a indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado -** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis -** A administração da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da empresa e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Natal (RN), 13 de abril de 2017.

CHRONUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE - 000.681/0 - 5 "S" - RN
ROSIVAM PEREIRA DINIZ
Contadora - CRC-PE - 014050/O-4 - "S" - RN
GEORGE CLAUDIO MARTINS RODRIGUES
Contador - CRC-PE 016212/O-3 - "S" - RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações financeiras da companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, acompanhado das respectivas notas explicativas e submetidas a exame dos auditores independentes, Chronus Auditores Independentes S/A, que emitiram parecer com opinião adversa sobre as mesmas. Com base nas demonstrações financeiras examinadas e no Parecer dos Auditores Independentes, Chronus Auditores Independentes S/A, que emitiram opinião adversa quanto à adequação das demonstrações financeiras relativa à posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, este Conselho, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários não refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por conseguinte, o Conselho Fiscal manifesta-se favorável ao Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e concorda com as bases para a opinião adversa sobre as demonstrações contábeis, manifestadas no referido relatório. Assim, submete as demonstrações à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração. Ressalte-se que, em 2016, não houve reuniões trimestrais do Conselho Fiscal da empresa, não obstante tal assunto ter sido registrado na Ata de Reunião do Conselho Fiscal nº 01/2016, ocorrida em 19/04/2016. Natal/RN, 20 de abril de 2017.

José Alves Terceiro Neto
Conselheiro Fiscal

Luis Henrique de Souza e Silva
Conselheiro Fiscal

Carlos Renato do Amaral Portilho
Conselheiro Fiscal

Senado aprova primeiro turno do fim do foro privilegiado

Proposta de Emenda à Constituição que estabelece o fim do foro privilegiado para todas as autoridades, com exceção dos chefes dos Três Poderes é aprovada em primeiro turno no plenário

Após acordo entre lideranças da base aliada e da oposição, o plenário do Senado aprovou por unanimidade ontem o primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece o fim do foro privilegiado para todas as autoridades, com exceção dos chefes dos Três Poderes.

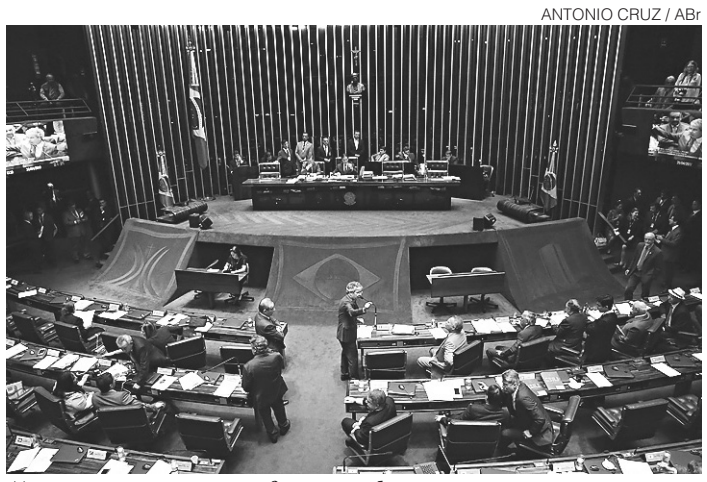
A proposta contou com 75 votos a favor e nenhum contra. Por se tratar de uma PEC, o projeto ainda terá que ser votado em segundo turno antes de ser encaminhado para a Câmara dos Deputados. Para que ocorra a votação final será necessária a realização de três sessões. Nesse meio tempo há a possibilidade de serem apresentadas novas emendas, que podem alterar o texto.

As negociações para votar a PEC na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) e no mesmo dia no plenário foram feitas durante a madrugada desta quarta-feira, na residência oficial do Senado, e contaram com a participação de representantes dos principais partidos da Casa. Na ocasião, também foi acertada a votação do projeto de abuso de autoridade aprovada durante a sessão desta quarta e encaminhada para a Câmara.

A PEC exclui a previsão constitucional de foro por prerrogativa de função nos tribunais superiores e na Justiça Federal, para julgamento de crime comum praticado por autoridade. O texto aprovado no plenário é o mesmo que foi discutido no início da tarde na CCJ.

O relator do projeto, Randolfe Rodrigues (Rede-AC), acatou uma emenda do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que estabelece que os presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF) continuam sendo julgados pela Suprema Corte mesmo em caso de infrações penais comuns.

ANTONIO CRUZ / ABr



// **Proposta teve 75 votos a favor e nenhum contra**

Em casos de crime de responsabilidade, ministros de Estado, comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União e chefes de missão diplomática de caráter permanente também continuam com foro privilegiado. "O foro por prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado no Brasil, que contempla quase 37 mil autoridades, da forma como está, estabelece dois tipos de cidadãos em nosso País. Um cidadão de uma casta privilegiada, que tem uma espécie de tribunal especial, e outros, que são julgados por qualquer juiz ou tribunal", ressaltou Randolfe no plenário.

Ao defender a aprovação da PEC ele também elencou algumas "travas" que foram colocadas no relatório para que as novas regras não sejam desconfiguradas. "Na PEC não será possível qualquer esperteza para alguma Assembleia Legislativa tentar alguma salvaguarda aos governadores", disse o senador.

Após o encerramento das discussões, realizadas a toque de caixa, os líderes convocaram suas bancadas para a aprovação do texto.

"Quando Montesquieu pensou o sistema de pesos e contrapesos foi porque ele se convenceu de que o homem tende a abusar da autoridade. Por isso, é muito importante a presença de todos aqui, no plenário. O PMDB recomenda o voto 'sim'", afirmou o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL).

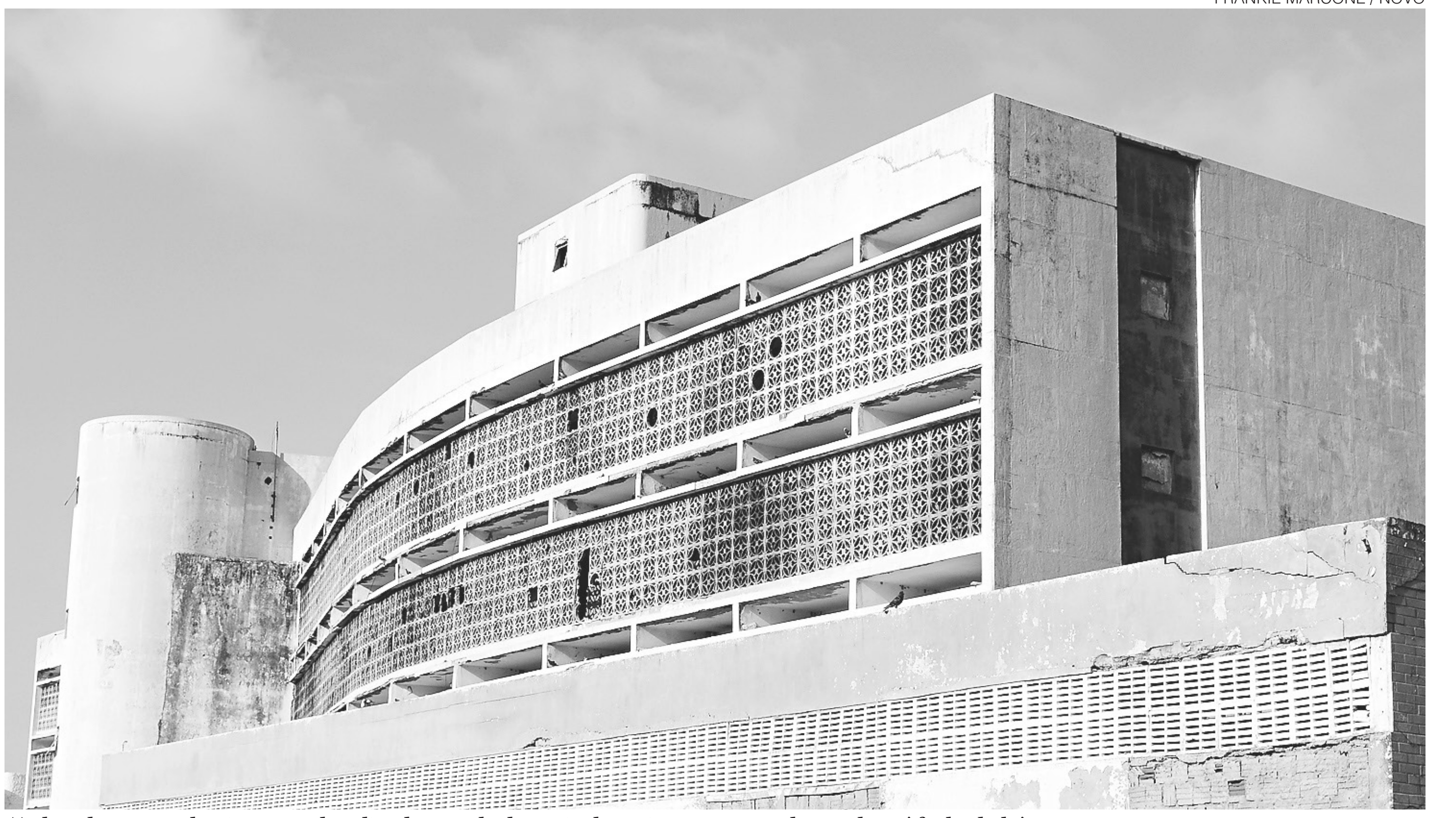
Após declarar o resultado, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-AL), considerou como histórica a sessão que aprovou o primeiro turno da PEC do fim do foro e a atualização das regras de abuso de autoridade.

"Acho que o dia de hoje seguramente marcará a história do Senado Federal e do Brasil. Acabamos com o foro dito privilegiado não para os 600 parlamentares e ministros, mas para todas as 35 mil pessoas que detêm direito a essa prerrogativa de função. Do vereador ao membro do Conselho Nacional de Justiça", afirmou Eunício. "Ao mesmo tempo regulamos o combate de abuso de autoridades. Uma excrescência que afeta o cidadão diariamente, a chamada carteirada na fila de cinema; a prisão injusta, dos maus tratos nas prisões; nas delegacias", emendou.

Prefeitura pode definir amanhã o futuro do Hotel Reis Magos

Reunião entre o prefeito Carlos Eduardo Alves, secretários e Procuradoria-Geral do Município vai discutir processo de demolição do prédio e discutir o licenciamento de um novo empreendimento

FRANKIE MARCONE / NOVO



// **Abandono: Hotel Reis Magos, localizado na orla da Praia do Meio, zona Leste de Natal, está fechado há 22 anos**

O imbróglio que envolve o futuro do Hotel Internacional Reis Magos deve ser definido amanhã, 28, em uma reunião envolvendo o Prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, a Procuradoria-Geral do Município, Gabinete Civil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb) e Secretaria Municipal de Turismo (Setur).

O Hotel, localizado na orla da Praia do Meio, Zona Leste de Natal, está fechado há 22 anos e tem suas ruínas utilizadas como refúgio por famílias desabrigadas e usuários de drogas.

Além de acumular lixo e gerar problemas de saúde pública para os moradores que vivem em seu entorno.

Após a decisão judicial que dava liberdade para que a empresa responsável utilizasse o terreno da forma desejada, o Grupo Hoteis Pernambuco S.A. pediu autorização a Semurb para demolir as ruínas do antigo Hotel Reis Magos. O pedido foi encaminhado a Procuradoria Geral do Município. De acordo com o procurador geral Carlos Castim, o documento está sendo avaliado pela procuradoria especializada e agora o Executivo Municipal deve discutir o licenciamento do novo empreendimento.

O novo projeto deve ser feito pela empresa dona do hotél - o Grupo Hóteis Pernambuco S.A. Ainda não há informações sobre quanto a reutilização do espaço deve custar. O diretor do grupo foi procurado pela reportagem, mas até o fechamento desta edição não retornou as ligações e não respondeu as perguntas enviadas.

O prédio foi alvo de uma longa disputa judicial, que teve fim no início deste ano. De um lado, a empresa proprietária que pedia autorização para demolir as ruínas e construir um novo empreendimento no terreno.

Do outro lado, o instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que pedia o tombamento do prédio, alegando que o Hotel Reis Magos seria um empreendimento de valor histórico e cultural para a cidade. O tombamento não só impediria a demolição como obrigaria que a empresa dona do hotel restaurasse a estrutura.

Em fevereiro do ano passado, o Iphan conseguiu o prazo de um ano para comprovar o valor histórico do prédio e tombar o Hotel Reis Magos. A decisão foi do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, através de uma medida cautelar que impedia a Prefeitura de autorizar a demolição das ruínas enquanto o estudo fosse realizado. Em caso de descumprimento da medida, a multa prevista esta de R$ 5 milhões.

Entretanto, o superintendente administrativo do Iphan no Rio Grande do Norte, Armando Holanda, afirma que o Iphan Nacional não encontrou evidências que comprovem o valor histórico do empreendimento. E que após a definição, o Instituto não participa mais das discussões a cerca do prédio.

A falta de provas sobre o valor histórico e cultural do Hotel Reis Magos levou a Justiça Federal a decidir nos últimos dias de janeiro deste ano que o Grupo Hotéis Pernambuco S.A estava livre para fazer o que quisesse com as ruínas.

Com o fim do prazo de um ano concedido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, não constavam nos autos da ação a conclusão do processo de tombamento e a juíza federal Moniky Fonseca decidiu que os empresários não poderiam esperar "ad infinitum" e que o prédio era um problema de saúde pública e segurança para todo o seu entorno.

// Eixo Norte

Justiça suspende licitação de trecho da transposição do Rio São Francisco

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu a licitação do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco. O trecho beneficiaria os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. A decisão do desembargador Souza Prudente atendeu ao pedido de um dos consórcios que participaram da licitação. O grupo empresarial argumenta que a proposta escolhida é a mais cara.

O Ministério da Integração Nacional informou vai recorrer da decisão. O recurso será feito pela Advocacia Geral da União (AGU). Na decisão judicial, o desembargador federal Souza Prudente afirma que "em princípio, o consórcio formado pelas empresas" que solicitaram a suspensão da licitação "teria comprovado, satisfatoriamente a sua capacidade técnico-operacional, não se justificando, assim, a sua eliminação precoce do certame".

O contrato com os vencedores da licitação, o Consórcio Emsa-Siton, foi assinado pela Integração Nacional no último dia 21. A previsão era de que as águas do rio São Francisco corram pelas estruturas físicas de todo o Eixo Norte até o final deste ano.

O valor pactuado é de R$ 516,84 milhões. Contudo, a Construtora Passarelli, que apresentou a proposta mais barata, questionou a decisão na Justiça porque entende que tem todas as capacidades técnicas para a realização da obra.

Também foi questionada uma mudança no edital produzido pelo Ministério da Integração Nacional. A alteração fez com que o consórcio fosse eliminado do processo, sob a justificativa de falta de capacidade técnica, apesar de ter atestado de capacidade técnico-operacional.

O ministério afirmou que a capacidade da empresa Passarelli para montagem de uma série de bombas de pequeno porte, mesmo alcançada a vazão mínima exigida no edital, não significa a mesma expertise necessária para a montagem individual de uma bomba de grande porte, cuja logística de transporte, montagem, comissionamento e operação é mais complexa.

Para o Ministério da Integração, no entanto, no ato da desclassificação do consórcio Passarelli, as exigências técnicas das quais a empresa não apresentou atestado são exigidas pela União desde 2011. Sendo assim, segundo a pasta, inviabiliza a contratação para a realização da obra.

A previsão do ministério era de que as águas da transposição possam correr pelos canais já no mês de dezembro. A opção pelo Consórcio Emsa-Siton é em razão de que a "proposta mais vantajosa financeiramente não significa a proposta mais adequada para uma licitação".

REPRODUÇÃO

// **Obras do Eixo Norte estão estimadas de R$ 516,84 milhões**

COPEL

USINA DE ENERGIA EÓLICA GUAJIRU S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

CNPJ/MF Nº 21.957.870/0001-23
Companhia em fase pré-operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A ACIONISTA
A administração da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A., subsidiária integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.
A COMPANHIA
Constituída em 11.02.2015 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, a EOL Guajiru, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é constituída de doze unidades geradoras de 1,8 MW, totalizando 21,6 MW de capacidade instalada e 8,3 MW médios de garantia física de energia. A companhia encontra-se em fase pré-operacional. Até o final do exercício de 2016 a evolução física da obra encontra-se em 42% do total do empreendimento.
Operação Comercial
Em 2014 a Companhia vendeu energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER ocorrido em 31.10.2014. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 8,3 MW médios pelo preço de R$ 144,00/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R$ 171,58 em 31.12.2016. A entrada em operação comercial da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. está prevista para 01.10.2017.
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante	1	1
Passivo circulante	1.170	7
Custo e despesas operacionais	(23.078)	(30)
Resultado financeiro	(1)	-
Patrimônio líquido	39.856	538
Prejuízos do exercício	(23.079)	(30)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos à acionista, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.
São Bento do Norte/RN, 12 de abril de 2017
Cezar Monteiro Pirajá Junior
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS
levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
		1	**1**
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	4	**41.025**	**544**
TOTAL DO ATIVO		**41.026**	**545**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	915	7
Fornecedores	6	99	-
Outras obrigações fiscais	7	156	-
		1.170	**7**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	568	568
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	62.397	-
Prejuízos acumulados		(23.109)	(30)
		39.856	**538**
TOTAL DO PASSIVO		**41.026**	**545**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
Custos Operacionais	9	**(22.417)**	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		**(22.417)**	-
Despesas Operacionais			
Despesa administrativa	10	(661)	(30)
		(661)	**(30)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(1)	-
		(1)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(23.079)**	**(30)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(23.079)**	**(30)**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(23.079)**	**(30)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	Capital social	Adiant. p/futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	567	-	567
Aumento de capital	568	(567)	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	(30)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**568**	-	**(30)**	**538**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	62.397	-	62.397
Aumento de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(23.079)	(23.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**568**	**62.397**	**(23.109)**	**39.856**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		**(23.079)**	**(30)**
Ajuste para reconciliação do Prejuízo do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Provisão p/ redução ao valor recuperável	4.1	22.133	-
Aumento (redução) do passivo		**1.163**	-
Partes Relacionadas		908	-
Fornecedores		99	-
Outras obrigações fiscais		156	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**217**	**(30)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(62.614)	(544)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(62.614)**	**(544)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obrigações contraídas junto a partes relacionadas		-	7
Aumento de capital social		-	1
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		62.397	567
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**62.397**	**575**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	**1**
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa		1	-
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa		1	1
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	**1**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. (Companhia) com sede em São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 11.02.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica e a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato, é constituída de 12 Unidades Geradoras de 1,8 MW, totalizando 21,6 MW de capacidade instalada e 8,3 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque Eólico. O sucesso das operações futuras depende de atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a conclusão de seu parque eólico. A Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se comprometeu a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, prevista para 1º.10.2017, ao preço de R$ 144,00/MWh, na data base de 31.10.2014, atualizados pela variação do IPCA para R$ 171,58 em 31.12.2016. A data de vencimento da autorização da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. é 04.01.2042.
2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017. **2.2 - Base de mensuração -** As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * NEs nºs 3.3 e 4.1 - Redução ao valor recuperável de ativos; * NEs nºs 3.4 e 8 - Provisões para litígios. **2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional -** A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Apesar de apresentar em 31.12.2016 capital circulante líquido negativo de R$ 1.169 em virtude de investimentos realizados, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
3.1 Instrumentos financeiros. Passivos Financeiros. 3.1.1 Outros passivos financeiros - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.1.2 Baixas de passivos financeiros -** Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.2 Imobilizado -** Os bens do ativo imobilizado vinculados às autorizações sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário. Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros à Companhia. **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos -** Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente. **3.4 Provisões -** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões sócio-ambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente. **3.5 Novas normas que ainda não entraram em vigor -** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada. As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir: **3.5.1 - CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros -** O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantem os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade. Como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge e não há ativo financeiro registrado, a Administração concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. **3.5.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes -** O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração avaliou os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras. **3.5.3 IFRS 16 – Arrendamentos -** Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento. **3.5.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas -** Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação -** Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos. As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira -** Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos contratos com fornecedores de equipamentos, mensurados a valor justo. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos, a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.7 - Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento -** Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras. **3.5.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 – 2016 -** Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas: i) alterações à IFRS 1 – adoção inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS; Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4. IMOBILIZADO	31.12.2016	31.12.2015
Em curso		
Custo	63.158	544
Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 9)	(22.133)	-
	41.025	**544**

4.1 Redução ao valor recuperável de ativos - A Companhia reconheceu no exercício de 2016 perdas estimadas para redução ao valor recuperável de seu ativo no montante de R$ 22.133 referente aos ativos de geração. O cálculo do valor em uso considerou: premissas e orçamentos da companhia e taxa de desconto antes dos impostos em moeda constante de 8,06%, que deriva da metodologia do WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação. Essa perda foi reconhecida, principalmente, em função de: (i) aumento da taxa de desconto; e (ii) aumento do investimento originalmente previsto. Em 31.12.2016, os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços da usina em construção montavam em R$ 141.733.
5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
A Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, no total de R$ 915 em 2016 e de R$ 7 em 2015. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.
6. FORNECEDORES
O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS	31.12.2016	31.12.2015
Passivo Circulante		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	2	-
INSS Retido na Fonte	86	-
ISS Retido na Fonte	68	-
	156	-

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R$ 568 e é composto por 567.967 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Em 31.12.2016 existe saldo de R$ 62.397 de Adiantamento para futuro aumento de capital pertencente integralmente à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., o qual há a intenção de capitalização para o período de 2017.

9. CUSTOS OPERACIONAIS	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 4)	22.133	-
Pessoal	211	-
Planos previdenciário e assistencial	45	-
Serviços de terceiros	20	-
Outros	8	-
	22.417	-

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal	347	-
Serviços de terceiros	158	-
Planos previdenciário e assistencial	60	-
Seguros	19	20
Compartilhamento de infraestrutura	56	7
Outros	21	3
	661	**30**

A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
11.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	Ne nº	Nível	31.12.2016 Valor contábil	31.12.2016 Valor justo	31.12.2015 Valor contábil	31.12.2015 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido p/negociação						
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	1	1	1
Total dos ativos financeiros			**1**	**1**	**1**	**1**
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	6		99	99	-	-
Total dos passivos financeiros			**99**	**99**	-	-

O valor justo é equivalente ao seu respectivo valor contábil em razão de sua natureza e prazo de realização.

11.2 Gerenciamento dos riscos financeiros - A Companhia, por intermédio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio. A Companhia esta exposta principalmente ao risco de liquidez, esse risco é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. Em 31.12.2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R$ 1.169 decorrentes principalmente da realização de investimentos de longo prazo. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, bem com a conclusão do processo de captação de recurso junto as instituições financeiras em 2017, conforme previsto no plano de negócio.

12. SEGUROS
a) Garantia de Fiel Cumprimento - A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R$ 4.191 com vencimento em 31.10.2018. A apólice garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente — **FABIO ANTONIO DALLAZEM**
Membros — **RICARDO ROTHSTEIN**; **CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR**

CONSELHO FISCAL
Presidente — **JOÃO ALBERTO DA SILVA**
Membros Titulares — **LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA**; **DEONILSON ROLDO**

DIRETORIA
Dir. Presidente/Técnico — **CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR**
Diretor de Gestão — **FAISAL ALI KASSEM**
Diretora Financeira — **ANA CLARA MORRISSY JOHNSSON**
Diretor Adjunto — **SÉRGIO LUIZ MALUCELLI**

CONTADOR — **ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS** CRC-PR-048673/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos -** Auditoria do exercício anterior - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de abril de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR
Fernando de Souza Leite - Contador CRC nº 1 PR 050422/O-3

12. SEGUROS

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os membros do Conselho Fiscal da USINA DE ENERGIA EÓLICA GUAJIRU S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária. Curitiba, 12 de abril de 2017
JOÃO ALBERTO DA SILVA - Presidente do Conselho
DEONILSON ROLDO - Conselheiro
HEITOR DANTAS FILHO - Conselheiro

OMS quer aumentar controle da malária

Meta da Organização Mundial de Saúde é a redução de pelo menos 90% dos casos da doença em 35 países até 2030

A Organização Mundial da Saúde (OMS) quer aumentar os esforços globais de prevenção da malária para salvar vidas. A declaração marcou o foco da agência da Organização das Nações Unidas (ONU). A campanha foi iniciada na última terça-feira, 25, data criada para reforçar o empenho pelo controle mais eficaz desta doença.

Segundo relatório da OMS lançado no ano passado, os casos de malária no mundo caíram 41% e as mortes 62% entre 2000 e 2015. A agência calcula que os números revisados do documento podem mostrar que 6,8 milhões de vidas foram salvas por causa de medicamentos, tratamentos e mosquiteiros.

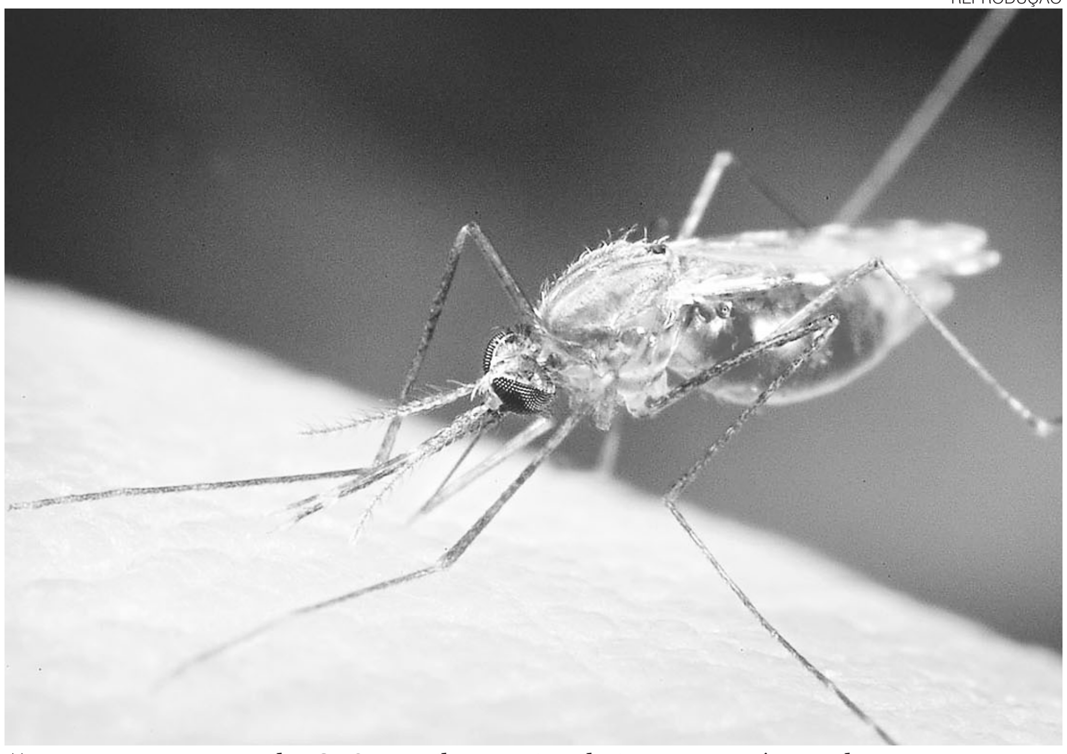
A estratégia global da OMS para a malária entre 2016 e 2030 determina uma redução de pelo menos 90% dos casos da doença em 35 países. O plano quer também prevenir a reintrodução da doença nos países que já estejam livres da doença.

O coordenador do Centro de Pesquisa, Diagnóstico e Treinamento em Malária da Fiocruz, no Rio de Janeiro, o médico Cláudio Tadeu Ribeiro, falou sobre a situação da doença no Brasil. "A OMS fez uma proposta para que os países endêmicos reduzissem em 75% a transmissão (da malária). O Brasil alcançou esta meta em 2014, ou seja em 14 anos e não 15. Então, nós reduzimos em 75% e continuamos reduzindo. Nós temos hoje no país cerca 128 mil casos da enfermidade," afirmou.

Atualmente, 90% dos casos de malária no mundo estão na região da África Subsaariana. A OMS diz que milhões de casos foram evitados em toda essa área graças ao uso de mosquiteiros impregnados com inseticidas. Mas apesar dos avanços conquistados até agora, a doença ainda é considerada uma ameaça à saúde pública.

As perspectivas da agência para alcançar as metas de eliminação da malária são positivas."A gente acredita sim que se possa eliminar (a malária) em muitos países e levar o número a números residuais para que a gente possa então adequar as estratégias de controle para visar a erradicação. Se ela é possível, ainda é uma outra questão, mas nós continuamos com o discurso de que essa perspectiva é uma realidade atingível", disse o médico da Fiocruz.

REPRODUÇÃO



// Entre 2000 e 2015, segundo a OMS, o Brasil conseguiu reduzir em 75% os números de novos casos

POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO AOS LICITANTES - PROCESSO Nº. 10134/2017-6
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2017

A Polícia Civil do Rio Grande do Norte - PCRN, por intermédio de seu Pregoeiro Substituto, nomeado pela Portaria nº. 155/2017-GDG de 07/04/2017, publicada no DOE em: 08/04/2017; vem por meio deste, comunicar aos interessados a realização do certame licitatório, na modalidade supracitada, tipo: menor preço, objetivando **contratação de empresa especializada para a administração e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos, na forma de vale-refeição,** conforme faculta o inciso I, do Art. 15, do Decreto Estadual nº 20.103/2007, de acordo com as disposições constantes do Termo de Referência (Anexo I) e da Minuta do Contrato (Anexo II), partes integrantes do Edital. Este se encontra à disposição dos interessados, na internet, no site: www.licitacoes-e.com.br sob **o nº 669518** e no site: www.compras.rn.gov.br. **DATA DA SESSÃO: 11/05/2017, HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 09:45 horas.** LOCAL: www.licitacoes-e.com.br. Qualquer informação será prestada pela CPL/PCRN, com endereço na Av. Interventor Mário Câmara, 2550, Cidade da Esperança – Natal-RN, no fone/fax: (84) 3232-4085/7664/7678, no horário das 08:00 às 13:00 horas ou, pelo Correio Eletrônico: cpldegepol@rn.gov.br.

Natal, 26 de abril de 2017
Daniel Fernandes Coriolano Freire - PREGOEIRO SUBSTITUTO DA CPL/PCRN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2017 – PROCESSO Nº. 25040001/17

Tipo Menor Preço, Execução Indireta, mediante o regime de empreitada por preço global. A Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN, através da Comissão Permanente de Licitação do município, designada pela portaria nº. 007/2017, de 02 de janeiro de 2017, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores tornam público que realizará Processo Licitatório para **contratação de empresa especializada em construção civil para a execução das obras/serviços pavimentação pelo método convencional e drenagem superficial de diversas Ruas do Bairro Alto do Céu, zona urbana do município de Serra Caiada/RN** nos termos do Contrato de Repasse Nº. 1035328-28/2016 MCidades. Os envelopes relativos aos documentos de habilitação e proposta serão entregues **até às 09h00min do dia 16 de maio de 2017**, na Sala da CPL na sede da Prefeitura Mun. de Serra Caiada, sito a Rua Nossa Senhora da Conceição, 276 – Centro – Serra Caiada/RN. O edital e seus anexos estão à disposição do publico, podendo somente ser retirado no endereço acima citado. Esclarecimentos sobre esta Tomada de Preço serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, de Segunda a Sexta-Feira, das 08 às 12 horas, na sede da Prefeitura Mun. de Serra Caiada, no endereço acima mencionado, pelo telefone (0**84) 3293-0038 e pelo e-mail: cpl.pmsc@gmail.com.

Serra Caiada/RN, 25 de abril de 2017
Maria do Socorro dos Anjos Furtado - Prefeita Municipal

shrbs·rn
SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO RN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CATEGORIA - CONVENÇÕES COLETIVAS 2017-2018

O Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do RN, na forma prevista em seu estatuto, convoca a todos os seus associados regulares e em condição de votar (apenas votaram os descritos no art. 54 do estatuto), bem como aos demais pertencentes a categoria de hotéis e similares que desejem participar junto à Av. Lauro Monte, 2001, HOTEL THERMAS, Mossoró/RN, no dia 27 de abril de 2017 a partir das 16:30 hs em 1.ª convocação e às 17:00 hs em 2.ª convocação para discussão acerca dos parâmetros a serem adotados para fins de negociação da CONVENÇÃO COLETIVA 2017-2018 (SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E EM ATIVIDADES SIMILARES DE MOSSORO, CNPJ n. 04.321.994/0001-07,), formulação de propostas e demais assuntos pertinentes a mesma, abrangendo todas as categorias inerentes a base territorial compreendida por esta categoria laboral, afetos aos setores de Hotéis e atividades afins ao respectivo setor.
O presente edital se encontra fixado nos quadros do sindicato acima identificado, com demais esclarecimentos disponíveis em sua secretaria.
Natal, 25 de abril de 2017.

Paulo César Távora Gallindo
Presidente

Gabriel Barcellos Chaves
Representante da Federação

COOPTAGRAN - COOPERATIVA DE TRANSPORTES DA GRANDE NATAL
CNPJ 14.808.032/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA Nº 06/2017.

O Presidente da COOPTAGRAN, Sr. Rubens Marques Bezerra, no exercício de suas funções e de acordo com os poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social da Entidade, CONVOCA todos os cooperados hoje em número de 70, para se reunirem aos 09 dias do mês de maio de 2017, na sua sede social localizada na Rua São Francisco, nº 924, no Bairro de Golandim, cidade de São Gonçalo do Amarante/RN, em 1ª Convocação às 17h30min, com a presença no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus cooperados, em 2ª Convocação no mesmo dia e local, às 18h30min, com a presença de ½ (metade) + 1 (um) dos seus cooperados, e em 3ª e última convocação no mesmo dia e local, às 19h30min, com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados em pleno gozo dos seus direitos sociais); a fim de ser deliberada a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Destituição do Conselho Fiscal;
2. Eleição para as vagas remanescentes;
3. Outros Assuntos.

São Gonçalo do Amarante-RN, 26 de Abril de 2017.

Atenciosamente,

Rubens Marques Bezerra
Presidente,

USINA DE ENERGIA EÓLICA CUTIA S.A.
CNPJ/MF Nº 21.917.808/0001-08
Companhia em fase pré-operacional

COPEL — PARANÁ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A ACIONISTA
A administração da Usina de Energia Eólica Cutia S.A., subsidiária integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA
Constituída em 11.02.2015 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, a EOL Cutia S.A., localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é constituída de doze unidades geradoras de 2,1 MW, totalizando 25,2 MW de capacidade instalada e 9,6 MW médios de garantia física de energia. Está programada também a construção da subestação elevadora Cutia 34,5-230kV e linha de transmissão de 31,5 km para conexão com a Subestação Touros II, que serão compartilhadas com as demais subsidiárias integrais da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. A companhia encontra-se em fase pré-operacional. Até o final do exercício de 2016 a evolução física da obra encontra-se em 42% do total do empreendimento.

Operação Comercial
Em 2014 a Companhia vendeu energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER ocorrido em 31.10.2014. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 9,6 MW médios pelo preço de R$ 144,00/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R$ 171,58 em 31.12.2016. A entrada em operação comercial da Usina de Energia Eólica Cutia S.A. está prevista para 01.10.2017.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante	2	1
Passivo circulante	11.170	260
Custo e Despesas operacionais	(54.034)	(289)
Resultado financeiro	(1)	-
Patrimônio líquido	84.853	20.821
Prejuízo do exercício	(54.035)	(289)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos à acionista, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

São Bento do Norte/RN, 12 de abril de 2017
Cezar Monteiro Pirajá Junior - Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS
levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
Outros tributos a recuperar		1	-
		2	**1**
Imobilizado	4	**96.021**	**21.080**
TOTAL DO ATIVO		**96.023**	**21.081**

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	2.142	260
Fornecedores	6	8.578	-
Outras obrigações fiscais	7	450	-
		11.170	**260**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	21.110	21.110
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	118.067	-
Prejuízos acumulados		(54.324)	(289)
		84.853	**20.821**
TOTAL DO PASSIVO		**96.023**	**21.081**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
Custos Operacionais	9	**(52.463)**	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		**(52.463)**	-
Despesas Operacionais			
Despesa administrativa	10	(1.570)	(289)
Outras receitas (despesas), líquidas		(1)	-
		(1.571)	**(289)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(1)	-
		(1)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(54.035)**	**(289)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(54.035)**	**(289)**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(54.035)**	**(289)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	Capital social	Adiant. p/ futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	21.109	-	21.109
Aumento de capital	21.110	(21.109)	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	(289)	(289)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**21.110**	-	**(289)**	**20.821**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	118.067	-	118.067
Aumento de capital				
Prejuízo do exercício	-	-	(54.035)	(54.035)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**21.110**	**118.067**	**(54.324)**	**84.853**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		**(54.035)**	**(289)**
Ajuste para reconciliação do Prejuízo do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Provisão p/ redução ao valor recuperável	4.1	51.804	-
Aumento do Ativo		**(1)**	-
Outros tributos a recuperar		(1)	-
Aumento (redução) do passivo		**10.910**	-
Partes Relacionadas		1.882	-
Fornecedores		8.578	-
Outras obrigações fiscais		450	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**8.678**	**(289)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(126.745)	(21.080)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(126.745)**	**(21.080)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obrigações contraídas junto a partes relacionadas		-	260
Aumento de capital social		-	1
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		118.067	21.109
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**118.067**	**21.370**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**-**	**1**
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa		1	-
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa		1	1
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**-**	**1**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Usina de Energia Eólica Cutia S.A. (Companhia) com sede em São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 11.02.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica e a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato, constituída de 12 Unidades Geradoras de 2,1 MW, totalizando 25,2 MW de capacidade instalada e 9,6 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque Eólico. O sucesso das operações futuras depende de atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a conclusão de seu parque eólico. A Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se comprometeu a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, prevista para 1º.10.2017, ao preço de R$ 144,00/MWh, na data base de 31.10.2014, atualizada pela variação do IPCA para R$ 171,58 em 31.12.2016. A data de vencimento da autorização da Usina de Energia Eólica Cutia é 04.01.2042.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017. **2.2 Base de mensuração -** As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * NEs nºs 3.3 e 4.1 - Redução ao valor recuperável de ativos; * NEs nºs 3.4 – Provisão. **2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional -** A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Apesar de apresentar em 31.12.2016 capital circulante líquido negativo de R$ 11.168 em virtude de investimentos realizados, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
3.1 Instrumentos financeiros. Passivos Financeiros. 3.1.1 Outros passivos financeiros - Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.1.2 Baixas de passivos financeiros -** Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.2 Imobilizado -** Os bens do ativo imobilizado vinculados às autorizações sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário. Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros à Companhia. **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos -** Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente. **3.4 Provisões -** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações do empreendimento, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente. **3.5 Novas normas que ainda não entraram em vigor -** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada. As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir: **3.5.1 - CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros -** O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantem os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade. Como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge e não há ativo financeiro registrado, a Administração concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. **3.5.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes -** O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração avaliou os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras. **3.5.3 IFRS 16 – Arrendamentos -** Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento. **3.5.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas -** Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação -** Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos. As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira -** Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos contratos com fornecedores de equipamentos, mensurados a valor justo. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos, a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.7 - Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento -** Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras. **3.5.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 – 2016 -** Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas: i) alterações à IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS; Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4. IMOBILIZADO	31.12.2016	31.12.2015
Em curso		
Custo	147.825	21.080
Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 4.1)	(51.804)	-
	96.021	**21.080**

4.1 Redução ao valor recuperável de ativos - A Companhia reconheceu no exercício de 2016 perdas estimadas para redução ao valor recuperável de seu ativo no montante de R$ 51.804. O cálculo do valor em uso considerou: premissas e orçamentos da companhia e taxa de desconto antes dos impostos em moeda constante de 8,06%, que deriva da metodologia do WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação. Essa perda foi reconhecida, principalmente, em função de: (i) aumento da taxa de desconto; e (ii) aumento do investimento originalmente previsto. Em 31.12.2016, os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços da usina em construção totalizavam R$ 233.212.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
A Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, no total de R$ 2.142, em 2016 e de R$ 260, em 2015. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

6. FORNECEDORES
O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

7. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR E OBRIGAÇÕES FISCAIS	31.12.2016	31.12.2015
Ativo Circulante		
Tributos a recuperar	1	-
	1	**-**
Passivo Circulante		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	11	-
INSS Retido na Fonte	215	-
ISS Retido na Fonte	224	-
	450	**-**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R$ 21.110 e é composto por 21.109.507 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Em 31.12.2016 existe saldo de R$ 118.067 de Adiantamento para futuro aumento de capital pertencente integralmente à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. o qual há a intenção de capitalização para o período de 2017.

9. CUSTOS OPERACIONAIS	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para redução ao valor reuperável (NE nº 4)	51.804	-
Pessoal	493	-
Planos previdenciário e assistencial	105	-
Serviços de terceiros	43	-
Outros	18	-
	52.463	**-**

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal	813	197
Serviços de terceiros	364	25
Planos previdenciário e assistencial	141	23
Seguros	22	23
Arrendamentos e Aluguéis	131	12
Outros	100	9
	1.571	**289**

A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos prédeterminados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
11.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	Ne nº	Nível	31.12.2016 Valor contábil	31.12.2016 Valor justo	31.12.2015 Valor contábil	31.12.2015 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido p/negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)		1	1	1	1	1
Total dos ativos financeiros			**1**	**1**	**1**	**1**
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	6		8.578	8.578	-	-
			8.578	**8.578**	**-**	**-**
Total dos passivos financeiros			**8.578**	**8.578**	**-**	**-**

O valor justo é equivalente ao seu respectivo valor contábil em razão de sua natureza e prazo de realização.

11.2 Gerenciamento dos riscos financeiros - A Companhia, por intermédio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio. A Companhia esta exposta principalmente ao risco de liquidez, esse risco é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. Em 31.12.2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R$ 11.168 decorrentes principalmente da realização de investimentos de longo prazo. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, bem com a conclusão do processo de captação de recurso junto as instituições financeiras em 2017, conforme previsto no plano de negócio.

12. SEGUROS
a) Garantia de Fiel Cumprimento - A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R$ 4.881 com vencimento em 31.10.2018. A apólice garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Usina de Energia Eólica Cutia S.A. Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente — **FABIO ANTONIO DALLAZEM**
Membros — **RICARDO ROTHSTEIN**; **CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR**

CONSELHO FISCAL
Presidente — **JOÃO ALBERTO DA SILVA**
Membros Titulares — **LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA**; **DEONILSON ROLDO**

DIRETORIA
Dir. Presidente/Técnico — **CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR**
Diretor de Gestão — **FAISAL ALI KASSEM**
Diretora Financeira — **ANA CLARA MORRISSY JOHNSSON**
Diretor Adjunto — **SÉRGIO LUIZ MALUCELLI**

CONTADOR — **ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS**
CRC-PR-048673/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Cutia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Cutia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos -** Auditoria do exercício anterior - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de abril de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR
Fernando de Souza Leite - Contador CRC nº 1 PR 050422/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os membros do Conselho Fiscal da USINA DE ENERGIA EÓLICA CUTIA S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária. Curitiba, 12 de abril de 2017

JOÃO ALBERTO DA SILVA - Presidente do Conselho
DEONILSON ROLDO - Conselheiro
HEITOR DANTAS FILHO - Conselheiro

Caern

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0008/2017 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço, com fornecimento de material, relativos à manutenção preventiva e corretiva em quadros de comando, bombas, motores e transformadores nos sistemas de produção e distribuição de água da Regional Sertão Central Cabugi - RSC, conforme Ordem de Licitação nº 0177 – S/2016 - DO.

AVISO

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, através da Assessoria de Licitações e Contratos, torna público que está **reaprazando a data de realização** da referida Licitação para o **dia 18 de maio de 2017, às 15:00 horas,** licitação para o objeto acima especificado. O Edital com as especificações e seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no site www.caern.rn.gov.br na aba transparência, no link licitações no Portal RN COMPRAS ou na Av. Senador Salgado Filho, n.º 1555, Tirol, Natal/RN, na Assessoria de Licitações e Contratos, a partir do dia 02 de maio de 2017, no horário das 08h00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, até às 15:00 horas do dia 17 de maio de 2017. Informações pelo telefone n.º (84) 3232-4145 ou ainda no alc@caern.com.br.

Natal/RN, 26 de abril de 2017
Crizóstimo Félix de Lima Souza
Assessor de Licitações e Contratos

Caern

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0062/2017 – CONCORRENCIA NACIONAL

Objeto: contratação de empresa para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de material, para substituição de antigas redes de cimento amianto por novas, feitas de PVC, nas ruas Tenente Brandão, Alípio Bandeira, Coronel Francisco Borges, José Inácio de Carvalho, dos Pegas, Prof. Antônio Campos, além das avenidas Prudente de Morais, Eng. Roberto Freire, Antônio Basílio e Gov. José Varela, em Natal/RN, conforme Ordem de Licitação nº 0162 – S/2016 - DO.

AVISO

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, através da Assessoria de Licitações e Contratos, **torna público que realizará em 01 de junho de 2017, às 15:00 horas**, licitação para o objeto acima especificado. O Edital com as especificações e seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no site www.caern.rn.gov.br na aba transparência, no link licitações no Portal RN COMPRAS ou na Av. Senador Salgado Filho, n.º 1555, Tirol, Natal/RN, na Assessoria de Licitações e Contratos, a partir do dia 02 de maio de 2017, no horário das 08h00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, até às 15:00 horas do dia 01 de junho de 2017. Informações pelo telefone n.º (84) 3232-4145 ou ainda no alc@caern.com.br.

Natal/RN, 26 de abril de 2017
Crizóstimo Félix de Lima Souza
Assessor de Licitações e Contratos

Caern

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0043/2017 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, para conservação e manutenção preventiva e corretiva em todos os Poços Tubulares, Estações Elevatórias de Água, Estação de Tratamento de Água e demais instalações físicas pertencentes à Unidade de Operação de Água da Regional do Seridó (UNAS/RSE), conforme Ordem de Licitação nº 0231 – S/2016 - DO.

AVISO

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, através da Assessoria de Licitações e Contratos, torna público **que realizará em 19 de maio de 2017, às 09:00 horas**, licitação para o objeto acima especificado. O Edital com as especificações e seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no site www.caern.rn.gov.br na aba transparência, no link licitações no Portal RN COMPRAS ou na Av. Senador Salgado Filho, n.º 1555, Tirol, Natal/RN, na Assessoria de Licitações e Contratos, a partir do dia 02 de maio de 2017, no horário das 08h00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, até às 09:00 horas do dia 18 de maio de 2017. Informações pelo telefone n.º (84) 3232-4145 ou fax n.º (84) 3232-4158 ou ainda no alc@caern.com.br.

Natal/RN, 26 de abril de 2017
Crizóstimo Félix de Lima Souza
Assessor de Licitações e Contratos

Caern

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0086/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL – MEI.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material para instalação e manutenção de macromedidores, painéis de comando, banco de capacitores e sobressalentes para o sistema de engate rápido da Regional Alto Oeste – RAO, conforme Termo de Referência e Ordem de Licitação nº 001213 – M/2016 – DA/GSL.

AVISO

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, através da Assessoria de Licitações e Contratos, torna público que **realizará em 23 de maio de 2017, às 09h00 horas (horário local),** licitação para o objeto acima especificado. O Edital com as especificações e seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no site www.caern.rn.gov.br, na aba "transparência", no link licitações no Portal RN COMPRAS e no www.comprasnet.gov.br, ou na Av. Senador Salgado Filho, n.º 1555, Tirol, Natal/RN, na Assessoria de Licitações e Contratos a partir do dia 02 de maio de 2017, no horário das 08h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00 horas, até às 09h00 horas (horário local) do dia 22 de maio de 2017. Informações pelo telefone nº. (84) 3232-4178 ou cpl@caern.com.br.

Natal/RN, 26 de abril de 2017
Crizóstimo Félix de Lima Souza
Assessor de Licitações e Contratos

ESPORTES

Editor: Carlos Magnos Araújo **E-mail:** carlosmagno@novonoticias.com

América já tem os primeiros reforços

A menos de um mês do início da Série D, alvirrubro começa a montar elenco com atletas experientes no futebol nordestino

REPRODUÇÃO

// Jornalistas não poderão, por exemplo, sair das cidades-sedes

Leonardo Erys
Do NOVO

A menos de um mês para o início da Série D do Campeonato Brasileiro, o América ainda mantém o plano de reformulação do seu elenco. Até agora a diretoria do Dragão anunciou cinco reforços para a competição. O plano inicial, segundo divulgado pelo departamento de futebol e pelo novo treinador Leandro Campos, é de que pelo menos nove ou dez nomes sejam contratados até o início da competição.

Os jogadores começam a chegar aos poucos. E, por enquanto, há um fator em comum na em pelo menos quatro das contratações: eles atuaram, neste primeiro trimestre, em campeonatos estaduais pelo Nordeste.

Além dos quatro reforços, a diretoria do América também renovou o contrato do meia João Gabriel, que não disputou nenhuma partida nesta temporada por conta de lesão.

O jogador de 26 anos está no clube desde abril do ano passado, mas só fez duas partidas oficiais com a camisa rubra. No seu segundo jogo, diante do ABC, na estreia da Série C, em que o América venceu por 1 a 0, ele sofreu uma lesão no joelho e precisou parar por mais de seis meses.

De volta aos treinos, ele foi submetido a um teste com a nova comissão técnica e foi aprovado. Assim, renovou até maio do próximo ano se torna mais um nome no elenco para a Série D deste ano.

Além dele, o técnico Leandro Campos já ganhou mais quatro novos atletas no elenco. Dois disputaram o Campeonato Potiguar deste ano: o meia Beleu Macaíba, de 25 anos, que defendeu as cores do Baraúnas, e o volante Sidney, 29, que jogou pelo Potiguar de Mossoró, vice-campeão do segundo turno.

Já os outros dois nomes contratados são conhecidos do técnico Leandro Campos. O volante Guto, 29, que estava no Fluminense de Feira de Santana-BA e o lateral Robert Júnior, que defendeu o Horizonte-CE no Campeonato Cearense.

O último nome anunciado foi do veterano meia Cascata, velho conhecido da torcida do Dragão. O jogador de 34 anos defendeu as cores do URT no Campeonato Mineiro, onde chegou até as semifinais e acabou eliminado pelo Atlético-MG.

FOTOS: FRANKIE MARCONE / NOVO

// Leandro Campos começa montagem da equipe para Série D com maioria de reforços nordestinos

CONHEÇA OS REFORÇOS

Beleu Macaíba

Janderson Lenylthon de Oliveira Alves, 25 anos - Meia

Com a camisa 10, Beleu foi um dos principais destaques na campanha irregular do Baraúnas neste Campeonato Estadual. O jogador de 25 anos disputou 12 partidas pelo Leão do Oeste e marcou seis gols na competição. O jogador já treina desde a semana passada no América, mas foi oficializado nos últimos dias. Beleu já teve uma passagem discreta pelo Dragão. Em 2014, o jogador integrou o elenco, mas só atuou durante 15 minutos em uma partida do Estadual. O jogador foi contratado para brigar por vaga com Marcos Júnior, Geovane, Cascata e até Somália, que pode ser utilizado no setor. No ano passado, Beleu defendeu as cores do Santa Rita no Campeonato Alagoano, onde atuou 14 vezes e marcou um gol.

Sidney

Sidney Fraga Nery da Silva, 29 anos - Volante

Sidney, ou Sidney Pittbull, foi titular e por vezes capitão do Potiguar de Mossoró nesta temporada. O volante de 29 anos tem carreira praticamente toda feita em clubes pequenos do futebol carioca e chegou ao Time Macho na Série D do ano passado, quando disputou cinco jogos. Neste ano, fez 15 partidas com a camisa do time mossoroense e tomou cinco cartões amarelos na campanha que levou a equipe até à final do segundo turno.No América, o jogador brigará por uma posição que tem poucos jogadores no elenco após a eliminação no Estadual. Com as saídas de Felipe Alves, Memo e Ives, o volante Sidney brigará por uma vaga com o recém-contratado Guto.

Robert Júnior

Robert Junior Sousa Silva, 28 anos - Lateral-direito

O lateral-direito Robert Júnior é homem de confiança do técnico Leandro Campos. Ele trabalhou com o treinador no Horizonte-CE neste ano, onde foi titular em 10 partidas na temporada. No Dragão, Robert chega para suprir a saída de dois outros laterais: Osmar e Everton, que não convenceram durante o Estadual.
A tendência é que o jogador chegue para ser titular neste primeiro momento no time base do técnico Leandro Campos. Além do Horizonte, o jogador tem passagens recentes por clubes como Coruripe (2016), Serra Talhada (2015 e 2016), Boa Esporte (2013 e 2012) e Criciúma (2012).

Guto

Jonathan Medeiros De Sousa, 29 anos - Volante

Guto tem 29 anos e certa experiência no futebol do Nordeste. O jogador defendeu por três temporadas a camisa do Fortaleza-CE na Série C do Campeonato Brasileiro. Em 2015, o cão de guarda esteve no Botafogo-PB, onde não foi titular absoluto. Neste ano, defendeu as cores do Fluminense de Feira de Santana no Campeonato Baiano, mas também não foi titular absoluto e permaneceu alguns jogos no banco de reserva. O atleta, no entanto, tem a confiança do técnico Leandro Campos, com quem trabalhou no ABC na Série B de 2012. Antes, o jogador havia se destacado pelo Icasa-CE.

Cascata

Antonio Givanildo Da Silva Santos, 34 anos - Meia

Cascata é velho conhecido do futebol potiguar, local onde teve as suas principais conquistas na carreira. O veterano meia de 34 anos chega ao Dragão para a Série D um ano após deixar o clube. O jogador também é conhecido de Leandro Campos, com quem trabalhou durante duas temporadas no ABC. No Alvinegro, eles conquistaram, juntos, a Série C de 2010.
O meia chega em forma. Ele atuou em 13 partidas do URT no Campeonato Mineiro e foi titular em todas. O jogador também marcou dois gols. A tendência é que ele seja o homem de confiança de Campos no meio de campo do Alvirrubro para a competição.

// Copa 2018

Europeus acusam Rússia de impor restrições para profissionais de imprensa

Acusado de silenciar sua própria imprensa por ONGs de todo o mundo e mesmo pela ONU, o governo russo é denunciado agora por estabelecer limites para a cobertura da imprensa estrangeira que, nas próximas semanas, começa a desembarcar no país para cobrir a Copa das Confederações. As mesmas regras devem valer para a Copa de 2018.

De acordo com um guia publicado pelos russos para a Copa das Confederações, que serve de teste para a Copa do Mundo, jornalistas credenciados poderão apenas "cobrir a Copa das Confederações da Fifa e eventos relacionados". O território onde poderão atuar estará ainda limitado às "cidades-sedes e os locais culturais nas redondezas".

Caso um jornalista queira fazer uma reportagem em qualquer lugar fora da zona das cidades-sedes, terá de solicitar um credenciamento separado para as autoridades.

As supostas limitações já causaram polêmica pela Europa. O jornal alemão Bild anunciou que, por conta das regras impostas pelos organizadores, não enviará seus jornalistas para a cobertura da Copa das Confederações. "Um jornalista que não pode reportar sobre tudo o que ele vê não é um jornalista. Mas um propagandista", disse o jornal, num comunicado. "Bild não enviará nenhum repórter para a Copa das Confederações enquanto essa censura prevalecer", disse.

O vice-presidente ministro russo, Vitaly Mutko, garantiu que a imprensa poderá cobrir "tudo o que ela quiser, sem problemas". Mas apontou que as regras para o credenciamento de jornalistas estrangeiros existem desde 1994. "Na Rússia, existe um processo de credenciamento", disse.

Mutko, numa declaração com a Fifa, ainda garantiu: "não existem restrições aos jornalistas. Eles podem escrever sobre qualquer coisa que quiserem". De acordo com a Fifa, "não existem restrições no território das cidades-sedes ou em territórios próximos".

Ainda assim, um dos membros do Conselho da Fifa, o alemão Reinhard Grindel, promete levar o caso para a próxima reunião da entidade, no dia 9 de maio. "Não pode haver restrição", defendeu O presidente da Liga Alemã, Reinhard Rauball, também insistiu que "o respeito pela liberdade de expressão precisa estar garantido".

GUARAVES GUARABIRA AVES LTDA, inscrita no CNPJ 12.727.145/0004-10, torna público, conforme a resolução CONAMA Nº 237/97, que requereu à SEMURB em 08/03/2016, através do Processo Administrativo Nº 067180/2014-25, a Licença Ambiental de Operação de um (a) empreendimento comercial com área construída de 1.355,77 m² em um terreno de 3.425,00 m², situado na Av. Presidente Ranieri Mazzilli nº 1540, bairro de Felipe Camarão, Natal-RN, ficando estabelecido um prazo de 05 (cinco) dias para solicitações quaisquer esclarecimentos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINTROCERN - 24.518.045/0001-10

AVISO DE GREVE

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas no Estado do Rio Grande do Norte – SINTROCERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base na Lei nº 7.783, de 29/06/89, COMUNICA aos proprietários das empresas de transportes rodoviários de cargas do estado do Rio Grande do Norte, que os trabalhadores deliberaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26/04/2017, DECRETAR GREVE no dia 28 de Abril de 2017, em protesto a reforma da Previdência e Trabalhista. Natal/RN, 27 de Abril de 2017.

Ademar Cavalcante
Presidente.

CARTÓRIO JAIRO PROCÓPIO DE MOURA
1º OFICIO DE NOTAS
Rua Mossoró, 332/340 - Centro - Natal/RN - CEP 59.020-090
FONES: (84) 3222.0166 / 3222.2969 / 3222.4997 / 3222.3883 / 3222.3982
FAX (84)3222.5621

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente, ficam intimados os devedores abaixo relacionados, para virem pagar títulos de suas responsabilidades ou darem as razões porque não o fazem, até o dia 03/05/2017

NOME	CNPJ/CPF
MONICA UMBELINO SOUZA DE CARVA	033.968.934-09
PLACE RENT A CAR	01.717.378/0001-73

Natal, Quarta-feira, 26 de abril de 2017
Henrique Procópio de Moura
Tabelião Substituto

AVISO A partir de 02/05/2017, esta publicidade passará exclusivamente para o endereço eletrônico: www.protestorn.net.br, em face ao que dispõe o artigo 618 § 3, do Código de Normas deste Estado. (Provimento nº 156 de 18/10/2016 da CGJ/RN).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
7º OFÍCIO DE NOTAS - LUIS CELIO SOARES
RUA LEÔNCIO ETELVINO DE MEDEIROS, 2935
CAPIM MACIO - NATAL/RN

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Pelo presente, ficam intimados os devedores abaixo relacionados, para virem pagar títulos de suas responsabilidades ou darem as razões porque não o fazem, até o dia 03/05/2017.

NOMES:	CNPJ/CPF:
47574 PODIUM CONSTRUCOES E EMP	11.794.512/0001-93

NATAL, QUARTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2017
Luis Celio Soares
Oficial Titular

ATENÇÃO Informamos que a partir do dia 02/05/2017, os títulos por editais passarão a ser publicados em nosso site www.7cartorio.com.br, de acordo com o art. 618 § 3º do código de normas do Estado do RN.

CULTURA

Editor: Jalmir Oliviveira E-mail: jalmiroliveira@novonoticias.com

Guardiões

Segundo filme da série estréia hoje nos cinemas

da Galáxia

Sequência do sucesso 2014, a nova aventura dos estúdios Marvel resgata e amplia tudo o que agradou aos fãs no primeiro longa e também insere elementos ao universo cinematográfico

REPRODUÇÃO

// **Dirigido por James Gunn, também responsável pelo longa de 2014, o filme narra a busca de Peter Quill (Chris Pratt) pela identidade do pai**

Uma fita cassete com músicas das décadas de 1970 e 1980 é a trilha sonora que embala "Guardiões da Galáxia - Vol. 2", um dos filmes mais aguardados do ano e que entra hoje, 27 em cartaz nos cinemas de Natal. A fita, um presente deixado pela mãe do aventureiro interestelar Peter Quill, interpretado pelo galã Chris Pratt, contrasta com a pirotecnia da trama, recheada de efeitos visuais.

Dirigido por James Gunn, também responsável pela primeira parte da história, de 2014, o longa tem início com os Guardiões da Galáxia lutando contra um parasita alienígena gigantesco.

Já nessas cenas, a produção mostra seu lado bem-humorado ao exibir a dancinha de Baby Groot, uma pequena árvore com características humanas que ganha vida com a voz de Vin Diesel.

Além de Peter e Groot, também fazem parte dos Guardiões da Galáxia a perigosa Gamora (Zoe Saldana), o guaxinim Rocket (voz de Bradley Cooper) e o vingativo Drax (Dave Bautista).

Quando Rocket decide roubar um bem de uma poderosa soberana intergaláctica, o grupo de heróis alienígenas passa a ser perseguido e se mete em uma confusão atrás da outra. Em meio às enrascadas, Peter mostra sentir um vazio por não saber a identidade de seu pai, que em seguida surge na pele de Kurt Russel, que dá vida a Ego, um semideus.

Ego, porém, quer se unir a Peter para perpetuar sua supremacia, colocando em risco a vida de todos.

O astro Sylvester Stallone ("Creed: Nascido para Lutar", 2015) faz uma participação especial como Stakar Ogordo, líder de piratas do espaço.

Já o veterano Kurt Russel, de "Os Oito Odiados" (2015), também faz parte da trama, como o semideus Ego.

Por sua vez, Chris Pratt, Zoe Saldana, Vin Diesel, Bradley Cooper e Dave Bautista retomam seus papeis originais na saga, como Peter Quill, Gamora, Baby Groot e Drax, respectivamente.

Na nova versão do diretor James Gunn, o grupo continua suas aventuras espaciais épicas e precisa lutar para garantir que a família recém-formada siga unida.

Enquanto atravessam o Universo para tentar desvendar os mistérios a respeito do verdadeiro pai de Peter, velhos inimigos se transformam em novos aliados e personagens dos quadrinhos surgem na tela para ajudar heróis em apuros.

A trilha sonora é um capítulo à parte do filme. A música faz parte do desenvolvimento do personagem Peter Quill, como é o caso da fita "Awesome Mix Vol. 1" – presente dado pela mãe, no leito de morte, para que Peter, ao ouvir a coletânea de sucessos da década de 1970, nunca a esquecesse. E, tal como aconteceu no primeiro longa, o herói tem agora a "Awesome Mix Vol. 2", com uma nova leva de canções pop setentistas.

O longa anterior foi responsável pelo rejuvenescimento de canções como "Come and Get Your Love" e "Hooked on a Feeling". Nesta nova aventura, com orçamento maior, a miscelânea musical traz "My Sweet Lord" de George Harrison, "The Chain" de Fleetwood Mac e "Mr. Blue Sky" de ELO.

Para não ficar perdido em meio a tantos acontecimentos, é necessário assistir ao primeiro filme da saga.

Lançado em 2014, o longa foi um sucesso de bilheteria, faturando US$ 773,3 milhões no mundo todo.

Dica: há cinco cenas após os créditos finais.

LANÇAMENTOS

A Disney anunciou a data de lançamento da continuação de "Frozen: Uma Aventura Congelante": o filme chegará aos cinemas americanos em 27 de novembro de 2019.

Também foi anunciada a data de estreia do último episódio da atual trilogia "Star Wars": 24 de maio de 2019. Já "Toy Story 4" chega às telonas em 21 de junho daquele mesmo ano.

As datas valem para a estreia americana, mas, considerando a tendência dos últimos anos, não devem ser muito diferentes no Brasil.

Também aparecem na lista da Disney novas versões de "O Rei Leão" e "Mulan", ambos desenhos da Disney que, a exemplo de "A Bela e a Fera" e "Mogli", ganharão filmes em carne e osso. "O Rei Leão" chega em julho de 2019. Já "Mulan" estreia em novembro de 2018.

"Frozen" é a animação de maior sucesso da história da Disney: a história das irmãs Anna e Elsa faturou US$ 400,7 milhões em todo o mundo ao ser lançada, em 2013. O nono "Star Wars" encerra a saga retomada em 2015 com "O Despertar da Força".

USINA DE ENERGIA EÓLICA ESPERANÇA DO NORDESTE S.A.

COPEL PARANÁ

CNPJ/MF Nº 21.916.951/0001-85

Companhia em fase pré-operacional

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A ACIONISTA

A administração da Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A., subsidiária integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., na condição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

Constituída em 11.02.2015 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, a EOL Esperança do Nordeste, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é constituída de dez Unidades Geradoras de 3,0 MW, totalizando 30,0 MW de capacidade instalada e 9,1 MW médios de garantia física de energia. A companhia encontra-se em fase pré-operacional. Até o final do exercício de 2016 a evolução física da obra encontra-se em 42% do total do empreendimento.

Operação Comercial

Em 2014 a Companhia vendeu energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER ocorrido em 31.10.2014. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 9,1 MW médios pelo preço de R$ 144,00/MWh (preço teto do leilão), atualizado pela variação do IPCA para R$ 171,58 em 31.12.2016. A entrada em operação comercial da Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. está prevista para 01.10.2017.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante	1	1
Passivo circulante	2.525	9
Custo e despesas operacionais	(52.361)	(42)
Patrimônio líquido	90.642	667
Prejuízos do exercício	(52.361)	(42)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos à acionista, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

São Bento do Norte/RN, 12 de abril de 2017

Cezar Monteiro Pirajá Junior

Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
		1	**1**
Imobilizado	4	**93.166**	**675**
TOTAL DO ATIVO		**93.167**	**676**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	2.058	9
Fornecedores	6	243	-
Outras obrigações fiscais	7	224	-
		2.525	**9**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	709	709
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	142.336	-
Prejuízos acumulados		(52.403)	(42)
		90.642	**667**
TOTAL DO PASSIVO		**93.167**	**676**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
Custos Operacionais	9	**(50.901)**	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		**(50.901)**	-
Despesas Operacionais			
Despesa administrativa	10	(1.459)	(42)
Outras receitas (despesas), líquidas		(1)	-
		(1.460)	**(42)**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(52.361)**	**(42)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(52.361)**	**(42)**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(52.361)**	**(42)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

	Capital social	Adianto. p/ futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	708	-	708
Aumento de capital	709	(708)	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	(42)	(42)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**709**	-	**(42)**	**667**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	142.336	-	142.336
Prejuízo do exercício	-	-	(52.361)	(52.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**709**	**142.336**	**(52.403)**	**90.642**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		**(52.361)**	**(42)**
Ajuste para reconciliação do Prejuízo do exercício com a (utilização) geração de caixa das atividades operacionais			
Provisão para redução ao valor recuperável	4.1	50.264	-
Aumento (redução) do passivo		**2.516**	-
Partes Relacionadas		2.049	-
Fornecedores		243	-
Outras obrigações fiscais		224	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**419**	**(42)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(142.755)	(675)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(142.755)**	**(675)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obrigações contraídas junto a partes relacionadas		-	9
Aumento de capital social		-	1
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		142.336	708
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**142.336**	**718**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa		1	-
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa		1	1
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-	**1**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. (Companhia) com sede em São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 11.02.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Tem como objeto social a exploração de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica e a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato, é constituída de 10 Unidades Geradoras de 3,0 MW, totalizando 30,0 MW de capacidade instalada e 9,1 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de seu parque Eólico. O sucesso das operações futuras depende de atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a conclusão de seu parque eólico. A Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se comprometeu a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, prevista para 1º.10.2017, ao preço de R$ 144,00/MWh, na data base de 31.10.2014, atualizados pela variação do IPCA para R$ 171,58 em 31.12.2016. A data de vencimento da autorização da Usina de Energia Eólica GE Esperança do Nordeste é 10.05.2050.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017. **2.2 - Base de mensuração -** As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * NEs nºs 3.3 e 4.1 - Redução ao valor recuperável de ativos; * NEs nº 3.4 - Provisões para litígios. **2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional -** A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Apesar de apresentar em 31.12.2016 capital circulante líquido negativo de R$ 2.524 em virtude de investimentos realizados, não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros. Passivos Financeiros. 3.1.1 Outros passivos financeiros - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.1.2 Baixas de passivos financeiros -** Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.2 Imobilizado -** Os bens do ativo imobilizado vinculados às autorizações sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário. Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros à Companhia. **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos -** Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente. **3.4 Provisões -** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício. Podem existir exceções, que serão tratadas como custos capitalizáveis no ativo correspondente. **3.5 Novas normas que ainda não entraram em vigor -** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada. As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir: **3.5.1 - CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros -** O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange às modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade. Como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge e não há ativo financeiro registrado, a Administração concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. **3.5.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes -** O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. Considerando que a Companhia está em fase pré-operacional, a Administração avaliou os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e concluiu que não haverá impacto nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras. **3.5.3 IFRS 16 – Arrendamentos -** Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento. **3.5.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas -** Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação -** Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda de controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos. As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira -** Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos contratos com fornecedores de equipamentos, mensurados a valor justo. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos, a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.5.7 - Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento -** Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras. **3.5.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 – 2016 -** Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas: i) alterações à IFRS 1 – adoção inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS; Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras.

4. IMOBILIZADO	31.12.2016	31.12.2015
Em curso		
Custo	143.430	675
Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 4.1)	(50.264)	-
	93.166	**675**

4.1 Redução ao valor recuperável de ativos - A Companhia reconheceu no exercício de 2016 perdas estimadas para redução ao valor recuperável de seu ativo no montante de R$ 50.264. O cálculo do valor em uso considerou: premissas e orçamentos da companhia e taxa de desconto antes dos impostos em moeda constante de 8,06%, que deriva da metodologia do WACC para o segmento de geração de energia elétrica, ajustada para a condição específica de tributação. Essa perda foi reconhecida, principalmente, em função de: (i) aumento da taxa de desconto; e (ii) aumento do investimento originalmente previsto. Em 31.12.2016, os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços da usina em construção totalizavam R$ 186.535.

5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, no total de R$ 2.058, em 2016 e de R$ 9, em 2015. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

6. FORNECEDORES

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS	31.12.2016	31.12.2015
Passivo Circulante		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	5	-
INSS Retido na Fonte	120	-
ISS Retido na Fonte	99	-
	224	-

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R$ 709 e é composto por 709.382 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Em 31.12.2016 existe saldo de R$ 142.336 de Adiantamento para futuro aumento de capital pertencente integralmente à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. o qual há a intenção de capitalização para o período de 2017.

9. CUSTOS OPERACIONAIS	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para redução ao valor recuperável (NE nº 4)	50.264	-
Pessoal	476	-
Planos previdenciário e assistencial	101	-
Serviços de terceiros	44	-
Outros	16	-
	50.901	-

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal	781	-
Serviços de terceiros	349	-
Planos previdenciário e assistencial	136	-
Seguros	22	29
Arrendamentos e Aluguéis	126	9
Outros	46	4
	1.460	**42**

A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuará pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passará a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	Ne nº	Nível	31.12.2016 Valor contábil	31.12.2016 Valor justo	31.12.2015 Valor contábil	31.12.2015 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido p/negociação						
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	1	1	1
Total dos ativos financeiros			**1**	**1**	**1**	**1**
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	6		243	243	-	-
Total dos passivos financeiros			**243**	**243**	-	-

O valor justo é equivalente ao seu respectivo valor contábil em razão de sua natureza e prazo de realização.

11.2 Gerenciamento dos riscos financeiros - A Companhia, por intermédio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio. A Companhia esta exposta principalmente ao risco de liquidez, esse risco é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. Em 31.12.2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R$ 2.524 decorrentes principalmente da realização de investimentos de longo prazo. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, bem com a conclusão do processo de captação de recurso junto as instituições financeiras em 2017, conforme previsto no plano de negócio.

12. SEGUROS

a) Garantia de Fiel Cumprimento - A Companhia contratou apólice de seguro garantia de fiel cumprimento no valor de R$ 5.804 com vencimento em 31.10.2018. A apólice garante as obrigações assumidas pela Companhia em relação à Autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente **FABIO ANTONIO DALLAZEM**
Membros **RICARDO ROTHSTEIN**
CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR

CONSELHO FISCAL

Presidente **JOÃO ALBERTO DA SILVA**
Membros Titulares **LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA**
DEONILSON ROLDO

DIRETORIA

Dir. Presidente/Técnico **CEZAR MONTEIRO PIRAJÁ JUNIOR**
Diretor de Gestão **FAISAL ALI KASSEM**
Diretora Financeira **ANA CLARA MORRISSY JOHNSSON**
Diretor Adjunto **SÉRGIO LUIZ MALUCELLI**

CONTADOR **ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS**
CRC-PR-048673/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos -** Auditoria do exercício anterior - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de abril de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR
Fernando de Souza Leite - Contador CRC nº 1 PR 050422/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Os membros do Conselho Fiscal da USINA DE ENERGIA EÓLICA ESPERANÇA DO NORDESTE S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária. Curitiba, 12 de abril de 2017

JOÃO ALBERTO DA SILVA - Presidente do Conselho
DEONILSON ROLDO - Conselheiro
HEITOR DANTAS FILHO - Conselheiro

FOTOS: REPRODUÇÃO

Cinquenta tons de Tom

Comediante Tom Cavalcante traz para Natal a mais nova turnê humorística, no formato stand up, enquanto ainda prepara programas para a tv e planeja o primeiro longa metragem

Henrique Arruda
DO NOVO

Renovando sua própria linguagem ao mesmo tempo em que revive personagens clássicos, como o inesquecível João Canabrava, Tom Cavalcante retorna a Natal com "STOMDUP", espetáculo que começou a circular o país em junho do ano passado, um tempo depois de seu retorno à TV, no canal Multishow.

A apresentação única em Natal que está marcada para hoje, às 21h, quando Tom sobe ao palco do Teatro Riachuelo, iniciando a etapa nordestina da turnê que passa ainda por Recife na sexta-feira (Teatro Rio Mar) e chega até Fortaleza, sua cidade natal, com duas apresentações no sábado e domingo (Teatro Rio Mar Fortaleza).

Vivendo uma fase positiva da carreira, Tom Cavalcante desembarca na capital potiguar semanas antes de começar a rodar também o seu primeiro longa-metragem que, alinhando-se às tendências mais atuais de humor tem no elenco os Youtubers "Tirulipa" e "Whindersson Nunes", além do apresentador Danilo Gentili.

Com direção do cineasta cearense Halder Gomes, já conhecido pelos filmes de humor "O Shaolin do Sertão" (2016) e "Cine Holliúdy" (2012), "Se Vira" (título provisório) será rodado entre maio e junho, e a previsão de estreia é o final deste ano, com distribuição já garantida pela FOX Filmes e Downtown Filmes.

"Além dos meninos, tem um grande elenco. Estamos chamando a princípio de 'Se Vira', mas não sei se será esse o título definitivo. Nesse filme pretendo criar novos personagens, mas não descarto a possibilidade de usar um dos já consagrados", adianta Tom, em conversa com o NOVO por e-mail.

Enquanto não chega aos cinemas, ele também se prepara para a estreia da terceira temporada de "Multitom", o seu humorístico no canal Multishow, onde vem tendo a difícil missão de acompanhar o sucesso de outras atrações estreladas por novos nomes do gênero surgidos após seu afastamento da TV, como Tatá Werneck e Paulo Gustavo. Sobre o desafio ele diz não estar sentindo dificuldade. "Me adapto fácil a mudanças por estar sempre aprendendo e me atualizando. Já consegui entender a linguagem do Multishow e o Multitom está sendo um dos mais assistidos do canal", opina sobre a emissora com a qual mantém contrato até o final deste ano.

"Tenho contrato com eles até o final deste ano e o compromisso de colocar no ar uma quarta temporada do Multitom. Daí para frente só consultando os astros", brinca o humorista que para a nova temporada aposta no humor criado a partir da tensa situação política do país.

// Em "STOMDUP", Tom Cavalcante brinca com a política brasileira

"Nessa fase em que a política tomou conta das nossas mentes resolvi investir nos protagonistas da cena, criando "Michel Tomer", o prefeito eleito de São Paulo, "João não dorme Jr", o prefeito do Rio, Crivella, Marina Silva, Jean Willis e mais alguns que o publico identifica de cara para dar risada junto comigo", adianta.

O show desta quinta-feira no Teatro Riachuelo será marcado inclusive pelos diversos comentários sobre o cenário político atual, a partir de seus personagens já consagrados.

PROGRAME-SE// STOMDUP

(Com Tom Cavalcante)

Onde? Teatro Riachuelo
Quando? Hoje (27/04)
Que horas? 21h
*Ingressos à venda na bilheteria do teatro, localizado no 3º piso do Shopping Midway Mall.

ENTREVISTA

Tom Cavalcanti
Humorista

NJ // Tom, seja bem vindo de volta a Natal. Quais lembranças você tem da cidade?
Tom: Em Natal tenho varias. Foi em Natal que conheci meu amigo Espanta e recordo o dia que ele pediu para abrir um show meu no centro de convenções. Guardo esse momento no coração. Lembro também que fui contratado certa vez para uma convenção de uma empresa de carros importados e fiquei a com uma super maquina a minha disposição. Naquele dia fiz o show com um galo na testa para deixar de ser matuto e aprender que freio não era embreagem. Rsrs.

NJ // Qual é a sensação de voltar ao teatro com personagens que fizeram tanto sucesso na TV?
Tom: Meu sentimento é de muita alegria. Chego pra rever minha galera, conhecer novos amigos, e com a motivação de fazer o meu melhor e valer a pena.

NJ // Por fazer parte do entretenimento há tantos anos, como você avalia o humor que faz sucesso hoje na TV? O que mudou nesse tempo?
Tom: Acho legal o movimento que explodiu no Brasil com novos talentos no humor. O stand up bombou e deu voz a nova geração. Muito importante que o humor tenha se ampliado e caído no gosto da galera. A internet cumpre um papel importante nesse segmento.

NJ // Nesse sentido, hoje em dia muitos nascem a partir do Youtube, e outros consagrados estão começando a migrar seu conteúdo para lá. Como você avalia essa possibilidade?
Tom: Recebo diariamente convites e pedidos para que eu entre no mundo do Youtube. Semana passada tive reunião com o "VIU", nova plataforma do grupo Globo... Estamos em negociação.

NJ // Na sua opinião, o aumento do ativismo político nas redes sociais torna mais delicada a missão de fazer humor hoje em dia?
Tom: Sim. A internet mostrou o lado intolerante do ser humano, o lado menor e mesquinho com o próximo. Daí surgem a cada segundo atritos de grandes proporções interpessoais e entre nações etc... Regredimos.

NJ // De um modo geral, a gente pode perceber que a situação política/social do país é um combustível importante para esse momento da sua carreira. Até que ponto este atual cenário influencia o seu humor?
Tom: Todos nós nos tornamos um pouco analistas da novela política que se arrasta sem fim no país. Aproveitando que o tema é de domínio publico, ponho tintas fortes nas minha criações apostando em um humor que pode ajudar a ganhar consciência.

Flashes do Seridó

por Carlos Magno

cmdantas@novojornal.jor.br

LOURENÇO

//CIRCULANDO - **O vitorioso empresário caicoense Severino José Dantas em pose com a musa, Telma Dantas, em tarde que congregou só nomes conhecidos da sociedade seridoense. Ele completa idade nova terça-feira**

Lançamento

O seridoense Ciduca Barros lança amanhã, a partir das 9h, na sede da AFABB, em Natal, seu livro "No Banco do Brasil de Antigamente", com contos pitorescos ocorridos com clientes e funcionários nas agências de Natal, Caicó e Currais Novos desde 1917, quando o BB chegou ao Rio Grande do Norte.

Parabéns

Ângela Maria Melo Correia, musa do médico e ex-deputado federal Cipriano Correia, casal do maior destaque em nossa vida social, vai ganhar muitos parabéns amanhã, quando rasga folhinha. A propósito, o seridoense de Santana do Matos deve disputar mandato de deputado federal no próximo ano.

Posse

Muito prestigiada a posse do empresário Erik Gomes Souto na presidência da Câmara de Dirigentes Lojistas de Caicó, terça-feira, na Casa do Empresário. Na ocasião, ocorreu o lançamento do projeto "Sesc nas Empresas" e palestra com o consultor empresarial Clauber Araújo, com o tema "Potencialize seus resultados e tome sua vida extraordinária".

Cidadão

Por proposta do vereador Ubaldo Fernandes, a Câmara Municipal de Natal faz reunião solene hoje, às 18h30, para entregar o título de Cidadão Natalense ao empresário Carlos Magno Dantas de Medeiros, dono da agência Inaraí Tour. Natural de Carnaúba dos Dantas, meu xará é radicado há mais de 30 anos em nossa capital, onde conquistou uma legião de amigos. Após a solenidade, ganha jantar de adesão no Renata Motta Recepções.

Ezequiel

Revelação da política norte-riograndense, o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira Galvão de Souza, vai receber muitos parabéns, quarta-feira, quando muda de idade. De todos os recantos do estado o seridoense receberá mensagens de parabéns.

Dança

O Estúdio de Dança Mônica Belotto de Caicó, foi selecionado para participar do Festival Dançar a Vida, que acontece entre os dias 6 e 16 de julho, em Marília-SP. Recentemente o Estúdio foi premiado no II Fest'Mossoró, um dos maiores festivais de danças do Nordeste.

Pesar

Santa Cruz de luto com a morte domingo, da matriarca Maria do Carmo Farias da Rocha, mãe do ex-prefeito Péricles Farias. Vai deixar uma lacuna eterna na sociedade santa-cruzense onde era muito querida. A coluna presta solidariedade a todos da família.

MIGUEL ARCANJO

//CETRO - **A bela Rayanne Medeiros, 24 anos, 1,66m, 53kg, quer conquistar o primeiro título de Miss Seridó para Equador**

MIGUEL ARCANJO

//BELDADE - **Dayres de Medeiros Cipriano, 19 anos, 1,68m, é a linda representante de São João do Sabugi na 27ª edição do concurso Miss Seridó 2017**

MIGUEL ARCANJO

//PASSARELA - **Eduardo Vinícius, 18 anos, 1,78m, 75kg, candidato de Carnaúba dos Dantas no concurso Mister Seridó 2017**

JARDIM DO SERIDÓ

O prefeito José Amazan quer fazer o maior São João da história de Jardim do Seridó, com 10 dias de festas, entre os dias 30 de junho a 9 de julho. Batizado de "Jardim Junino", o evento terá mais de 20 atrações, concursos de quadrilha e apresentação de artistas. O prefeito já deu show com o Carnaval e agora volta com tudo no período junino.

Abadá

Foi batido o martelo e o Carnaxalita de Currais Novos, que durante vários anos foi consagrado como o maior carnaval fora de época do RN, depois do Carnatal, volta a ser realizado em setembro. A primeira atração confirmada é o cantor baiano Bell Marques. Vem coisa boa por aí.

Posse canônica

Muitos caicoenses vão prestigiar a posse de Dom Manoel Delson Pedreira de Souza, como arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, dia 20 de maio, na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa. O religioso passou 6 anos à frente da Diocese de Caicó, onde deixou uma legião de amigos em nossa região.

Niver

Um carinhoso abraço de parabéns para a jornalista caicoense Ana Ruth Dantas, uma amiga querida de longa data e um dos mais respeitados nomes do jornalismo potiguar, que festeja aniversário terça-feira. Vai, com certeza, ganhar muitos e muitos parabéns.

TINTIM

Os parabéns pra você serão cantados sábado, para o médico caicoense José Fernandes, desembargador Manoel dos Santos, juíza caicoense Amanda Grace Diógenes Dias e o ex-prefeito de Cruzeta, Geraldo Alves da Silva. Na segunda-feira é dia de parabenizar o jornalista caicoense J. Oliveira Wanderley e José Modesto Filho. Na terça, vamos entoar parabéns para a ex-primeira-dama de Jardim de Piranhas, Jarlene Soares e Marlon Júnior. A desembargadora Maria de Lourdes Alves Leite rasga folhinha quarta-feira.

JÚNIOR FLASH

//FAIXA - **A jardinense Thuany Cristine, surge com forte candidata ao título de Miss Teen Regional 2017**

LOURENÇO

//NOITE SOCIAL - **O cardiologista Marcos Lima com a mulher, jornalista Ana Ruth Dantas, durante festa que reuniu todos da sociedade de Santa Cruz. Ela brinda idade nova terça-feira**

CEDIDA

//CENA POLÍTICA - **O presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira de Souza, que festeja idade nova quarta-feira, com o senador Garibaldi Alves Filho em recente encontro politico**

LOURENÇO

//CASAL QUERIDO - **Médico e ex-deputado federal Cipriano Correia e Ângela Melo, curtem os bons momentos. Ela rasga folhinha amanhã**

CM

//SAÚDE - **O prefeito de Santana do Seridó, Hudson Pereira de Brito recebido em audiência segunda-feira, na Sesap, pelo secretario Estadual da Saúde, George Antunes**

MOVIMENTO

*O comediante paraibano Renan da Resenha, que bomba nas redes sociais, apresenta-se dia 18 de maio, às 20h30, no Aero Clube de Currais Novos.

***O caicoense Severino José Dantas, uma das legendas do empresariado potiguar, brinda idade nova terça-feira. Os parabéns da coluna.**

*O prefeito de Caicó, Batata Araújo, participou segunda-feira de uma audiência pública na Assembleia Legislativa, para discutir a cadeia produtiva do queijo artesanal no RN. O debate foi proposto pelo deputado Hermano Morais.

***O Bispo da Diocese de Caicó, Dom Antonio Carlos presidiu a missa campal de encerramento da Romaria Diocesana, sexta-feira, na Praça dos Romeiros, em Carnaúba dos Dantas.**

*A prefeita de Ouro Branco, Maria de Fátima Araújo da Silva, será muito parabenizada segunda-feira, quando completa idade nova.

***O tradicional concurso A Mais Bela Voz do Seridó 2017 acontece sábado, em São Fernando, reunindo representantes de Ouro Branco, Jardim de Piranhas, Equador, Jucurutu, Caicó e a cidade anfitriã.**

*Amazan e Paulinho Pegação foram escalados na grade das atrações do São João de Campina Grande – maior São João do Mundo. A dupla seridoense faz show dia 18 de junho.

***O general Heber Garcia Portella assumiu terça-feira, a chefia do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, substituindo o general Francisco Mamede de Brito Filho, que passou para reserva.**

*A deputada federal Zenaide Maia, seridoense de Jardim de Piranhas, foi escolhida a grande madrinha da festa Miss e Mister Seridó 2017, que ocorrerá dia 15 de julho, no Ginásio de Esportes Ovidão, em Parelhas.

***A ginecologista caicoense Verônica Alcântara inaugura em julho, nova unidade da sua clinica em Natal. As obras já estão chegando ao fim.**

*O casamento do deputado federal Fábio Faria com a apresentadora Patrícia Abravanel, vai reunir famosos em cerimônia sábado, às 16h30, na mansão do pai da noiva, o apresentador e dono do SBT, Sílvio Santos, no Morumbi, em São Paulo. A festa será para 200 convidados.

***O ex-vereador de Caicó, Leléu Fontes teve um encontro em Brasília, com o deputado federal e presidenciável Jair Bolsonaro(PSC-RJ).**

*A linda Thuany Cristina, 16 anos, 1,70m, será a representante de Jardim do Seridó no concurso Miss Teen Regional 2017, sábado, em Jucurutu.

CLÍNICA DE OLHOS SANTA BEATRIZ
Visão além do alcance.
santabeatriz.com.br
(84) 3344.7788

Daniela Freire

danielafreire@novonoticias.com

INSTAGRAM/REPRODUÇÃO

arqnatal Seguir

arqnatal O Arcebispo Metropolitano, Dom Jaime Vieira Rocha, convoca os fiéis em geral para se posicionarem contra as reformas que tramitam no Congresso Nacional, como a trabalhista e a da Previdência. Ele também convoca os fiéis para participarem das manifestações contra tais reformas, que acontecerão, em todo o País, na próxima sexta-feira, dia 28.

Ouça a convocação do Arcebispo em soundcloud.com/arqnatal

carregar mais comentários

scpnunes Parabéns Dom Jaime pela coragem em se posicionar dos lados daqueles que não tem voz e nem vez neste nosso país.

marceldh Pensei que a Igreja defendesse os

167 curtidas

HÁ 1 DIA

Adicione um comentário...

// **Arcebispo de Natal Dom Jaime pedindo à população brasileira que se posicione contra as reformas da previdência e trabalhista e convocando a todos a participarem da mobilização nacional desta sexta, 28 de abril**

Contra

A convocação de Dom Jaime foi feita através de uma mensagem de voz, na qual ele critica "o processo rápido" a que têm sido submetidas as reformas previdenciária e trabalhista. "Devemos nos posicionar", diz o arcebispo, que afirma que as mudanças propostas estão sendo "impostas ao povo, sem este povo ser ouvido, sem uma discussão profunda, sem um diálogo justo". "Estamos vivendo em nosso País um momento bastante grave e que requer a participação e empenho de toda a população brasileira", alerta Dom Jaime na mensagem.

Surpresa!

Uma notícia no mínimo preocupante chegou hoje à coluna.
Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Recursos Hídricos do Centro de Tecnologia da UFRN atesta que a água mineral engarrafada - e hoje bastante consumida pela população - já não tem a qualidade de outrora...

Igreja

O Arcebispo Metropolitano de Natal, Dom Jaime Vieira Rocha, usou as redes sociais da Arquidiocese de Natal para convocar "os fiéis em geral" para se posicionarem "contra as reformas que tramitam no Congresso Nacional, como a trabalhista e a da Previdência" e participarem nesta sexta-feira, dia 28, das manifestações contra tais reformas, que acontecerão, em todo o País.

Segurança na TV

Propostas de melhorias para a segurança municipal da cidade foram duscutidas na tarde desta terça-feira (25) na presidência da Câmara Municipal de Natal. Na ocasião, além de abordar planos para barrar o crescimento da criminalidade no Estado, também foi discutido sobre um novo espaço na grade da TV Câmara, a fim de tratar dos assuntos da segurança na cidade, numa espécia de prestação de contas para a população.

Ação com DNA do RN

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (25), o Projeto de Lei 212/16, de autoria da senadora Fátima Bezerra, que cria a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE).
A proposta foi uma iniciativa do conselho diretivo do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, presidido na época por José Castilho Marques Neto. A aprovação da matéria acontece dois dias após o dia Mundial do Livro e do Direito do Autor.

DIVULGAÇÃO

// **Desfile Plural Minas Trend Verao 2018**

Giro pelo Twitter...

...do jornalista José Simão: *"A Reforma da Previdência do Temer devia se chamar desafio da baleia azul: contribui 49 anos e depois... morre!";*

...do jornalista Palmério Dória: *""João Doria, o Bebê de Rosemary, precisa provar todo dia e o dia todo que é mau como um pica-pau: vai cortar o ponto de quem entrar em greve"*

...da revista Exame: *"Lula compara reforma da Previdência à bomba de Hiroshima".*

PÁTIO CONTRÁRIO.

Sobre a atuação do deputado federal potiguar Rogério Marinho (PSDB) como relator do projeto da reforma trabalhista na Câmara Federal:

Deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ): *"O relator da reforma trabalhista, Rogério Marinho, diz que seu projeto tenta combater privilégios. Quais? Direitos trabalhistas?".*

Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Honório Pinheiro: *"A proposta é uma peça robusta de argumentos que traz flexibilidade nas relações de trabalho com avanços para o trabalhador e para o empregador".*

Velinhas

O Salão Estilo B já se consagrou como um nome forte no mercado natalense e na próxima sexta-feira (28) completa dois anos. Para comemorar, os clientes do salão ganharão várias promoções.

O nome

Assim como as grandes grifes internacionais, a Arezzo tem uma sandália para chamar carinhosamente pelo nome. Febre entre as fashionistas, a Isabelli - sandália de salto fino e amarração no tornozelo - ganha celebração, nesta quinta-feira, no Natal Shoppping. As novas cores e a versão com laço terá chegada comemorada com doces da Due Amori Macarons e surpresas.

INSTAGRAM/REPRODUÇÃO

// **Senador José Agripino no lançamento do livro "Senador Ronaldo Cunha Lima", o primeiro título da Coleção Senadores da República, lançado na biblioteca do Senado pelo ILB. "Convivi muito com Ronaldo da Cunha Lima. Um amigo frequente e com quem sempre tive empatia inquestionável. Nordestino como eu, Ronaldo foi meu contemporâneo quando eu fui governador e depois como senador. Fico feliz por esse momento. Uma obra a qual indico a leitura", comentou o potiguar em suas redes sociais**

INSTAGRAM/REPRODUÇÃO

// **Robinson Faria esteve reunido ontem, em Brasília, com o presidente Michel Temer, com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e com o deputado Fábio Faria. "Discutimos uma pauta importante para a realização de investimentos no estado, buscando fortalecer a economia do RN. Também tratei de um apoio para ajudar no custeio e na folha de servidor. Além disso, ainda pedi celeridade na liberação de um convênio para acabar com a fila de cirurgias de ortopedia e trauma, e da liberação de recursos para garantir a continuidade das obras hídricas, principalmente da barragem de Oiticica", contou o governador do RN**

RV Encontro

A empresária Valeria Gurgel está com tudo pronto para dar início hoje ao desfile de noivas durante a 3º Edição do RV Encontro noivas e fornecedores, que acontece às 20h, no Versailles Recepções.
O evento, em parceria com José Fernandes Barítono, com as produções de Thalyson Salvino, Belezaria Natal e Parmenas Augusto e o charme das modelos de George Azevedo da Tráfego Models, promete muita música e glamour. E Valeria Gurgel promete surpreender com a coleção 2017 para as noivinhas.

BOBFLASH

// **Jornalista Simone Silva na abertura da nova loja Pittsburg na Hermes da Fonseca**

Chrystian de Saboya

desaboya@novonoticias.com

Que nunca falte em nossos lares fartura de alimentos e de bons sentimentos

OLÍVIA
Aniversariante amada da semana, Flavinha Oliveira merece, aqui e acolá... toda felicidade do mundo

CÂMARA CASCUDO NÃO MERECE

Eu juro!
Quero escrever coisas lindas, colocar o mundo pra cima, fazer cirandas, combinar poemas e rimas com crônica social mas, de verdade, é difícil...
Vocês acreditam que o Instituto Ludovicus, que cuida da obra do maior historiador dos Brasis, Câmara Cascudo, não recebe um só apoio, nem da prefeitura, tampouco do Governo do Estado para manter-se vivo?!
Bem, como, aliás, muito da nossa cultura, que se diga!

As duas fontes principais de manutenção do instituto são os direitos autorais e as visitas e ambas as fontes sofreram grandes quedas em seus percentuais.
Até as escolas diminuíram agendamentos e, com isso, foi reduzida a carga horária para terça a sexta das 10 às 16h. Antes era das 9 às 17h e abria aos sábados.
Os sábados ficarão para eventos agendados, apenas.
Um turista que queira visitar a casa, nos fim de semana, por exemplo, ou uma família que queira ir (e muitos só podem aos sábados e domingos), não entram.
Aliás: lá e em muitos (se não todos) museus da cidade.
Existe, isso?!

Achei tão inacreditável o fato da Casa de Câmara Cascudo não receber um incentivo sequer dos ilustres governos que liguei para a advogada Camilo Cascudo Barreto Maurício, neta do historiador.
- Não temos auxílio de nenhum órgão público, disse.

Não é incomum que a família se una e divida gastos básicos e estruturais – família essa que elabora produtos para em breve lançar a loja virtual do Cascudo, para divulgar seu nome e obra, e ser uma das fontes fixas do museu.

- Também não paramos de nos mexer. Acabamos de fazer o evento do bicentenário da Revolução de 1817, luta dos Estados de PE, PB e RN pela independência da Coroa Portuguesa.
E estamos com um grupo na Clássica de Lisboa para o segundo evento de Cultura e Memória de Câmara Cascudo na faculdade de Direito, que será dia 27 e 28 de abril, cantou-nos ao pé do ouvido, Camila.

O mundo aplaude Cascudo – mas os ilustres senhores políticos do RN... bem... dão as costas.

Chrystian

BABY ALIVE
Sempre linda, Tineza Emerenciano se joga nas redes sociais. E arregimenta mais e mais fãs a cada dia que passa, cada post que clica e voa

JOÃO E O PÉ DE FEIJÃO
Ana Zélia, todinha uma abacatada, encarna um olhar 43 em zanzar em Claudia Réges essa semana

PENÉLOPE CHARMOSA
Querida duma vida, Cybele Parente será uma das estrelas do Casar com Chrystian, que rola dias 27 e 28 de maio, no Boulevard

BARBIE FACE
Conectada até a alma, doce, linda, leve e solta, Priscila Freire se enrosca em fios e em sucessos

Deus
Casa de anjos, amor e luz, a Durval Paiva segue a campanha do Diagnóstico Precoce.
Que, cheia de luz, chega às cidades de Canguaretama, Goianinha, Monte Alegre, Brejinho, Nísia Floresta e Santo Antônio.
A caravana da Casa visita escolas, comércio e rádios locais divulgando os principais sinais e sintomas do câncer infanto juvenil.

Lindo!

Cabra cega
Via Costeira continua com muitos dos seus postes... apagados.

Affff!

Espetáculo
Casar Com Chrystian terá muitos diferenciais.
Por exemplo: 70 expositores.
Por exemplo: acontecerá num fim de semana. Sábado e domingo, 27 e 28 de maio, no Boulevard.
Por exemplo: idéias exclusivas, decorações incríveis, estruturas nunca dantes vistas nestas paisagens.

Tatá Werneck tem dado escândalo de segunda à sexta no Mukt Show. Seu programa *The Lady Night* é, de verdade, imperdível, divertido, faz bem danado assisti-lo

Claudio Porpino fazendo lindo na cidade. Gosto dele nos lugares, bisbilhotando afazeres tantos da sua Urbana. E tem dado show, mesmo com recursos quase inexistentes

Me errem
Não me venha com essa bobagem de greve geral.
Não farei, não incentivarei.
Coisa de gente que não gosta do Brasil, dessa gente revoltada que deveria ter, sim, parado geral o país por ocasião dos absurdos descobertos pelo antigo governo. E seus roubos de milhões aos cofres do país.

Para piorar, fazem greve numa sexta, feriadão.
Querem greve não: querem férias. Bem eles, aliás.

Temer
Que fique claro.
Governo dele, para mim, feito caldo de batata.
Fraquézimo.
Poderia entrar para história.
Entrará não.

Tabefe
O anúncio do Midway Mal... *9 verdades e uma mentira...*
Deu o que falar esses dias.
Listou nove maravilhas do shopping e, como mentira, o fato de cobrarem sei lá quanto pelo estacionamento.
O anúncio viralizou.
E meio mundo desmembrou-o em *memes* tantos.